

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

DÉBORA MUTTER

**EVIDÊNCIAS DO PRIMEIRO SÉCULO DA
RECOLONIZAÇÃO DE SANTO ÂNGELO ATRAVÉS
DO SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Orientador

Porto Alegre
2012

Débora Mutter

Evidências do primeiro século da recolonização de Santo Ângelo através do seu
patrimônio arquitetônico

Dissertação apresentada como
requisito parcial e último à
obtenção do grau de Mestre no
Programa de Pós-Graduação
em História, área de
Concentração: História das
Sociedades Ibéricas e
Americanas.

Orientador: Dr. Arno Alvarez Kern

Porto Alegre
2012

CIP - Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M992e Mutter, Débora

Evidências do primeiro século da recolonização de Santo Ângelo através do seu patrimônio arquitetônico / Débora Mutter ; orientação Dr. Arno Alvarez Kern. – Porto Alegre, 2012.

226 p. : il.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

1. História do Rio Grande do sul 2. História de Santo Ângelo - recolonização 3. Santo Ângelo - patrimônio arquitetônico I. Mutter, Débora II. Kern, Arno Alvarez III. Título.

CDU 94(816.5)

Débora Mutter

Evidências do primeiro século da recolonização de Santo Ângelo através do seu patrimônio arquitetônico.

Dissertação apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Banca Examinadora

Dr. Arno Alvarez Kern

Dr. Klaus Hilbert

Dra. Gislene Monticelli

Porto Alegre
2012

*À minha mãe pelo amor, vida e
educação, e, ao meu esposo
pelo incentivo e
companheirismo.*

AGRADECIMENTOS

Ao Felipe Toscani, por a infindável paciência, pela imensa compreensão, pela pronta ajuda, por pleno respeito, pelo apoio incondicional, pelos momentos em que foi preciso renunciar e por tanto amor.

Ao meu orientador, Arno Alvarez Kern, pelas orientações, pela confiança, pela preocupação, por ter tomado para si a função de cuidar e ajudar quando foi preciso.

À banca, por aceitarem prontamente o convite para compor a banca de qualificação e defesa, pela leitura do trabalho e pelas contribuições.

Aos funcionários do PPG-História da PUCRS, em especial ao Adilson e Carla por toda disponibilidade e boa vontade.

À Darlan, pela descoberta de uma nova amizade, a Amilcar Guidolin Vitor pelas conversas e por compartilhar comigo das alegrias e asperezas da vida de professora-pesquisadora. A Andressa Domanski, pela sincera amizade, pela compreensão e ajuda. Agradeço especialmente a vocês meus queridos amigos, pelos momentos de estudos realizados conjuntamente, pelas francas conversas, boas risadas e pelas imensas contribuições durante o andamento desta pesquisa e pelos momentos de descontração.

À Raquel Rech, sempre disposta a me auxiliar.

À Kelli Bisonhim, a quem pude sempre recorrer e ser bem acolhida para compartilhar de dúvidas e angústias.

À minha família, em especial a minha mãe, que sempre me deu todo o apoio e incentivo.

À Dalva e Beto, pela ajuda e generosidade.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

Ao CCM – Centro de Cultura Missioneira da URI/Campus Santo Ângelo, em cujos acervos foram possível encontrar grande parte da bibliografia deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho propôs demonstrar através do patrimônio arquitetônico um pouco da história do primeiro século de desenvolvimento da Vila de Santo Ângelo. O objetivo principal é evidenciar a importância da preservação do patrimônio do município. Para tanto foi realizado um levantamento abrangendo os imóveis construídos nos primeiros 100 anos da ocupação do município por imigrantes, tendo por data inicial o ano de 1830 quando chegam as primeiras levas de imigrantes, que se fixam no local da antiga redução de San Angel e próximos a ela. Além disso, elaborou-se uma cartilha de educação patrimonial que será entregue ao poder público municipal para que se possa trabalhar o tema nas escolas junto aos professores e com a comunidade em geral.

Palavras-Chave: Patrimônio arquitetônico. História. Colonização. Educação Patrimonial.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo demostrar el patrimonio arquitectónico a través de un poco de la historia del primer siglo de desarrollo de la Villa de San Angel. El objetivo principal es poner de relieve la importancia de la preservación de la ciudad. Para esto era un levantamiento que cubre la propiedad construida en los primeros 100 años de asentamiento de los migrantes del municipio, con la fecha de inicio el año 1830 cuando llegan las primeras oleadas de inmigrantes que se establecen en el lugar de la reducción de edad de San Ángel y junto a ella. Además, un folleto ha sido preparado para la educación sobre el patrimonio para ser entregado al gobierno municipal, por lo que podemos trabajar sobre este tema en las escuelas y la comunidad.

Palabras clave: Patrimonio arquitectónico. La historia. Asentamiento. Equidad Educativa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da America Merdionalesecondole ultime Osservazioni Astromiche delinata da G. D. C.; Coletti; 1771.....	20
Figura 2 – Fenômenos de fronteira: situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul.....	24
Figura 3 – No ano de 1494 os países ibéricos trataram a divisão dos territórios através do tratado de Tordesilhas	28
Figura 4 – Mapa de las Misiones de la Companhia de Jesus em los Rios Paraná y Uruguay, conforme à mas modernas observaciones de Latitus y de Longitud, hechas em lospueblos de dichas Misiones...; Padre Joseph Quiroga, 1749	29
Figura 5 – Bandeirantes com índios aprisionados – tela de Jean Baptiste Debret...33	33
Figura 6 – Mapa da Região Missioneira; Evaristo Afonso de Castro, 1887.....	34
Figura 7 – Representando as Missões do Tape antes da transmigração de 1630...36	36
Figura 8 – Limites territoriais do Rio Grande do Sul	38
Figura 9 – Mapa dos Trinta Povos das Missões Jesuítico-indígena.....	40
Figura 10 – Redução de Santo Ângelo elaborada por José Maria Cabrer (1784)	42
Figura 11 – Desenho hipotético do plano urbanístico de Santo Ângelo Custódio	43
Figura 12 – Remanescentes arquitetônicos da antiga Redução de San Angel.....	46
Figura 13 – Mapa de Localização do Municipio de Santo Ângelo	50
Figura 14 – Sobreposição das plantas de Santo Ângelo (área do Centro Histórico) 51	51
Figura 15 – Sobreposição de plantas das igrejas de Santo Ângelo	52
Figura 16 – Piso original de cerâmica do antigo templo jesuítico mostrado em janela arqueológica.....	53
Figura 17 – Localização dos municípios com bens tombados no Rio Grande do Sul67	67
Figura 18 – Capela do Colégio Teresa Verzeri tombada pelo IPHAE	68
Figura 19 – Uma imagem do museu municipal atualmente e uma imagem mais antiga da Praça Pinheiro Machado e seu entorno, no ano de 1900.....	77
Figura 20 – Fotografia atual da Moto Peursi, acompanhada de uma imagem do ano de 1900 e das pedras reutilizadas na sua construção	78

Figura 21 – Casa Reis Sabo construída em 1880	80
Figura 22 – Farmácia continental, construída em 1880	80
Figura 23 – Skinão Lanches e a Loja de artesanato Tenda da Terra	81
Figura 24 – Complexo de prédios e pavilhões que hoje dão lugar a Cotrisa, Nacional Supermercados e Comercial Adhara, e onde está situado o Correio.....	82
Figura 25 – Casa Colonial	83
Figura 26 – Antiga residência da família Beck Leite	84
Figura 27 – Escritório de representação	84
Figura 28 – Imóvel que pertenceu a família Holsback	85
Figura 29 – Imóvel que pertenceu ao Sr. Venceslau Ditz	84
Figura 30 – Imóvel considerado legítimo representante da influência da cultura dos imigrantes alemães em Santo Ângelo	86
Figura 31 – Imóvel construído em 1915	86
Figura 32 – Rodeio das pilchas	87
Figura 33 – Casa Ortmann da Vila de Santo Ângelo, atual Lojas Farroupilha.....	88
Figura 34 – Ótica regional.....	89
Figura 35 – Estação férrea de Santo Ângelo	90
Figura 36 – Sobrado construído por volta de 1920	91
Figura 37 – Antiga Algodoeira Sul-Riograndense	92
Figura 38 – Conjunto Casas Franke	93
Figura 39 – Hotel Brasil	94
Figura 40 – Hotel Avenida	94
Figura 41 – Hotel do Comércio	95
Figura 42 – Imóvel construído por Raul Oliveira.....	96
Figura 43 – Imóvel da família Nascimento e Silva	97
Figura 44 – Ferragens Rio Branco.....	97
Figura 45 – Antiga sede do Banco da Província.....	98
Figura 46 – Estação férrea do Comandaí	99
Figura 47 – Colégio Centenário	99
Figura 48 – Farmácia Licht	100
Figura 49 – Sobrado da Rua Florêncio de Abreu	101

Figura 50 – Residência de Seu Wilson Schorn e dona Edi Schnepfleitner e casa do fermento	102
Figura 51 – Casa de chá Frau Hintz	103
Figura 52 – Antigo Hotel Moderno	104
Figura 53 – A casa Willy Gatz e Hospital Gatz	105
Figura 54 – Casas geminadas	106
Figura 55 – Igreja da redução de San Angel e a Igreja do repovoamento.....	106
Figura 56 – Catedral Angelopolitana	107
Figura 57 – Prefeitura municipal	108
Figura 58 – Fundos da casa da família Franke-Bier na década de 30	109
Figura 59 – A casa da família Franke-Bier na década de 80	109
Figura 60 – Foto atual da casa da família Franke-Bier	109
Figura 61 – Seminário da Congregação da Sagrada Família.....	110
Figura 62 – Prédios anexos ao Seminário da Congregação da Sagrada Família ..	110

LISTA DE SIGLAS

A.P.	–	Antes do Presente
CCM	–	Centro de Cultura Missioneira da URI/Campus Santo Ângelo
COMPAHC	–	Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural
COMPIHC	–	Conselho do Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
IPHAE	–	Instituto do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico Estadual
IPHAN	–	Instituto do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico Nacional
NARQ	–	Núcleo de Arqueologia da URI
NuGeo/URI	–	Núcleo de Geoprocessamento da URI
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PRONAC	–	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SPHAN	–	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URI	–	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 UMA HISTÓRIA MARCANTE	19
1.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO RIO GRANDE DO SUL	19
1.2 O RIO GRANDE DO SUL, ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS	22
1.3 OS POVOS GUARANIS ANTES DAS MISSÕES JESUÍTICO-INDÍGENAS.....	25
1.4 A FORMAÇÃO DAS MISSÕES JESUÍTICO-INDÍGENA.....	27
1.5 O RESSURGIMENTO DOS POVOADOS MISSIONEIROS NA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI: OS SETE POVOS	37
1.6 A REDUÇÃO DE SAN ANGEL CUSTÓDIO	40
1.7 AS RUÍNAS DA REDUÇÃO DE SAN ANGEL E O INÍCIO DO POVOADO DE SANTO ÂNGELO POR OLHOS VIAJANTES	45
1.8 A NOVA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	47
1.9 O MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO.....	49
2 PATRIMÔNIO CULTURAL	54
2.1 CULTURA E PATRIMÔNIO	54
2.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	58
2.3 DISPOSITIVOS REFERENTES À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	60
2.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	68
2.5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO.....	70
3 LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE SANTO ÂNGELO (1830-1930)	73

3.1 O PRIMEIRO SÉCULO DA OCUPAÇÃO DE SANTO ÂNGELO POR IMIGRANTES: UMA HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DOS REMANESCENTES ARQUITETÔNICOS	74
3.2 GRUPO 1: OS REMANESCENTES DO SÉCULO XIX	75
3.3 GRUPO 2: REMANESCENTES CONSTRUÍDOS ENTRE 1900 E 1909	82
3.4 GRUPO 3: REMANESCENTES CONSTRUÍDOS ENTRE 1909 E 1919	85
3.5 GRUPO 4: REMANESCENTES CONSTRUÍDOS ENTRE 1920 E 1930	90
3.6 ANÁLISE DOS GRUPOS	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	121
APÊNDICE A – CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	122
APÊNDICE B – FICHAS DE LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS CONSTRUÍDOS NOS PRIMEIROS 100 ANOS DA OCUPAÇÃO DE SANTO ÂNGELO POR IMIGRANTES.....	136
ANEXOS	223
ANEXO A – CARTILHA UTILIZADA NAS OFICINAS DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA MISSIONEIRA	223
ANEXO B – MAPA DE ZONEAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO	224

INTRODUÇÃO

Muitos foram os pesquisadores que já escreveram sobre as cidades. Há muito tempo elas tem sido fonte de inspiração e indagações de vários estudiosos, assim como as missões Jesuítico-indígena. Santo Ângelo, antiga redução Jesuítico-indígena, posterior Vila colonizada por imigrantes e atualmente minha cidade, também despertou-me o interesse em pesquisá-la.

Essa cidade despertou em mim a vontade de conhecê-la no conjunto de seu patrimônio material e imaterial. Como estudar todo esse conjunto é um trabalho muito extenso e gasta muito mais tempo do que eu tinha, me reservei a percorrer essa cidade através de seu patrimônio material, suas construções arquitetônicas entre os anos 1830 a 1930, ou seja, o primeiro século de efetiva reocupação do espaço após a desestruturação da redução Jesuítico-indígena.

Este espaço já foi ocupado por uma aldeia indígena pré-histórica e depois por uma redução Jesuítico-indígena, que após desestruturar-se dá lugar a vários imigrantes, vindos de locais distintos formando uma vila, tornando-se um município com uma grande mistura étnica e cultural facilmente vista nos atuais habitantes da cidade. Estes imigrantes, seguindo a lógica da reocupação do local, reutilizaram as pedras da antiga redução e construíram o seu legado arquitetônico à sociedade atual.

Assim, o espaço que atualmente é ocupado pelo município de Santo Ângelo traz consigo, imagens, histórias, monumentos, registros de um grande processo de modificações e transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Para escrever sobre os aspectos de Santo Ângelo, escolheu-se percorrer um caminho de retorno às suas origens, apresentando-se assim, no primeiro capítulo apresenta-se uma síntese histórica do local de estudo, desde a pré-história até os dias atuais, sem a pretensão de englobar toda a história local, mas com o objetivo de situar no tempo e no espaço o objeto de estudo.

Aborda-se desse modo, no primeiro capítulo, através de referencial bibliográfico, um pouco da história das sociedades que se estabeleceram espaço geográfico. Inicia-se pelos povos nômades e seminômades, as primeiras aldeias pré-históricas antes do contato com os povos europeus, abordando um

pouco da paisagem geográfica da região noroeste do Rio Grande do Sul, território que posteriormente abriga aos povoados missioneiros ou as missões Jesuítico-indígenas, dentre elas, San Angel, e depois da desestruturação destas, é ocupação do espaço pelos imigrantes.

O objetivo deste capítulo, não é abranger de forma genérica toda a história de Santo Ângelo. O objetivo principal é evidenciar as diferentes sociedades que já existiram nesse local, para que desse modo, seja possível demonstrar a importância da preservação do patrimônio arquitetônico que os imigrantes construíram e deixaram à posteridade. A partir dessa síntese histórica, pretende-se demonstrar que a história de cada sociedade em seu tempo distinto tem o mesmo valor e precisa ser preservada.

Indo ao encontro do segundo capítulo do trabalho, que visa demonstrar a importância não só da história, mas da preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, evidencia-se os conceitos bibliográficos básicos do que é patrimônio, arqueologia pública, a importância da preservação da memória de uma sociedade, educação patrimonial, dentre outros. O objetivo principal deste capítulo, é deixar muito clara a importância da preservação do patrimônio para uma cidade, seja ele material, imaterial, pré-histórico, reducional ou da colonização.

No terceiro capítulo, apresenta-se um levantamento dos prédios históricos do período que compreende o primeiro século da efetiva ocupação de Santo Ângelo pelos imigrantes (1830-1930), e que merecem destaque, por sua arquitetura e história. Para a realização deste levantamento foram consultados os documentos do Conselho do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do município – COMPAHC, os documentos que resultaram do Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN, documentos do Acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos, Cadastro Municipal de Imóveis, Colunas vinculadas a jornais da cidade que auxiliaram no levantamento histórico acerca dos imóveis, e, além disso, contamos com a colaboração de três antigos moradores da cidade, Seu Antônio Rousselet, Seu Wilson Schorn e Dona Edi Schnepfleitner, que auxiliaram trazendo valiosas informações acerca dos imóveis que estavam sendo fichados.

Os documentos do Acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos foram basicamente fotografias antigas, de modo que vieram a enriquecer

muito o trabalho. As colunas dos jornais da cidade, escritas por anciões do município ou por historiadores, juntamente com os moradores do município Seu Antônio Rousselet, Ser Wilson Schorn e dona Edi Schnepfleitner, auxiliaram na construção do levantamento histórico de cada imóvel. O Cadastro Municipal de Imóveis não foi utilizado em todos os imóveis em função do alto custo para emissão de certidões de imóvel.

Os documentos do Conselho do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do município – COMPAHC – e os documentos que resultaram do Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira eram compostos basicamente de fichamentos de imóveis. As fichas do COMPAHC mais voltadas aos imóveis de valor histórico e arquitetônico, e as fichas do levantamento da URI-IPHAN, mais voltadas aos imóveis que apresentavam valor turístico ao município. Porém, em ambos fichamento os dados históricos sobre os imóveis escassos. Utilizaram-se as referidas fichas como ponto de partida para a pesquisa, após delimitar a data temporal a ser pesquisada, 1830-1930, elencou-se todos os imóveis que foram construídos nesse período e iniciou-se o levantamento histórico dos imóveis.

Para tanto, foram elaboradas as fichas que dão corpo ao levantamento e encontram-se nos apêndices do trabalho, (APÊNDICE B), seguem o padrão que o IPHAN utiliza para realizar inventários, salvo algumas modificações no que diz respeito a campos relacionados especificamente a arquitetura e estrutura do imóvel, levantamento este que se acredita, devem ser feitos por um arquiteto ou engenheiro. Com base na documentação citada, produziu-se e preencheu-se uma ficha para cada imóvel. Além de outros campos, a ficha conta com localização georeferenciada, fotografia atual de cada imóvel, levantamento histórico e uma planta de localização do imóvel, de modo que se possa ter a referência da construção em seus contornos.

Além disso, durante a efetivação das pesquisas percebeu-se a desinformação da maioria da população a respeito do patrimônio material e imaterial e questões como tombamento, inventários, memória, identidade, entre outros conceitos. Assim, desenvolveu-se ainda uma cartilha de educação patrimonial (APÊNDICE A), que será apresentada ao poder público municipal, com o intuito de ampla divulgação entre professores, comunidade e proprietários de imóveis, com a

finalidade de mostrar para a população local a necessidade da preservação da sua memória, sua identidade, e do seu patrimônio arquitetônico e cultural.

A cartilha vem complementar esse trabalho, de maneira que o estudo possa perpassar a academia e ter uma aplicabilidade real e social próxima à comunidade local. Tem-se por objetivo auxiliar na abertura da população ao debate sobre o assunto e quem sabe assim, no futuro, a cidade de Santo Ângelo possa contar com uma lei de tombamento e/ou um inventário dos bens históricos e culturais a serem preservados. Salientando que, atualmente não existe nenhum tipo de proteção ao patrimônio na cidade em nível municipal, a não ser o Conselho de Patrimônio, mas que é um órgão apenas consultivo e não deliberativo.

1 UMA HISTÓRIA MARCANTE

Para entendermos a situação atual do patrimônio histórico na cidade de Santo Ângelo, é necessário primeiramente entender como se formaram as paisagens geográficas e humanas desse território, atualmente pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, para tanto, elabora-se uma breve síntese histórica do local.

Desse modo, após estudar o espaço geográfico e as primeiras populações que povoaram o local, observa-se a formação, desmantelamento e reorganização das reduções Jesuítico-indígena nesse mesmo território, com ênfase para San Angel. Após a desorganização desta, um novo grupo ocupa o local, os imigrantes, formado tanto de alemães, italianos, poloneses, açorianos, paulistas, dentre outros. Desse modo, finalmente forma-se a atual população pertencente à atual cidade de Santo Ângelo.

A partir da síntese histórica, torna-se mais fácil compreender a necessidade de conservar o patrimônio histórico que a cidade tem atualmente, e que se apresentará nos capítulos seguintes. Assim, este capítulo não tem por objetivo englobar toda a história de Santo Ângelo de forma genérica, mas, auxiliar no entendimento das transformações históricas e geográficas que ocorreram no local, para situar melhor o objeto de estudo no espaço e no tempo.

1.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO RIO GRANDE DO SUL

Na fase anterior aos descobrimentos, o continente americano era ocupado, tradicionalmente, por diferentes culturas e civilizações nativas. Segundo Kern¹, os primeiros migrantes a chegar nestas terras de imigrantes, foram os grupos indígenas, que pouco a pouco foram ocupando o imenso território sul-americano e

¹ KERN, Arno Alvarez. Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. *Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*, vol. 4 n.1, Cuiabá, jan-jun/2003.

procurando formas mais eficientes de adaptação às paleopaisagens frias e secas da época glacial.



Figura 1 – Mapa da America Merdionale secondo le ultime Osservazioni Astromiche delinata da G. D. C.; Coleti; 1771².

Maestri³, afirma que apesar da História do Rio Grande do Sul não ser produto do meio geográfico, esse atuou de forma marcante sobre as comunidades que habitavam o território. Nesse sentido ele nos diz que: “A relação entre história e geografia foi, e é medida pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais, e pelas relações sociais de produção em que as comunidades em questão se inserem”.⁴

O Rio Grande do Sul, o estado mais meridional do país, é o maior e o mais populoso da região Sul. Tem como limites Santa Catarina ao norte, o Oceano

² Fonte: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS UFRJ. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/Capl.htm>. Acesso em: 23 dez. 2011.

³ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF: 2010.

⁴ Ibidem, p.13.

Atlântico ao leste, o Uruguai ao sul e a Argentina a oeste. Maestri⁵, afirma que “(...) os territórios sulinos fazem parte de um espaço geográfico mais amplo, o Cone Sul da América Meridional, em geral, e a bacia oriental do rio da Prata, em especial”.

O relevo gaúcho é bastante variado, com um planalto ao norte, depressões no centro e planícies costeiras. O Rio Grande do Sul tem quatro unidades morfológicas: Planalto Norte-rio-grandense (ou Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná ou Planalto meridional), Depressão Central, Escudo Sul-rio-grandense (Serras de Sudeste) e Planície Costeira. Com relação á localização geográfica do Rio Grande do Sul, Kern⁶, salienta que:

A unidade da federação onde atualmente habitamos e da qual temos tanto orgulho, está situada na bacia do Rio da Prata oriental entre os vales dos rios Uruguai, Quaraí, Jaguarão e o oceano Atlântico. É a partir dela que examinamos, com curiosidade, o imenso ambiente de múltiplas paisagens onde estamos inseridos, nos limites orientais deste imenso continente da América Meridional. Numa primeira observação, ainda muito geral, percebemos a oeste e a norte as imensas, extensas e contíguas paisagens das cadeias de montanhas dos Andes e da floresta tropical amazônica. Para o leste, podemos olhar o horizonte longínquo e imutável do oceano Atlântico. Para o sul, percebemos a imensa extensão das planícies do pampa e da Patagônia. É em relação a estas portentosas paisagens que a região da bacia oriental do Rio da Prata começa pouco a pouco a destacar-se⁷.

As reduções Jesuítico-indígena, foram estruturadas durante os séculos XVII e XVIII nos territórios português e espanhol da América do Sul. Aproximadamente trinta missões, também chamadas de reduções, foram fundadas pela administração espanhola, nos vales dos rios Paraná e Uruguai, em território hoje pertencente ao Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, onde viveram cerca de 150 mil indígenas⁸. Mas deve-se levar em consideração a vida desses indígenas autóctones antes do contato com a sociedade luso-espanhola.

⁵ Ibidem.

⁶ KERN, Arno Alvarez. Pré-História e ocupação humana: povos Indígenas. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson (coords.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2009, volume 5.

⁷ Ibidem, p. 15-16.

⁸ KERN, Arno Alvarez. *Utopias e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994.

1.2 O RIO GRANDE DO SUL, ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS.

Os primeiros grupos humanos a se fixar na bacia oriental do Rio da Prata, possivelmente tenham ocupado o território há aproximadamente 12.000 anos A.P (Antes do Presente). Kern⁹, afirma que “(...) inicialmente eram caçadores, coletores e pescadores estes primeiros habitantes que se instalaram nas paleopaisagens ainda geladas, frias e secas do último período glacial”. Segundo Ribeiro, a América era povoada por “(...) sociedades de nível tribal, as estruturadas já em estados rurais-artesanais e mesmo os grandes impérios teocráticos de regadio (Inca, Maia e Asteca)”¹⁰.

O ambiente seco e frio da última glaciação, com ventos gelados varrendo paisagens de pouca vegetação, foi o cenário dos primeiros humanos que, uns 10.000 anos a.C., acamparam à beira do rio Uruguai e nos abrigos rochosos do vale do Cai¹¹.

Mas o povoamento do Rio Grande do Sul, não é um fato isolado. Toda a América do Sul, nessa época, recebe populações que saíam da Ásia, atravessavam o estreito de Bering e atravessavam a América do Norte e Central, até finalmente chegar aqui na América do Sul e no território do atual Rio Grande do Sul¹².

Segundo Maestri¹³, “(...) há 1.640.000 anos, iniciou-se a chamada Era Quaternária, caracterizada pelas grandes glaciações”. Os especialistas costumam dividir este período em dois, Pleistoceno e Holoceno. A ocupação humana na América ocorre no final do Pleistoceno. Durante o Pleistoceno são marcantes as fortes glaciações, com curtas fases quentes e úmidas entre uma glaciação e outra. Já durante o Holoceno, período que continua até os dias atuais, o clima se torna mais ameno.¹⁴

Quando os primeiros povoadores chegaram, o ambiente seria bastante diferente do atual. A temperatura média seria alguns graus mais baixa; a precipitação inferior. Os rios teriam pouca água e a paisagem teria uma

⁹ KERN, op. cit., 2009.

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *A América e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 41.

¹¹ SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Pré-história do Rio Grande do Sul: Arqueologia do Rio Grande do Sul*, Documentos 5, 13-30. São Leopoldo: IAP, 2006, p. 13.

¹² Idem.

¹³ MAESTRI, op. cit., p. 47.

¹⁴ Ibidem.

fisionomia de forte aridez. A floresta subtropical de folhas predominantemente caducas, dependente de calor, só ocuparia pequenas franjas ao longo do rio Uruguai e na encosta do planalto; a floresta de pinheiros, adaptada ao frio, seria mais compacta e desceria bastante na borda do planalto; vegetações herbáceas e arbustivas, de tipo estepe e savana, dominariam as áreas baixas que seriam bastante maiores porque a plataforma continental estaria exposta em grandes extensões por causa do baixo nível das águas do mar¹⁵.

No Pleistoceno não era somente as plantas que eram diferentes, mas os animais também. Segundo Maestri¹⁶, “(...) o clima e o meio geográfico favoreceram o desenvolvimento de uma variada fauna de mamíferos de grande porte”, também chamada de Megafauna. Constituía-se de mastodontes, animais semelhantes a tatus, preguiças e aos cavalos e antas, mas todos em tamanho muito avantajado, em comparação com os que existem atualmente. Kern, afirma que “(...) essa fauna de grandes mamíferos extinguiu-se com o término da última glaciação, talvez devido ao surgimento das novas condições ambientais do Holoceno”¹⁷. Sobre as mudanças ocorridas no Holoceno, Schmitz afirma que:

Ao redor de 6.000 anos a.C. a umidade começou a aumentar junto com a temperatura, chegando ambas a níveis máximos entre 4.000 e 2.000 a.C., quando deveriam ter sido bastante maiores que hoje. Os rios aumentaram consideravelmente seu volume de águas, o mar, que vinha subindo desde o final da glaciação, subiu alguns metros acima do nível atual, a floresta subtropical de folhas predominantemente caducas invadiu os campos e os pinheirais e tendeu a ocupar o espaço de agora¹⁸.

Schmitz¹⁹, ainda salienta que, nesse período o homem do holoceno teria que procurar lugares onde pudesse se abrigar e refugiar das chuvas. Desse modo, os nichos humanos que ocuparam as planícies mais ao sul do estado até a encosta do planalto, deram origem à tradição Umbu. Em partes altas e mais ou menos planas de ambientes de floresta subtropical, encontradas nas encostas do planalto, em matas de araucária no norte do Estado e no Vale do Alto Rio Uruguai predominavam a Tradição Humaitá.

A Tradição Sambaquiana era localizada no litoral do estado do Rio Grande do Sul. Já os horticultores da Tradição Taquara habitaram o planalto e possivelmente o litoral norte do estado. A Tradição Vieira se localizava próximo a

¹⁵ Ibidem, p.14

¹⁶ Ibidem, p. 48.

¹⁷ KERN, 2009, op. cit.

¹⁸ SCHMITZ, op. cit, p.15.

¹⁹ Ibidem.

locais geralmente alagados, acredita-se que eles construíam as pequenas elevações para manter os acampamentos em áreas secas. A Tradição Guarani habitou os vales de grandes rios, principalmente na região central, noroeste e litoral do Estado. Desse modo, Kern afirma que:

O ambiente florestal e das margens fluviais lhes davam condições de realizar em abundância a caça e a coleta. A inexistência de animais domesticados em toda a América Atlântica levou os grupos de horticultores a manterem padrões de subsistência baseados na caça em larga escala, como forma de suprir as suas necessidades de proteínas. Importantes também para complementar a dieta alimentar foi a coleta de vegetais, principalmente as raízes, os frutos e as folhas comestíveis, assim como o mel silvestre. O ambiente deveria também ser capaz de suprir outras necessidades dos grupos²⁰.

Maestri²¹, afirma que os grupos horticultores, caçadores e coletores, de língua tupi-guarani, foram os últimos grupos a penetrar e se estabelecer nos atuais territórios do Rio Grande do Sul. Por ocasião das reduções Jesuítico-indígena, é possível obter um número de informações superior sobre os guaranis em relação às outras comunidades que se estabeleceram no estado.



Figura 2 – Fenômenos de fronteira: situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul²².

²⁰ KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes Indígenas*. Porto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

²¹ MAESTRI, op. cit., p. 58.

²² ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 2004. Tese

1.3 OS POVOS GUARANIS ANTES DAS MISSÕES JESUÍTICO-INDÍGENAS

Como afirma Preiss²³, “(...) a nação guarani compunha-se inicialmente de milhões de indivíduos” distribuídos em milhares de tribos, na maioria das vezes sem qualquer relação entre si, a não ser simples contatos de vizinhança, pacíficos ou bélicos. Kern, afirma que, “(...) a população guarani era bem maior do que a dos grupos de caçadores que os antecederam na região, e com os quais disputaram o território”²⁴.

Bruxel²⁵ descreve os guaranis apresentando “(...) estatura média, compleição robusta, cabeça grande, rosto largo e ovalado, olhos pequenos e vivos, nariz levemente achatado, dentadura firme e sem cáries, tez bronzeada, barba rala, cabelos pretos e lisos”.

Conforme Haubert²⁶, antes do contato com os europeus, os guaranis formavam a maior nação indígena do Sul da América do Sul. Uma aldeia guarani poderia ser composta por centenas de pessoas, habitando casas retangulares que eram cobertas com folhas de palmeira. Cada uma dessas casas abriga uma grande família e esse é o local onde ocorre a maior parte das atividades de produção. Segundo Haubert²⁷, “(...) em certos casos, sessenta núcleos familiares vivem sob o mesmo teto” e cada um ocupa um local determinado.

As aldeias compunham-se de casas ovais (ocas), onde habitavam diversas famílias nucleares pertencentes à mesma família extensa (clã). As habitações poderiam ser distribuídas em torno de um espaço coletivo de circulação, reunião, danças, bebedeiras sagradas, festins canibais e mesmo desportos. As cabanas variavam em número, mas geralmente eram de três a seis²⁸.

(Doutorado em Estudos Históricos Latino Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, p. 72.

²³ PREISS, Jorge Hirt. *A música nas missões jesuíticas nos séculos XVII e XVIII*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1988, p.19.

²⁴ KERN, op. cit., 2009.

²⁵ BRUXEL, Arnaldo. *Os Trinta Povos Guaranis*. 2. ed. Porto Alegre. Nova Dimensão, 1987.

²⁶ HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁷ Ibidem, p.26.

²⁸ KERN, op. cit. 2009.

Segundo Schaden²⁹, os guaranis são povos horticultores e plantam principalmente mandioca e milho. Maestri³⁰, afirma que “(...) plantavam igualmente, abóboras, algodão, batata doce, feijões, etc.”. Complementam sua alimentação com a caça, a pesca e a coleta de vegetais. A principal ocupação dos homens consistia em desmatar os campos, construir habitações, caçar, pescar e fabricar os instrumentos que fossem necessários em caso de haver uma guerra com uma tribo vizinha. As mulheres estavam encarregadas de cuidar do cultivo dos alimentos e de moldar os objetos em cerâmica.

Nas pequenas roças abertas pelos homens em meio a clareiras, as mulheres plantavam nos férteis solos ricos em húmus. Sua horticultura conhecia uma variedade muito grande de espécies cultivadas. Para os carboidratos da alimentação plantavam o milho, a mandioca, o feijão, a abóbora e a batata, principalmente³¹.

Cada comunidade guarani tem um chefe, que mais tarde foi chamado de *cacique* pelos espanhóis. O lugar que o homem ocupava na sociedade, podia variar de acordo com sua idade, poder natural ou mágico que lhe é atribuído, suas ações na guerra ou pelo número de mulheres que tinha³². Segundo, Kern³³, os caciques exerciam o poder moderador, apaziguando os conflitos internos, eram eles que lideravam o grupo quando havia guerra e também eram os encarregados de aplicar as leis e os costumes de sua tradição.

A liderança dos caciques dependia do prestígio que tinha com os demais indivíduos do grupo. Segundo Kern, os guaranis “(...) nunca tiveram poder político, pois não podiam utilizar a força para se impor aos demais guerreiros”³⁴.

A poligamia era geralmente praticada pelos caciques, sendo que, esta era um símbolo de influência e riqueza, de modo que, era a mulher que realizava os trabalhos essenciais a sobrevivência do grupo.

A poligamia era um dos atributos da liderança cacical e estava relacionada a outra importante instituição social, a redistribuição dos bens. Pelo

²⁹ SCHADEN, Egon: *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

³⁰ MAESTRI, op. cit., p.59.

³¹ KERN, op. cit., 2009.

³² HAUBERT, op. cit., 1990.

³³ KERN, op. cit., 2009.

³⁴ *Ibidem*, p.56.

processo de redistribuição, a liderança cacical tinha tanto mais prestígio quanto mais bens distribuísse entre os membros da aldeia. Como todos davam igualmente presentes ao líder, este somente poderia fazer a balança pender a seu favor, redistribuindo tudo o que ganhava e tendo suas diversas mulheres dando origem a produtos de seu artesanato destinados a esta finalidade³⁵.

Com frequência também os grupos guaranis praticavam a antropofagia, que representava a apropriação da força vital do inimigo, desse modo, a guerra ocupa uma função social essencial nessa sociedade³⁶.

Sabe-se que os guaranis faziam continuamente expedições guerreiras, atacando os povos vizinhos para devorá-los em cerimônias de canibalismo. Isso aconteceu em relação aos grupos pampianos dos charruas e dos minuanos, bem como aos grupos de fala jê do Planalto³⁷.

A prática da horticultura e a organização social dos grupos guaranis permitiram a realização do projeto jesuítico no Rio Grande do Sul, porém, adaptando-se a muitas características culturais dos indígenas, contrárias ao que pregava a fé católica, como a antropofagia e a poligamia, e tendo por referência as diretrizes políticas da coroa espanhola.

1.4 A FORMAÇÃO DAS MISSÕES JESUÍTICO-INDÍGENA

Posteriormente com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, foram determinados os limites territoriais das possessões destinadas a portugueses e espanhóis na América.

³⁵ Idem, p.56.

³⁶ HAUBERT, op. cit., 1990.

³⁷ KERN, op. cit., 2009.

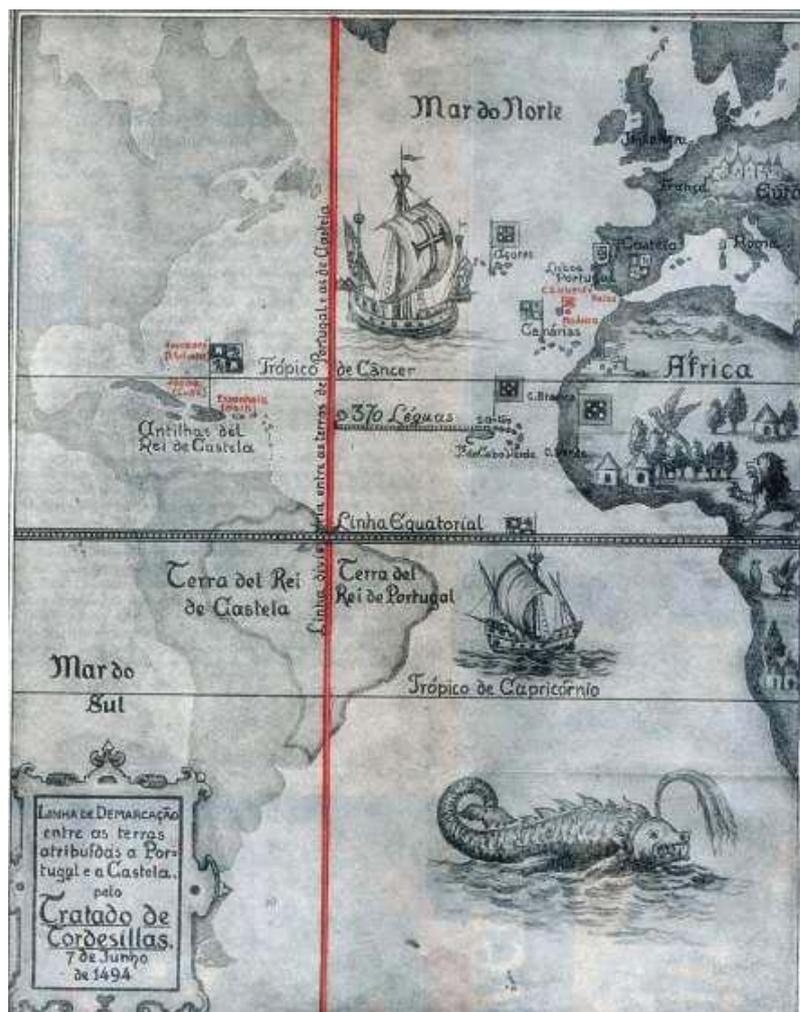


Figura 3 – No ano de 1494 os países ibéricos trataram a divisão dos territórios através do tratado de Tordesilhas³⁸.

Assim, nos séculos seguintes, as disputas entre as Coroas Ibéricas pelos territórios e riquezas das terras americanas aumentam mais. Segundo Castilho Pereira³⁹:

A expansão europeia rumo à África, Ásia e América começou na idade moderna e causou uma dinâmica missioneira considerável na Igreja, sobretudo nas ordens relativamente independentes e organizadas internacionalmente. Assim, a atividade missioneira chegaria ao México, Peru, China, Japão, Congo e África do Sul, sendo que, as primeiras ordens que chegar à América foram os Franciscanos (1502), Dominicanos (1509), Mercedários (1514), Agostinos (1533) e por fim a Companhia de Jesus (1540). Neste sentido, o primeiro espaço jesuíta estabelecido no Novo

³⁸ Fonte: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS UFRJ. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br>. Acesso em: 20 jan. 2011.

³⁹ CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins. O espaço missioneiro. In: *XII simpósio internacional IHU: a experiência missioneira: território, cultura e identidade*, 2010, p. 1.

Mundo foi no Brasil com a presença do padre Manuel de Nóbrega em 1549. Na América Espanhola, os jesuítas só receberiam a autorização real para estabelecer suas missões duas décadas mais tarde.

A Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Iñigo de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola, assumiu um papel decisivo e fundamental no movimento de regeneração da igreja Católica na Europa, expandindo o catolicismo pelos demais continentes.



Figura 4 – Mapa de las Misiones de la Companhia de Jesus em los Rios Paraná y Uruguay, conforme à mas modernas observaciones de Latitus y de Longitud, hechas em los pueblos de dichas Misiones...; Padre Joseph Quiroga, 1749⁴⁰.

⁴⁰ Fonte: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS UFRJ. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br>. Acesso em: 23 dez. 2011.

Havia o objetivo de integrar as sociedades indígenas ao mundo colonial. Tanto pela necessidade de catequizar e conseqüentemente conseguir aumentar o número de fiéis para a igreja católica, que naquela época sentia os efeitos da reforma protestante, quanto para manter as fronteiras para a coroa espanhola. De acordo com Custódio,

(...) o sistema colonial espanhol, em suas várias Ordenações, determinava o respeito à liberdade natural dos indígenas, mas estabelecia o chamado serviço pessoal. Nesse sistema, a encomienda permitia que os colonizadores obrigassem os índios a trabalhar, como forma de indenização pelos serviços de civilização e cristianização recebidos⁴¹.

Além da fé católica, existia também o desejo em “civilizar” os indígenas. Ao passo que estabelecer povoados reorganizando o espaço das tribos indígenas é, a título de civilidade, o primeiro passo, para tornar os indígenas povos “civilizados”. Montoya, ao relatar as informações de um missionário afirma que:

Aqueles índios que viviam de acordo com seus costumes antigos em serras, campos, selva e povoados, dos quais cada um contava de cinco a seis casas, já foram reduzidos por nosso esforço ou indústria a povoações grandes, e transformados de gente rústica em cristãos civilizados com a contínua pregação do Evangelho⁴².

A formação dos povoados também demonstra os objetivos políticos da coroa espanhola, sendo que, os povoados geograficamente organizados e habitados representavam uma linha de defesa dos interesses espanhóis frente à expansão portuguesa.

Concentrada na exploração e na proteção das minas de Prata do vice-reinado do Peru, a coroa espanhola entregou à Companhia de Jesus a tarefa de reunir, em reduções, missões ou povos, as populações nativas de imensas regiões dos territórios sul-americanos que lhes pertenciam, segundo o Tratado de Tordesilhas. As missões jesuíticas espanholas da América Meridional serviram como uma espécie de escudo contra a expansão lusitana em direção à estratégica foz do rio da Prata e, sobretudo, das cobiçadas minas de prata andinas⁴³.

⁴¹ CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. *A Arquitetura e o Urbanismo das Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000, p. 3. Disponível em: <http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_06.htm>. Acesso em: 14 dez. 2011.

⁴² MONTOYA, Antonio Ruiz. *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 20.

⁴³ MAESTRI, op. cit., 2010, p. 15.

Neste contexto, que o surgimento de cidades e povoados missioneiros passaram a ocupar uma fronteira maleável em termos de oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira. Nesse sentido, Custódio⁴⁴ afirma que:

Com a chegada dos conquistadores, iniciou-se o processo de transformação e extinção de povos, civilizações e culturas estabelecidas tradicionalmente em todo o continente. As populações nativas foram envolvidas nesse processo de diferentes maneiras. Por mestiçagem, por servidão e conquista ou pela dizimação sumária através de doenças. A mestiçagem foi a principal característica do sistema colonial, tanto no português quanto no espanhol. Ela moldou novos costumes, integrando comportamentos e elementos culturais de diferentes formações que passaram a conviver em espaços comuns.

A formação dos povoados Jesuítico-indígena determinou profundas mudanças socioculturais aos grupos indígenas que habitavam a região e o local escolhido pelos padres da Companhia de Jesus para a fundação do povoado. Houve nesse local, um complexo processo de relações que tiveram de ser estabelecidas entre os padres e os indígenas. Isso se dá até o momento em que essas comunidades indígenas fossem integradas nas instituições luso-hispânicas em formação, bem como nas instituições cristãs católicas.

Tanto os colonizadores quanto os padres jesuítas, entendiam que as sociedades que aqui viviam, precisavam inicialmente ser civilizadas, para depois tornarem-se cristãos. Segundo Schaden⁴⁵, são precários os conhecimentos sobre o sistema religioso guarani, anterior à época das missões Jesuítico-indígena, mas é certo que os guaranis modificaram sua religiosidade ao manter contato com o cristianismo nas reduções, mas sempre de modo a preservá-la.

A religião guarani, sofrendo profundas influências cristãs, assimilou durante longo período os elementos estranhos de maneira não a obliterar, mas a acentuar ao extremo certos valores centrais da própria doutrina primitiva, reinterpretando ensinamentos do cristianismo segundo o espírito desta⁴⁶.

⁴⁴ CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. Missões Jesuíticas: arquitetura e urbanismo. *Memorial do Rio Grande do Sul – Caderno de História*, s/d. n. 21, p. 2-3.

⁴⁵ SCHADEN, op. cit., p. 103.

⁴⁶ SCHADEN, op. cit., p. 105.

O contato entre as tribos indígenas brasileiras e o homem europeu, após a ocupação, influenciou sua cultura e modos de vida. O pouco conhecimento que se tem das manifestações artísticas e culturais indígenas anteriores a conquista europeia, foi preservado somente em algumas tribos que se mantiveram intocadas durante mais tempo, proporcionando o estudo posterior de suas raízes culturais⁴⁷.

A Província Jesuítica do Paraguai foi fundada em 1607, mas na época colonial, tinha os limites mais extensos do que os que têm atualmente a República Paraguaia. O padre Antônio Ruyz de Montoya fundou os primeiros povoados missioneiros nas terras do Guairá, atualmente estado do Paraná. Segundo Montoya, citado na obra de Custódio.

Llamamos reducciones a los pueblos de lo indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, entres, cuatro o seis casas solas, separados a legua, dos, tres y más unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política y humana, a beneficiar el algodón para con que se vistan; Porque comúnmente vivían en desnudez, aún sin cubrirlo que la naturaleza ocultó⁴⁸.

Posteriormente outros jesuítas também chegaram e se instalaram no Itatim, atual estado do Mato Grosso do Sul. Fugindo da ambição, perseguição e massacre dos encomendeiros e bandeirantes que buscavam escravos, os guaranis e os jesuítas abandonaram estas regiões e foram em direção ao Tape, atual estado do Rio Grande do Sul.

As reduções do Guairá também foram sucessivamente atacadas pelos paulistas. Em 1626, os jesuítas decidiram abandonar a região, dirigindo-se para o Sul, na região do Tape, ao Sul, nas terras banhadas pelo Paraná e Uruguai, onde a partir de 1626 criaram cerca de 18 novas reduções em território atualmente sul brasileiro⁴⁹.

As missões jesuíticas permitiram a parcial sobrevivência do indígena e a sua defesa contra as bandeiras, que eram expedições de apressamento oriundas na maior parte das vezes de São Paulo, e contra o sistema de encomenda, pelo qual “(...) os colonos espanhóis poderiam se valer do trabalho indígena temporariamente,

⁴⁷ SCHADEN, op. cit., 1962.

⁴⁸ CUSTÓDIO, op. cit., 2011.

⁴⁹ Ibidem.

mediante a sua introdução na fé cristã e nas práticas culturais da sociedade colonizadora”⁵⁰.

Os atuais territórios sulinos não possuíam minas de minerais valiosos e eram povoados por comunidades relativamente escassas, considerando-se as vastidões territoriais – estima-se que na época da chegada dos europeus uns cem mil nativos vivessem nessa região⁵¹.

Para os bandeirantes e encomendeiros o indígena representava a mão de obra necessária para suplementar à falta da mão de obra africana. A mentalidade escravagista da sociedade colonial brasileira entra em conflito com o projeto de salvação das almas promovido pelos padres jesuítas. O ato de conversão dos indígenas em nome do rei da Espanha e da fé católica representa para os indígenas reduzidos um refúgio, ou um espaço onde eles podem obter segurança e relativa liberdade, pois as incursões dos bandeirantes e encomendeiros a fim de capturar estes indígenas são constantes.



Figura 5 – Bandeirantes com índios aprisionados – tela de Jean Baptiste Debret⁵².

⁵⁰ BOGONI, Saul. *O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuítica e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá*. Maringá, 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/sbogoni.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

⁵¹ MAESTRI, op. cit., p.14.

⁵² BLOG INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Disponível em <<http://identidade85.blogspot.com/2007/06/os-guarani-e-histria-do-brasil.html>>. Acesso em 12 jan. 2012.

Por um lado o indígena está condenado ao genocídio predatório dos bandeirantes e de outro é posto frente ao etnocídio praticado pelos padres jesuítas na busca pela salvação da alma indígena e de sua conversão ao cristianismo. Desse modo, o indígena na região não tinha muita escolha, ou aceitava viver na redução que lhe garantia a segurança sob a bandeira da cristianização, ou corria o perigo de ser aprisionado por uma das frentes de colonização portuguesa ou espanhola, bandeiras ou *encomienda*. Segundo Custódio,

A economia da reciprocidade, base de uma sociedade sem estado da tradição guarani, foi adaptada e adotada nas reduções. A língua, traço fundamental do modo de vida dessa nação, foi mantida nas missões mas, aos poucos, foi sendo modificada em suas formas e no conteúdo de suas expressões. A extinção dos pajés, que utilizavam a palavra inspirada como suporte às narrações míticas, à eloquência política e aos cantos, esvaziou parcialmente o significado da língua ancestral. A nova religião católica utilizava outras formas de discurso, que se serviam das orações, dos catecismos e das pregações e como cenário, do urbanismo, da arquitetura e das artes⁵³.

De acordo com Maestri⁵⁴, “(...) as reduções do Tape, pertencentes a província do Uruguai, localizavam-se na margem oriental do rio Uruguai, no noroeste do atual Rio Grande do Sul, no Planalto ao longo dos rios Ibicuí e Jacuí”.

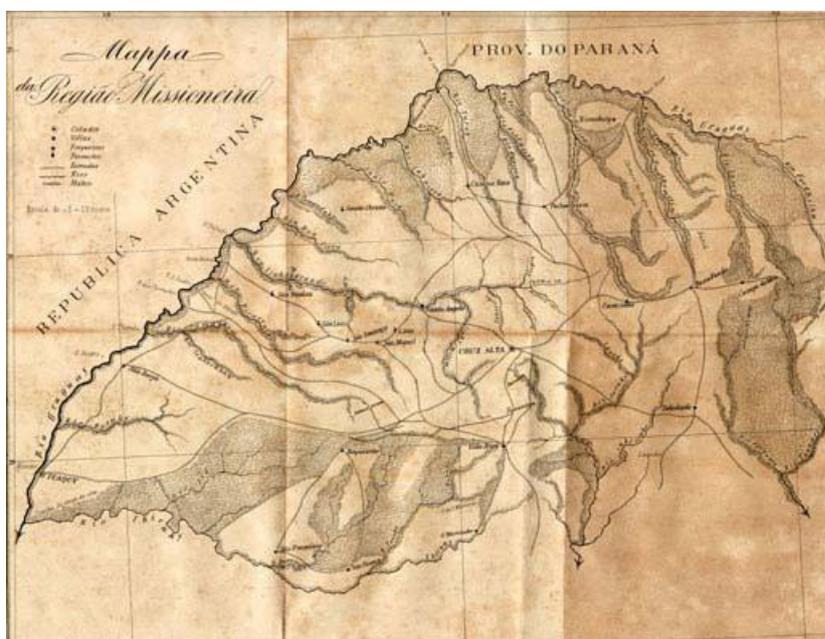


Figura 7 – Mapa da Região Misioneira; Evaristo Afonso de Castro, 1887.

⁵³ CUSTÓDIO, op. cit., 2011.

⁵⁴ MAESTRI, op. cit., p. 16.

A primeira missão fundada no Tape, foi San Nicolás, em maio de 1626, por “(...) jesuítas e missioneiros escapados dos ataques dos mamelucos paulistas às reduções de Itatim e Guairá. Logo reduções foram organizadas nos vales do Caí, do Jacuí, do Rio Pardo e do Rio Pardinho”⁵⁵.

A partir de 1626, os mamelucos paulistas atacaram, saquearam, destruíram e reduziram à escravidão parte da população das reduções jesuíticas do *Guairá* e do *Itatim*. Em 1630, os holandeses conquistaram a capitania de Pernambuco e, a seguir, importantes portos negreiros lusitanos na África – *Gabão, Rio Real, Fernando Pó, São Jorge da Mina, Cabo Lopo Gonçalves, etc.* –, causando falta de trabalhadores africanos escravizados aos escravistas luso-brasileiros. O desenvolvimento do mercado de americanos escravizados impulsionou o destruidor assalto dos mamelucos paulistas às missões jesuíticas espanholas⁵⁶.

Armani coloca-nos que a encomenda foi uma forma de disfarçar o trabalho escravo do indígena, proibido pela legislação da época. “Imperador Carlos V, el qual, com repetidas cédulas reales, mandó que se representava laliberdad de los índios, y prohibió severamente reducirlos a esclavitud”⁵⁷.

Os índios de encomenda eram muitas vezes vendidos ou alugados por seu encomendero, em desafio a lei; pouca coisa era feita para assegurar a cristianização dos trabalhadores ou para prover seu bem estar, como exigia a lei⁵⁸.

Para tentar conter os abusos cometidos pelos apresadores de indígenas, foram publicadas as Ordenanças pelo rei da Espanha, que proibiam o trabalho escravo indígena imposto pela encomienda, porém, estas não foram inteiramente respeitadas. Nesse sentido Bogoni, afirma que:

Os espanhóis se aproveitavam da situação criada pelos próprios padres através da catequização, que transformava os índios Guarani em seres mansos e generosos ou, para usar um termo mais apropriado a este trabalho, ‘reduzidos’. Na menor oportunidade voltavam contra os índios a prática da escravização ou utilização do seu trabalho a baixo custo, além de oferecerem exemplos contrários aos pregados pelos padres, na vida comunitária, que se chocava com o esforço em prol da nova organização social. A nova vida nos sertões havia desviado os espanhóis dos hábitos

⁵⁵ Ibidem, p.16.

⁵⁶ Ibidem, p.16, grifos do autor.

⁵⁷ ARMANI, Alberto. *Ciudad de Dios y ciudad del sol: el "Estado" jesuita de los guaraníes (1609-1768)*. Cidade do México: FCE, 1982, p. 29.

⁵⁸ GIBSON, Charles. As Sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: *História da América Latina V.II*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 291.

Tape e acampou às margens do rio Taquari, devastando a região. A redução de Jesus-Maria foi arrasada após resistir por cinco dias ao ataque escravizador. As missões de Santana, San Cristóbal e San Joaquín também teriam sido rapinadas. Em 1637 e 1638, outras duas expedições atacaram os povos missioneiros localizados nessas paragens, Estima-se que as missões do Tape tivessem uns trinta e cinco mil habitantes, uma população considerável para a realidade demográfica da época, mesmo europeia⁶¹.

No momento em que os portugueses reconquistam os portos escravagistas que estavam nas mãos holandesas, gradativamente vão diminuindo as incursões realizadas com a finalidade de aprisionar os indígenas da região e das reduções, visto que, regulariza-se o abastecimento da mão de obra de africanos escravizados.

Porém, as reduções da banda oriental do rio Uruguai já estavam em completa destruição, situação que faz com que os guaranis missioneiros do Tape, migrem para a margem direita do rio.

As razias dos bandeirantes e a conseqüente migração das reduções para regiões a oeste do rio Uruguai determinaram importante desorganização das reduções jesuíticas e despovoamento dos atuais territórios sul-rio-grandenses. A mão de obra nativa escravizada fortaleceu, porém, a economia mercantil e escravista luso-brasileira⁶².

1.5 O RESSURGIMENTO DOS POVOADOS MISSIONEIROS NA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI: OS SETE POVOS

Em 1680, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, tendo como objetivo participar do comércio. Na tentativa de evitar o ataque dos portugueses e índios charruas nas terras e no rebanho que os espanhóis, jesuítas e índios Guarani consideravam propriedades suas, os jesuítas iniciaram seu retorno para a banda oriental do rio da Prata e fundaram sete reduções Jesuítico-indígena, conhecidas por Sete Povos das Missões.

Os sete povos são: Francisco de Borja, fundada em 1682, São Nicolau, fundada em 1687, São Luiz Gonzaga, fundada em 1687, São Miguel Arcanjo, fundada em 1687, São Lourenço Mártir, fundada em 1690, São João Batista,

⁶¹ MAESTRI, op. cit., p. 17, grifos do autor.

⁶² Ibidem, p.18.

fundada em 1697, Santo Ângelo Custódio, fundada em 1706. Os Sete Povos das Missões, localizados no espaço geográfico que hoje compreende o Rio Grande do Sul, integravam o conjunto dos Trinta Povos.



Figura 8 – Limites territoriais do Rio Grande do Sul⁶³.

De acordo com Padre Sepp, que foi o fundador da Redução de São João Batista, durante a fase principal, de 1690 a 1750, pertenciam ao território das reduções jesuíticas as seguintes zonas:

Todo o sul da atual República do Paraguai, as atuais Províncias de Corrientes e Misiones e toda a parte oeste, sul e norte do atual Rio Grande do Sul, sendo o centro deste Estado constituído pelos Sete Povos, chamados de Missões. Do total de 30 reduções, 8 em território do atual

⁶³ Fonte: NuGeo/URI.

Paraguai, 15 no território da atual Argentina e 7 no atual Rio Grande do Sul⁶⁴.

Os sete povos estavam inseridos em um contexto maior, que eram os 30 povos, mas conforme Maestri⁶⁵ tinham uma administração própria, o que permitia uma melhor gestão dos recursos econômicos, e isso possibilitava uma maior proteção desse território, que se encontrava ameaçado com a fundação da Colônia do Sacramento. “As missões jesuíticas espanholas eram poderosa arma contra a expansão lusitana em direção a Prata”⁶⁶.

Ao contrário do que se pensa e a maior parte das informações turísticas na região assinala, os sete povos não eram formados exclusivamente por indígenas guaranis, mesmo que estes fossem a grande maioria. Jean Baptista afirma que,“(…) mesmo os missionários assim se referem àquelas cidades: ‘pueblos de guaraníes’”⁶⁷. Nesse sentido, Maestri⁶⁸, afirma que:

Os sete povos teriam trinta mil habitantes, sobretudo guaranis, ainda que ali vivessem nativos charruas, minuanos, etc. – população significativa, considerando-se a realidade demográfica da época. Então, a população de Portugal ultrapassaria apenas em um milhão e meio de habitantes.

Os sete povos das Missões, integrantes de um conjunto urbanístico maior, os 30 povos, se estruturaram e se desenvolveram durante o final do século XVII até meados do século XVIII.

Os Sete Povos das Missões fizeram parte de um conjunto maior de Trinta Povos. Distribuídos pelas bacias hidrográficas do Uruguai e do Paraná, os Trinta Povos inseriram-se na complexa estrutura político-administrativa da Espanha do século XVII e XVIII⁶⁹.

⁶⁴ SEPP, Padre Antônio S. J. *Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, 1972, p. XXIII.

⁶⁵ MAESTRI, op. cit., p. 21.

⁶⁶ Ibidem, p. 21.

⁶⁷ BAPTISTA, Jean. *Dossiê Missões: Volume I – o temporal: sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.

⁶⁸ MAESTRI, op. cit., p.21.

⁶⁹ SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006, p. 121.



Figura 9 – Mapa dos Trinta Povos das Missões Jesuítico-indígena⁷⁰.

Nesse contexto de diversidade está inserido o povoado de San Angel, que ficou conhecido na historiografia como o último dos sete povos missioneiros⁷¹. Desse modo, para realizar o estudo da redução de San Angel devemos levar em consideração o período histórico em que ela é estruturada, sua fundação e seu desenvolvimento.

1.6 A REDUÇÃO DE SAN ANGEL

A fundação das reduções ou dos povoados, não dependia somente dos padres da companhia de Jesus, eram necessárias licenças ou autorização do

⁷⁰ MAEDER, Ernesto; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de Guaraníes Argentina, Paraguay y Brasil*. Sevilla: Instituto Andaluz, 2009.

⁷¹ NAGEL, Liane Maria. *A História de San Angel Custódio – redução de fronteira: no contexto dos Trinta Povos Guaraní-Jesuíticos da região Platina*. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

provincial dos Jesuítas, além dos governadores de Assunção e Buenos Aires⁷². A missão de San Angel, assim como todas as outras reduções, fazia parte dos planos de catequização e evangelização e é claro, ocupação do território pela Companhia de Jesus a serviço da coroa espanhola⁷³.

Quanto à redução de San Angel, a data e local de sua instalação ou fundação sempre geraram muita polêmica. Pippi⁷⁴ afirma que:

O seu surgimento foi decorrência de um desmembramento da população de Concepcion e foi fundada em 12 de agosto de 1706, em local ainda não comprovado, no atual município de Entre-Ijuis, o qual acabou sendo impróprio para a necessária expansão, devido, provavelmente, a proximidade dos dois rios, o Ijuí e o Ijuizinho. No verão de 1707, com a baixa do Rio Ijuí, a população dessa redução, instalada provisoriamente, foi transferida (cerca de 7 Km) em direção ao norte transpondo o rio Ijuí, para o local onde então se fixou definitivamente e se desenvolveu até a expulsão dos jesuítas, em 1767/68, e onde, mais tarde ressurgiu o povoado que deu origem a atual cidade de Santo Ângelo.

Nagel⁷⁵ afirma com base em uma prova documental da coleção de Angelis que a data de fundação de San Angel é o ano de 1706, quando se registra o primeiro batismo na redução, entre os rios Ijuí Grande e Ijuizinho, local abandonado em 1707, para assentar-se entre os arroios Santa Barbara e Itaquarinchin, onde hoje se localiza a cidade de Santo Ângelo.

Segundo Nagel⁷⁶, a fundação e organização da redução de San Angel têm sido atribuída ao Padre jesuíta Diogo Haze. Segundo Pippi⁷⁷ “(...) a redução dedicava-se ao cultivo e industrialização de erva mate e algodão”. Nagel⁷⁸ afirma que, San Angel tornou-se por volta do ano de 1768, um dos povos mais prósperos de toda a região missioneira, sendo o maior produtor de erva mate, exportando este produto juntamente ao algodão em quantidades significativas, tanto para as cidades coloniais quanto para a Europa.

⁷² Nos manuscritos da coleção de Angelis, encontramos vários documentos que comprovam a necessidade das licenças. M.C.A I-29-1-14, M.C.A. I-29-1-25. M.C.A. I-26-1-26, M.C.A I-29-1-28.

⁷³ PIPPI, Gladis Maria. Redução de Santo Ângelo Custódio. In: PIPPI, Gladis Maria; MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007, p. 58.

⁷⁴ Ibidem, p.58.

⁷⁵ NAGEL, op. cit.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ PIPPI, op. cit., p. 59.

⁷⁸ NAGEL, op. cit., 1994.

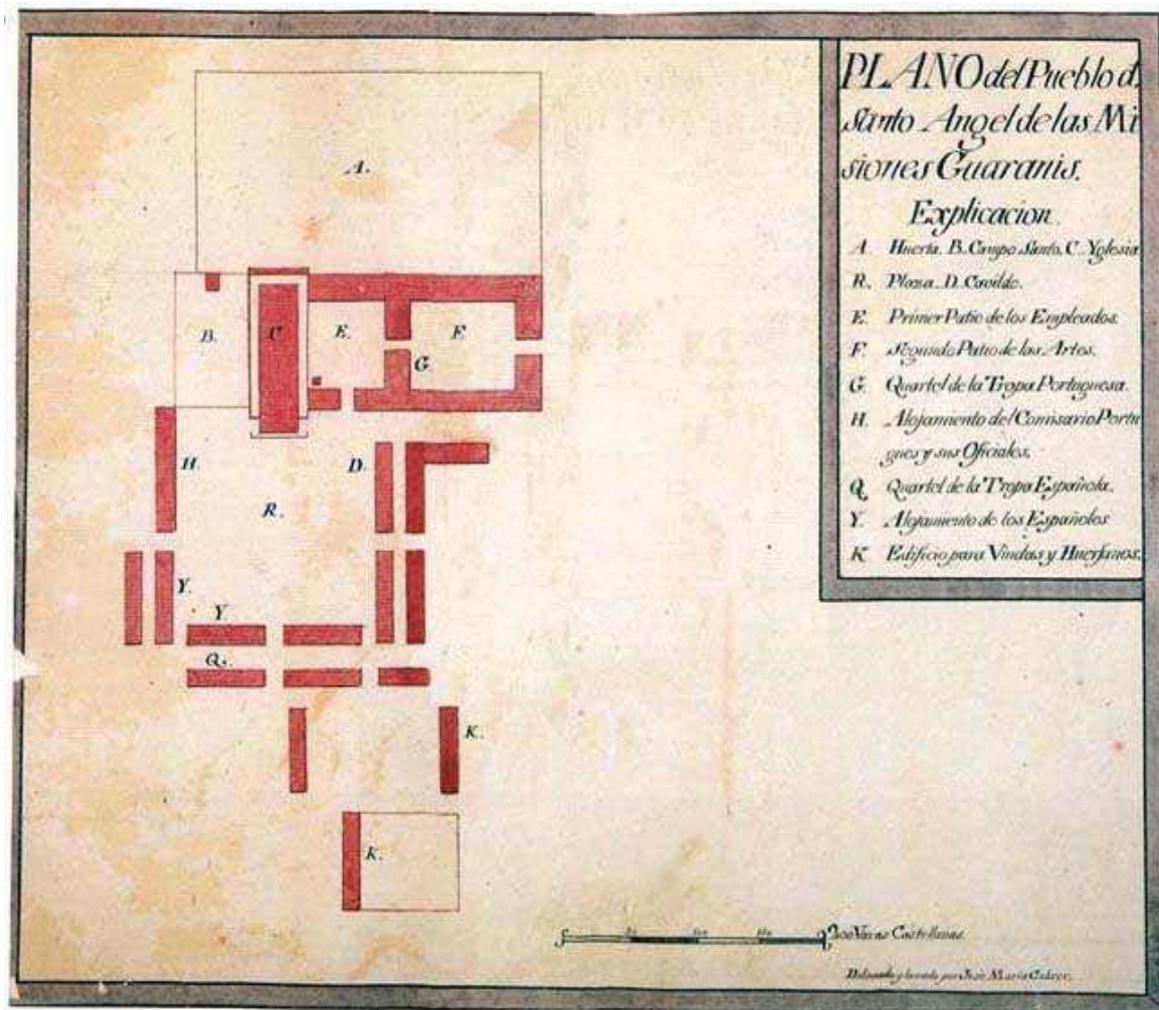


Figura 10 – Redução de Santo Ângelo elaborada por José Maria Cabrer (1784)⁷⁹.

Além de se destacar no campo econômico, a redução se destacava no campo cultural, sendo que, Felix Azara, em visita a redução de San Angel em fins do século XVIII, destaca o grande número de indígenas que se dedicavam principalmente à escultura e a pintura. Segundo Finokiet⁸⁰ “(...) um fato curioso diz respeito à inclinação desse povo para as artes, congregando magníficos artistas, trazidos de Concepción, que se dedicavam à pintura e à estatuaria”.

A escolha do local para instalação do povoado missioneiro era uma preocupação que perpassava todas as reduções, afinal exigia um profundo

⁷⁹ ADONIAS, 1993. Créditos da imagem digitalizada: *Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul*. O original encontra-se na Mapoteca do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro. A localização do Cotriguaçu conforme aparece na planta gera muitas discussões entre os pesquisadores atuais.

⁸⁰ FINOKIET, Bedati Aparecida. Santo Ângelo Custódio – 300 Anos. In: PIPPI, Gladis Maria; MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007, p.124.

conhecimento sobre as diversas paisagens que compunham essas regiões. Esta preocupação se dava em função da necessidade de água para o povoado, pois além de abastecê-lo em períodos de seca, a população concentrada no núcleo urbano da redução deveria contar com um sistema de eliminação de dejetos orgânicos⁸¹.

Um conjunto de espaços compõem o que se pode chamar de *estrutura missional*. Ela se estende pela praça central, casas indígenas, fontes d'água, zonas de cultivo coletivo e familiar, estâncias e a área jesuítica (oficinas, claustro, igreja, cemitério, quinta e cotiguaçu)⁸².

Com relação às principais diferenças que ocorriam de uma redução para outra, em San Angel, pode-se destacar a posição do traçado urbano, sendo que nas outras seis reduções que compunham os sete povos, a entrada principal e a frente da igreja são voltadas para o norte, enquanto que em San Angel, são voltadas para o sul.



Figura 11 – Desenho hipotético do plano urbanístico de Santo Ângelo Custódio⁸³.

⁸¹ BARCELOS, op. cit.

⁸² BAPTISTA, op. cit., grifos do autor.

⁸³ Fonte: BLOG SANTO ÂNGELO EM FATOS E FOTOS. Disponível em: <<http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/2009/08/plano-urbanistico-da-reducao-de-santo.html>> Acesso em 12 jan. 2012.

A experiência Jesuítico-indígena durou até meados do século XVIII, quando a disputa pelos territórios platinos, impõem aos indígenas reduzidos por razões políticas e econômicas no ano de 1750, o Tratado de Madrid, assinado pelas coroas espanhola e portuguesa, estabelecendo, a troca da Colônia do Sacramento de posse portuguesa, pelas missões do lado oriental do rio Uruguai, de posse espanhola. Isso implicava na retirada das populações indígenas dos sete povos.

Tal tratado não é aceito pela grande maioria dos indígenas que habitavam o local, o que acaba por desencadear a Guerra Guaranítica⁸⁴, tendo como ápice a batalha de Caoiboaté, que leva a derrota missioneira no ano de 1756. Conforme Pippi:

Em 1768, após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, as reduções passaram à administração portuguesa e espanhola, e, a partir de 1801, a banda oriental do rio Uruguai foi incorporada ao domínio português, entrando as reduções em seu curso de decadência e extinção. O destino da Redução de Santo Ângelo Custódio foi então, entregue às forças da natureza. Sem habitantes, em pouco tempo a vegetação tomou conta das áreas construídas, transformando tudo em ruínas⁸⁵.

Segundo Baptista, Bauer e Presa⁸⁶, posterior a expulsão dos jesuítas do território inicialmente denominado sete povos das missões com o Tratado de Madrid em 1750, é decretado o fim de uma experiência nunca antes vivenciada na história. Sem o cuidado dos padres, o território chega ao século XIX com as estruturas decadentes e desprovidas de qualquer forma de cuidado administrativo. Desse modo os autores afirmam que:

Todavia, mais do que tudo, o que ali se passa no século XIX transcende aos homens que vivem no interior de um espaço. São as ruínas, gigantes antropofágicos, que devoram qualquer um que nelas passe, carregando-os, sem nenhum constrangimento, para o interior de sua própria história⁸⁷.

Assim, poucos foram os registros da redução de San Angel, porém, uma das grandes contribuições para a historiografia vem dos viajantes do século XIX, que passando pelo local descrevem suas impressões.

⁸⁴ Maiores informações podem ser encontradas na obra: GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

⁸⁵ PIPPI, op. cit., p. 59.

⁸⁶ BAPTISTA, Jean; BAUER, Leticia; PRESA, Alejandra. As Ruínas e seus personagens no século XIX. *Biblos*, Rio Grande, 20: 179-193, 2006, p.180.

⁸⁷ *Ibidem*. p.180.

1.7 AS RUÍNAS DA REDUÇÃO DE SAN ANGEL E O INÍCIO DO POVOADO DE SANTO ÂNGELO POR OLHOS VIAJANTES

Vale destacar aqui que essas fontes são parciais, pois não tinham o objetivo de realizar um relato formal, mas ainda assim, sendo as informações de cunho pessoal, são de grande importância, somadas a outras informações e documentos, para ter-se uma visão mais completa da época.

A redução de San Angel, tem seu templo registrado nas palavras de Auguste de Saint-Hilaire⁸⁸ que esteve na região nos anos de 1820 e 1821. O viajante demonstra suas impressões da seguinte forma:

Os jesuítas parecem ter querido demonstrar, de modo simbólico, a sua intenção de não ir mais longe, pois sendo as igrejas de todas as aldeias voltadas para o norte, a de Santo Ângelo olha para o sul. (...) A única diferença apresentada pela igreja de Santo Ângelo, está em sua posição, pois, no mais é perfeitamente semelhante às de São Borja, São Nicolau, São Luiz e São Lourenço. O convento é, entretanto, menor, a praça tem mais ou menos 180 passos em quadro e além disso ainda existem algumas ruas.

Quanto ao processo de arruinamento na redução de San Angel, Auguste Saint-Hilaire⁸⁹ ainda diz que, "(...) A igreja, o curralão e mesmo o convento estão em ruínas e das numerosas casas, seis estão praticamente habitáveis. (...) Antes de deixar Santo Ângelo visitei a igreja que encontrei em péssimo estado, não sendo, porém, menos bela que as das outras aldeias".

Arsène Isabelle⁹⁰ fala sobre o estado geral de ruínas em que se encontram todas as igrejas dos jesuítas. Em 1833-1834, quando passa pela região das missões ele demonstra medo de entrar nos templos em ruína.

Hesitamos algum tempo antes de visitar a igreja porque parecia que ia desabar de um momento para outro. Cada vez que venta, destacam-se do teto enormes vigas que rolam com estrondo, abalando o resto do antigo edifício, (...).

⁸⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p.155-156.

⁸⁹ Ibidem, p.156.

⁹⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p.19.

Hemetério Silveira⁹¹ registrou através de manuscritos os seguintes relatos sobre o povoado de San Angel:

Desaba a igreja de Santo Ângelo em desastrada tentativa de reformulação em 1856, dando-se início à elevação de uma nova.(...) Em alguns casos, como de Santo Ângelo, árvores, ervas e plantas diversas – algumas espinhosas – apoderaram-se de tal forma que chegam a impedir o acesso, até que a administração pública (na época, Pinheiro Machado enquanto vereador de Cruz Alta) manda abrir a ‘caixinha-de-surpresas’.

No ano de 1877 passa pela região missioneira Maximiliano Beschoren⁹², descrevendo todos os sete povoados. Ao descrever San Angel dá ênfase aos trabalhos esculpidos em pedra na ainda remanescente fachada da igreja, afirmando ele que, “(...) das construções jesuíticas, restou somente a fachada pontiaguda da igreja, adornada com magníficos trabalhos esculpidos em pedra’.



Figura 12 – Remanescentes arquitetônicos da antiga Redução de San Angel⁹³.

Maximiliano Beschoren⁹⁴, ainda relata com certo desgosto que em pouco tempo a igreja reducional tende a desaparecer para dar espaço a uma nova igreja que já está sendo construída pelos colonos que se estabeleceram no local. O autor afirma que as pedras do antigo e glorioso templo dos jesuítas são amplamente empregadas nas construções de casas e até mesmo da nova igreja. Desse modo o autor afirma que: “Soube com pesar, que estes restos, em pouco tempo,

⁹¹ SILVEIRA, Hemetério José Velloso. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979, p. 171.

⁹² BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 72.

⁹³ Fonte encontrada no Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

⁹⁴ BESCHOREN, op. cit., p. 72.

desaparecerão, para dar lugar a uma nova igreja, já em construção. Aliás, várias casas do povoado foram inteiramente construídas com o material da velha igreja”⁹⁵.

Sobre a reutilização das pedras, Maximiliano Beschoren, no ano de 1883, cita um exemplo de uma construção reutilizando as pedras da Redução de San Angel.

A bela casa, de construção maciça, tem em frente um posto policial, cujas paredes foram erguidas com algumas colunas da antiga e magnífica igreja. Guardas uniformizados, no meio das ruínas da antiga igreja jesuítica, se agrupavam⁹⁶.

1.8 A NOVA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Após a desestruturação das reduções, a expulsão dos jesuítas e a conquista das terras pela coroa portuguesa procurou-se ocupar o local. Nesse sentido, para assegurar a posse das terras, Cruz afirma que “(...) nomeou-se uma Comandância Militar subordinada ao governo com sede em Porto Alegre, cuja finalidade era cuidar e administrar as terras missioneiras”⁹⁷.

Desde o início os portugueses já demonstravam interesse em ocupação e colonização do local, sendo as terras da região das missões, mais especificamente, da região de Santo Ângelo, propícias ao pastoreio, abastadas de matas e de campos de erva mate, além de local estratégico frente a possíveis incursões de contrabandistas espanhóis, como a que ocorreu em fins de 1828 por Frutuoso Rivera, e, que Cruz⁹⁸ explica como sendo “(...) o saque praticado por Rivera que levou das Missões mais de 60.000 reses pertencentes aos brasileiros, além de levar cavalos e caretas, aliciar índios para os fixar no local que denominou de Bela União”.

Com a invasão dos platinos, a destruição das Missões foi acelerada e novos elementos, vindos principalmente de São Paulo, vão ocupar as terras dos antigos aldeamentos indígenas. (...) Um contingente relativamente

⁹⁵ BESCHOREN, op. cit., p. 72.

⁹⁶ BESCHOREN, op. cit., p. 116.

⁹⁷ CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: Um Município em Construção – das missões até 1930*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986, p. 93.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 93.

significativo de pessoas veio para a região missioneira a partir de 1831. Estabeleceram-se, porém, em propriedades isoladas, formando verdadeiros latifúndios, mas não constituíram um núcleo populacional⁹⁹.

A efetiva reocupação do espaço da antiga redução ocorreu por volta do ano de 1859 quando Antônio Manoel de Oliveira e Antônio Gomes Pinheiro Machado principiaram a ocupação do local, para fazer dele sede da paróquia da nova freguesia, ao lado de outros imigrantes e descendentes, sobretudo de portugueses que receberam sesmarias na região. Iniciaram com o desmatamento do local, encontrando assim, os remanescentes arquitetônicos da antiga redução. De acordo com Cruz:

Quando, em 1831, Francisco de Paula e Silva penetrou nos matos de unha-de-gato e taquara da antiga redução de Santo Ângelo Custodio, tendo por incumbência resgatar os vestígios das estradas dos jesuítas que levavam aos ervais, encontrou por aqui várias famílias paulistas residindo. A partir de uma solicitação sua, começaram, então, as concessões de sesmarias de campos e matos em áreas próximas ao que havia restado do Sétimo Povo Missioneiro. Tendo como base o relato escrito deixado por Hemetério Velloso, é possível saber que é nesse período que chega o paulista Antônio Manoel de Oliveira, com a família e escravos, recebendo uma sesmaria nos campos de Santa Teresa, a duas léguas de Santo Ângelo.¹⁰⁰

De acordo com Machado¹⁰¹, “(...) nos campos de Santa Tereza, hoje município de Catuípe, localizou-se o paulista Antônio Manoel de Oliveira, que deixou grande descendência e que foi, mais tarde, um dos restauradores do povo de Santo Ângelo”. A partir desse momento, sucedem-se as ocupações através de sesmarias de terras, perfazendo cerca de 1.440 quilômetros de terras ocupadas, juntamente com campos baldios e matas do distrito de Santo Ângelo¹⁰².

O território torna-se Freguesia através da Lei Provincial nº 335 de 14 de janeiro de 1857. Anteriormente pertencia a Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira e, finalmente, nessa época o local pertencia e respondia ao município de Cruz Alta¹⁰³. Até meados de 1859 não havia efetivo povoamento em Santo Ângelo, conforme

⁹⁹ Ibidem, p. 94.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 97.

¹⁰¹ MACHADO, José Olavo. *História de Santo Ângelo (das Missões aos nossos dias)*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1981, p. 15.

¹⁰² FINOKIET, op. cit., p. 127.

¹⁰³ Fonte: Prefeitura Municipal

Cruz¹⁰⁴ haviam “(...)apenas estâncias dispersas e alguns indígenas levando uma vida seminômade.” Segundo Pippi:

Antônio Manoel de Oliveira e o Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado, então vereador da Câmara de Cruz Alta, resolveram aproveitar o local da antiga redução para sede de uma nova paróquia. Abriam um caminho até as ruínas da Antiga Redução de Santo Ângelo e, sobre os escombros iniciaram um novo povoamento, aproveitando a planta da antiga redução. Na praça, ao lado leste, foi construída a casa de Antônio Manoel, que servia de residência do pároco, com uma sala e altar destinados à celebração da missa e atos paroquiais. Da mesma forma outros cidadãos foram apossando-se dos terrenos e construindo casas¹⁰⁵.

A preocupação em ocupar territórios foi constante durante todo o século XIX, tanto pelo governo imperial como provincial. Na região das missões, a ocupação realizou-se entre outros por paulistas, portugueses, alemães, italianos, poloneses além dos indígenas que há muito já habitavam o local.

A partir da ocupação feita pelo paulista Antônio Manoel de Oliveira, que foi quem construiu a primeira residência, outras ocupações passaram a acontecer: a segunda construção foi a residência de Alfredo Pinheiro Machado, em diagonal com a casa de Antônio Manoel (no local temos hoje, hoje, o Skinão Lanches); a terceira construção tratava-se da casa de João Ernesto Kruehl (atualmente existe ali a cúria diocesana); logo após, temos a construção da residência de Bento Rolim de Moura, onde seria instalada, em 1874, a sede da 1ª Câmara de Vereadores, localizada na esquina da rua Marques do Herval com a Bento Gonçalves, onde temos, hoje, o Clube Gaúcho. Por volta de 1860, reaproveitando uma das casas dos índios, ainda existentes dos tempos da redução, Bernardo José Rodrigues, o pai de Ulysses Rodrigues, construía a sua casa, no local onde, atualmente, temos o Museu Municipal¹⁰⁶.

1.9 O MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

A emancipação ocorreu pela Lei nº 835 de 22 de março de 1873, quando é elevada a categoria de Vila. A denominação de Vila ou Cidade se equivaliam na época. Localiza-se na encosta Ocidental do Planalto Médio Rio-Grandense, Região Noroeste do Estado, Zona Fisiográfica das Missões. O Município de Santo Ângelo,

¹⁰⁴ CRUZ, op. cit., p. 97.

¹⁰⁵ PIPPI, op. cit., p. 59.

¹⁰⁶ FINOKIET, op. cit., p. 128.

está localizado a 28.29° de latitude Sul e 54.26° de longitude Oeste, na região Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui uma área Superficial de 677 Km², sendo destes, urbanos: 60 Km² e rurais: 617 Km². Os limites do município ao Norte são Giruá, ao Sul, Entre-Ijuis, ao Leste, Catuípe, e ao Oeste - Guarani das Missões. Contando, segundo o IBGE, censo de 2010 com uma população de 76.304¹⁰⁷.

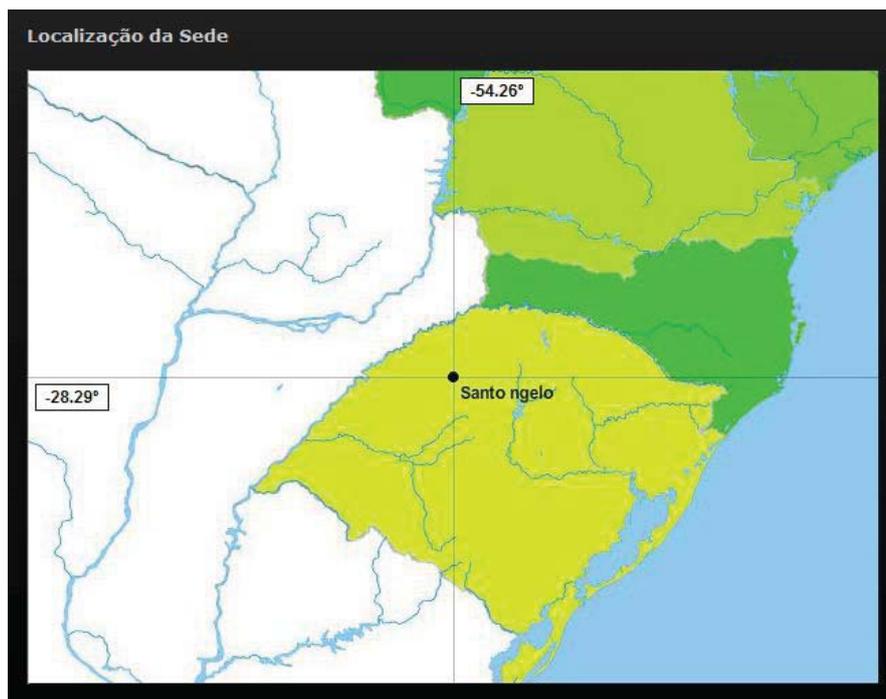


Figura 13: Mapa de Localização do Município de Santo Ângelo.

O município vem gradativamente adquirindo, nas últimas décadas uma maior consciência preservacionista, através de projetos arqueológicos como os realizados por Arno Kern, Giovanni Scaramella, Cláudio Carle, Raquel Rech, entre outros pesquisadores. Destas pesquisas resultaram acervos com aproximadamente 10 mil fragmentos arqueológicos¹⁰⁸, armazenados em laboratórios ou núcleos arqueológicos, como o NARQ¹⁰⁹, por exemplo.

Outra importante contribuição de para a cidade de Santo Ângelo que se desenvolveu sobre do sítio arqueológico, sem deixar vestígios arquitetônicos, foi um estudo de sobreposição da antiga planta de Cabrer (FIGURA 12), sobre o moderno

¹⁰⁷ Fonte: Prefeitura Municipal.

¹⁰⁸ CARLE, Cláudio Baptista. 300 anos de Santo Ângelo Custódio: Uma História em um passado arqueológico. In: PIPPI, Gladis Maria e MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

¹⁰⁹ Núcleo de arqueologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

traçado da cidade de Santo Ângelo, realizado em 1990 pelo Arqueólogo Giovane Scaramella. Esta planta serviu de ponto de partida para guiar as recentes pesquisas arqueológicas executadas na cidade. Destarte, o Centro Histórico de Santo Ângelo é um local de grande apreço da população santo-angelense, pois nele ocorrem os eventos sociais, religiosos, turísticos e comerciais da cidade.

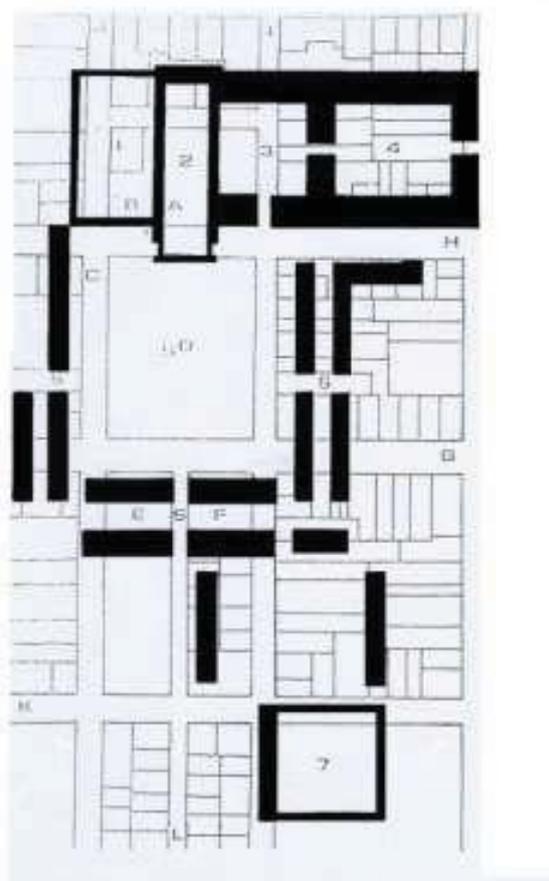


Figura 14 – Sobreposição das plantas de Santo Ângelo (área do Centro Histórico)¹¹⁰.

No ano de 2006 iniciou-se o Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, no Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio¹¹¹. As modificações ocorreram nos principais lugares de memória da cidade. São espaços representativos como a Praça Pinheiro Machado, a Catedral Angelopolitana e o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, localizados no espaço em que há mais

¹¹⁰ Extraído do artigo “Onde está a Redução Jesuítica Missioneira?”. *Jornal das Missões*, 15 de dezembro de 1990, p. 3.

¹¹¹ RECH, Raquel. *Relatório do Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio (Convênio PMSA-URI)*. Santo Ângelo, 2007.

de 300 anos existiu a Redução de San Angel. O projeto acabou desvendando alguns remanescentes reducionais.

Revelados em escavações no início das obras, os resquícios do antigo povoado missioneiro podem ser vistos atualmente em nove janelas arqueológicas, cobertas com vidro anti-impacto. Tem-se à mostra parte das fundações da torre da igreja Jesuítico-indígena, da entrada do pátio que dava acesso aos dormitórios dos padres e ao colégio jesuítico.

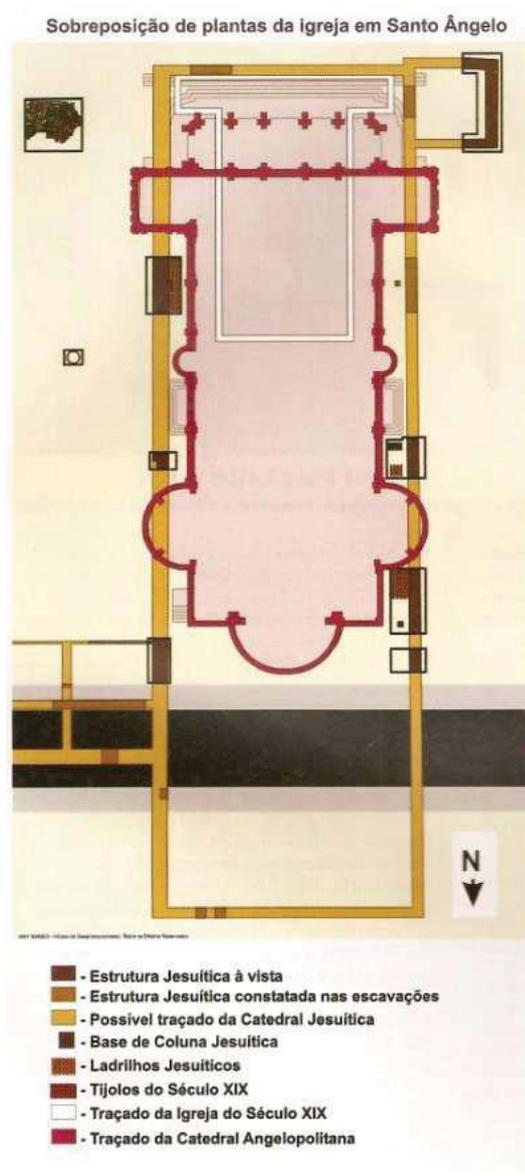


Figura 15 – Sobreposição de plantas das igrejas de Santo Ângelo¹¹².

¹¹² Extraído de Rech 2007; 2008. Fonte: NUGEO-URI. Na sobreposição de plantas, aparece em bege o traçado da antiga igreja reducional, em branco representa a segunda igreja construída na época do repovoamento e em rosa a área da atual catedral.

Também pode ser observado o piso original de cerâmica do antigo templo da redução de Santo Ângelo Custódio.



Figura 16 – Piso original de cerâmica do antigo templo jesuítico mostrado em janela arqueológica¹¹³.

¹¹³ Fonte. Arquivo pessoal Débora Mutter.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Este capítulo tem como proposta discutir as questões referentes à cultura e a preservação do patrimônio cultural, bem como as instituições criadas para a proteção dos mesmos. A legislação patrimonial e sua aplicabilidade nos níveis nacional, estadual e municipal, além da memória enquanto formadora da identidade cultural e da cidadania, a relação que esta mantém com o patrimônio e a importância da educação patrimonial.

2.1 CULTURA E PATRIMÔNIO

Estudiosos das mais variadas áreas, instituições e organizações não governamentais têm voltado seus olhos para questões referentes à preservação do patrimônio histórico e cultural. Isso porque percebem a necessidade de ter referenciais culturais, tanto para a pesquisa histórica quanto para o ensino, lembrando que os conceitos de patrimônio e preservação estão profundamente atrelados ao respeito e valorização da cultura¹¹⁴.

O termo cultura é de origem latina (*colere* = cultivar ou instruir), seu significado original sempre esteve ligado às atividades agrícolas, ou aos cultivos agrícolas, mas também era usado como sinônimo de educação e refinamento de um indivíduo. Para Funari e Funari, o conceito de cultura é muito antigo, inicialmente usado para designar os campos a serem cultivados, sofrendo posteriormente uma adaptação por parte dos romanos, que por sua vez utilizaram o termo “cultura ainimi”, que estaria relacionado ao “(...) cultivo da alma, o estudo –, aquilo que, posteriormente, seria a cultura que se aprende também na escola”¹¹⁵. Segundo Marconi e Presotto,

¹¹⁴ DINIZ, Tânia Marcondes. Considerações sobre o patrimônio cultural e os instrumentos legais para sua preservação. *Analecta*, Guarapuava, Paraná v. 5 no 1 p. 73-85 jan/jun. 2004.

¹¹⁵ FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação Patrimonial: teoria e prática, p.11. In SOARES, André Luis Ramos (org). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007.

A cultura é dinâmica e contígua, em virtude de estar constantemente se modificando, face aos contatos com outros grupos ou com suas próprias descobertas e invenções, ampliando, dessa maneira, o acervo cultural de geração em geração¹¹⁶.

Porém, muitas vezes no Brasil, a cultura é vista, como dispensável e acaba por não dispor da atenção que merece dos órgãos governamentais e conseqüentemente da sociedade brasileira. Nesse sentido Fernandes, afirma que:

Num país onde os mais elementares direitos de cidadania são negados à grande parcela da população, a cultura, às vezes, é encarada como algo supérfluo e, até mesmo, desnecessário, face às demandas mais prementes dos setores subalternos da sociedade brasileira. No entanto, entendemos que o direito à cultura deve ser encarado na perspectiva de direito de cidadania e direito fundamental da pessoa humana. Ao falarmos que a cultura é um direito fundamental a ser assegurado a todos os brasileiros, concluímos que estes mesmos cidadãos devem ter, primeiramente, o direito de produzir cultura, bem como o direito de acesso aos bens culturais, o direito de participar, interferindo no processo de decisões que envolvam a política cultural do país e, por último, o direito à memória histórica¹¹⁷.

A cultura está em constante processo de modificação, pois nunca se verá os mesmos referenciais culturais nas diversas sociedades existentes. Assim, é de fundamental importância a preservação e a proteção destes referenciais, pois são eles que garantirão o entendimento e a valorização do patrimônio cultural. Grandes contribuições, sobre o patrimônio cultural vêm do professor francês Hugues de Varine-Boham,¹¹⁸ que aponta a necessidade de proteger os bens patrimoniais que representam cada cultura, dividindo-os em três categorias de elementos: 1. *Recursos naturais*: natureza e meio ambiente¹¹⁹. 2. *Elementos do saber fazer*: o homem no meio ambiente¹²⁰. 3. *Bens culturais*: objetos, artefatos e construções¹²¹.

O conceito de Patrimônio não existe isolado. Só existe em relação a alguma coisa. Desse modo, podemos dizer que Patrimônio é o conjunto de bens materiais ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. De acordo com Lemos, Patrimônio pode ser definido como:

¹¹⁶ MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989, p. 59.

¹¹⁷ FERNANDES, J. R. O. Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1993, p. 273.

¹¹⁸ LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 08.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 08.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 09.

¹²¹ *Ibidem*, p. 10.

(...) um bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade. Estes patrimônios foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas, por isso representam uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural¹²².

O patrimônio pode ser confundido como aquilo que é herdado, e, por isso, também pode servir de suporte a memória, pois, em seu significado mais primitivo, a palavra patrimônio tem origem atrelada ao termo grego *pater*, que significa “pai” ou “paterno”. De tal forma, patrimônio veio a se relacionar com tudo aquilo que é deixado pela figura do pai e transmitido para seus filhos. Nas palavras de Funari;

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à ‘propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança’. Os alemães usam o termo *Denkmalpflege*, que significa “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “aquilo que foi ou pode ser herdado”, mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores¹²³.

Dessa forma, o patrimônio cultural de uma sociedade, região ou nação, que oferece várias peculiaridades em suas características, é reconhecido e protegido dentro de suas categorias. Para Funari e Carvalho “(...) o patrimônio é composto de bens de ordem material e imaterial, faz referências às identidades e memórias de diferentes grupos sociais”¹²⁴. De acordo com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural:

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas as formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas¹²⁵.

¹²² Ibidem, p. 14.

¹²³ FUNARI; FUNARI in SOARES, op cit, p. 12, grifos dos autores.

¹²⁴ FUNARI, Pedro Paulo A, CARVALHO, Aline. Patrimônio e Diversidade: Algumas Questões para Reflexão. In FUNARI, Pedro Paulo A, CARVALHO, Aline (orgs.) *143 Primeira Versão: Patrimônio Cultural, diversidade e comunidades*. IFCH/UNICAMP. Campinas-SP. Junho, 2011.

¹²⁵ UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. 2002: artigo 7 – O patrimônio cultural, fonte da criatividade. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

A palavra patrimônio está entre as palavras que usamos frequentemente no cotidiano¹²⁶. De acordo com Gonçalves “Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, imobiliários; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos”¹²⁷ entre outros. Fernandes por sua vez, fala de “(...) patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual e museológico”¹²⁸. Desse modo, pode-se perceber que, não existe uma única definição, que possa ser aplicada universalmente, sendo este um termo muito amplo. Segundo o IPHAN:

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis¹²⁹.

Assim, um patrimônio pode ser material ou imaterial. Podemos dizer que patrimônio material são os aspectos mais concretos da vida humana, e que fornecem informações sobre as pessoas. Cultura material é o mesmo que objeto ou artefato. O Patrimônio imaterial pode ser definido como o conjunto de manifestações populares de um povo, transmitidos oralmente, recriados e modificados ao longo do tempo. Os locais dotados de expressivos valores para a História, assim como as paisagens, também são representações do patrimônio imaterial. Nesse sentido Gonçalves afirma que:

Recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o ‘patrimônio imaterial’ ou ‘intangível’. Opondo-se ao chamado ‘patrimônio de pedra e cal’, aquela concepção visa a aspectos da vida social e culturais dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais. Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida¹³⁰.

¹²⁶ GONÇALVES, J. R. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (eds.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 25- 33.

¹²⁷ Ibidem, p. 25.

¹²⁸ FERNANDES, op. cit., p. 269.

¹²⁹ Fonte: PORTAL DO IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=portalphan>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

¹³⁰ GONÇALVES, op. cit., p.28.

2.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Quando falamos em patrimônio passamos a tratar de conceitos como da história, memória e ainda de uma identidade, relacionados um ao outro¹³¹. Essa noção de patrimônio passou a se fortificar no século XIX, depois que a Revolução Francesa salientou a necessidade de eleger monumentos que pudessem refutar o esquecimento do passado¹³². Uma definição de monumento nos é dada por Le Goff, ao afirmar que:

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...) O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos¹³³.

Pelegriini afirma que "(...) cumpre-nos contribuir para oferecer visibilidade às múltiplas relações entre a história e a memória ou detectarmos os distintos modos de produzir cultura"¹³⁴. Para Le Goff:

(...) a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com memória individual e coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de ethos cultural e de sua cidadania¹³⁵.

¹³¹ "Alguns expoentes da literatura que se ocupam tanto da historicidade, como da problematização das identidades, das culturas e das memórias, como: os antropólogos Christopher Hill e Stuart Hall, o sociólogo Boaventura Souza Santos, os historiadores Michel de Certeau, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Jaques Le Goff, a arqueóloga Lourdes Domínguez e pesquisadores como François Choay e Jose Ballart, entre outros, destacam a relevância de não desqualificarmos as chamadas 'identidades nacionais' ou subestimarmos as 'identidades étnicas' e as 'tradições populares'" (PELEGRINI, Sandra C. A. A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro: Impasses e jurisprudências, p. 100. In FUNARI, Pedro Paulo A. PELEGRINI Sandra C. A. RAMBELLI, Gilson (orgs). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, Fapesp; Campinas: Nepam, 2009).

¹³² FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio arqueológico, pós colonialismo e leis de repatriação. In: *Ibidem*, p. 79.

¹³³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 535-536.

¹³⁴ PELEGRINI, Sandra C. A., op. cit., p. 100. In FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI, op. cit.

¹³⁵ LE GOFF, Jacques. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 138.

Desse modo, pode-se perceber que a memória é fundamental quando se fala sobre patrimônio cultural, pois se preserva um bem cultural pelo que ele representa para uma determinada sociedade, no que se refere a formação da sua identidade cultural. Le Goff, ainda afirma que:

(...) é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história¹³⁶.

Nora¹³⁷ faz uma distinção entre a memória e história. Para ele a história está ligada ao intelectual, é uma representação do passado, enquanto a memória é afetiva e está em permanente evolução. Segundo Nora, existe a necessidade de existirem os “lugares da memória”, que servem como base para a história do presente. Os “lugares da memória” para Nora são entendidos da seguinte forma:

Trata-se de partir dos lugares em que uma sociedade, qualquer que seja, nação, família, etnia, partido, declare voluntariamente suas lembranças ou as reencontre como uma parte necessária de sua personalidade: lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e as arquiteturas; lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações: esses memoriais têm sua história. Mas fazer essa história significa reverter o sentido da palavra para confiar a memória dos lugares aos verdadeiros lugares da memória: Estados, meios sociais e políticos, comunidades, experiências históricas ou de gerações movidas a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que eles fazem da memória¹³⁸.

Os monumentos arqueológicos e arquitetônicos são importantes portadores de mensagens, verdadeiros marcos na transmissão do conhecimento, compreensão e consciência histórica. Estes monumentos são utilizados pelos diversos atores

¹³⁶ Ibidem, p.139

¹³⁷ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de pós-graduação em História da PUC – Projeto História*. São Paulo: n. 10, 1993, p. 7-28.

¹³⁸ NORA, Pierre, Mémoire Collective. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (orgs.). *La Nouvelle Histoire*. Paris, CRPL, 1978, p. 401.

sociais para produzir significado, e materializar conceitos como identidade nacional e diferenças étnicas¹³⁹. Segundo Lemos, “(...) devemos, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”¹⁴⁰. Nesse sentido, Funari e Carvalho afirmam que:

(...) artefatos e monumentos só se tornam significativos quando são culturalmente constituídos como tais. As relações sociais não se dão simplesmente entre pessoas e grupos; elas sempre envolvem artefatos. Assim, as relações sociais entranham-se na materialidade. A cultura material, portanto, não é apenas um adendo epidérmico da sociedade, mas pulsa no coração da vida social. Assim é que a preservação do patrimônio cultural, ao contrário do que comumente se pensa, não é apenas para o futuro, mas, sobretudo, para o presente, para o aqui e agora, pois ele ocupa lugar central nos processos de socialização e conflitos sociais ¹⁴¹.

A necessidade de preservar a memória coletiva ganha cada vez mais espaço nas mais variadas áreas. Porém, não se pode entender por preservação somente e exclusivamente o ato do tombamento. Deve-se entender a preservação como o ato de conservar a memória das mais diversas sociedades. Tombar é inscrever em um livro; o Livro do Tombo, que determinado bem, de propriedade pública ou privada, móvel ou imóvel, foi considerado de interesse social, e desse modo, submetido, a um regime especial de tutela pública, que visa proteger esse bem cultural contra a destruição, abandono ou utilização inadequada.

2.3 DISPOSITIVOS REFERENTES À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Com a criação dos Estados nacionais surgem as noções modernas de patrimônio e preservação, como forma de manter um testemunho histórico, buscando e construindo uma identidade nacional, auxiliando no processo de consolidação dos Estados nação modernos. Nesse sentido, Pelegrini e Funari

¹³⁹ FUNARI; FUNARI In SOARES; RAMOS (orgs), op. cit.

¹⁴⁰ LEMOS, op. cit.

¹⁴¹ FUNARI; CARVALHO In FUNARI; CARVALHO (orgs.), op. cit., p. 27.

afirmam que “(...) os novos estados nacionais tiveram como tarefa primeira inventar os cidadãos”¹⁴².

Pelegrini e Funari afirmam que “(...) a ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos”¹⁴³. Com o término da segunda guerra mundial e a criação em 1945 da ONU, Organização das Nações Unidas, e da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, desenvolvem-se abordagens mais abrangentes e menos restritivas da cultura.

Lemos afirma que “(...) os vários países, inicialmente os europeus, foram aos poucos se conscientizando da necessidade de guardar seus bens culturais tendo em vista as solicitações de variada natureza”¹⁴⁴. Nesse sentido, Funari e Pelegrini afirmam que:

O fim do conflito armado e a derrota dos nacionalismos fascistas na Alemanha, Itália e Japão colocaram em xeque as interpretações nacionalistas e racistas do passado. (...) Da mesma forma, o nacionalismo imperialista saiu do conflito muito malvisto, o que se refletiu de imediato nas potências imperialistas democráticas, como a Grã-Bretanha, que tinha impérios coloniais que aplicava, em seus protetorados, uma política racista. (...) O fim da guerra foi, portanto, um marco essencial que trouxe novos agentes sociais, com interesses diversos, para o centro da ação social e política¹⁴⁵.

No Brasil, as ações de preservação do patrimônio cultural são bastante recentes. Segundo Lemos, um dos pioneiros foi o Conde de Galveias, no século XVIII¹⁴⁶. Houve, então, um grande período de abandono pelas autoridades no que se refere ao patrimônio cultural, que não sofreu alterações na República Nova, ficando assim, a preservação restrita aos colecionadores particulares. Nesse sentido Lemos afirma que:

Somente um ou outro particular, algum colecionador ou intelectual afeito às coisas históricas é que se lembrava e solicitava que fossem defendidos os nossos monumentos arquitetônicos—monumentos no sentido de grandiloquente porque do patrimônio popular nunca ninguém se lembrou mesmo.

¹⁴² FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 17.

¹⁴³ Ibidem, p. 20.

¹⁴⁴ LEMOS, op. cit., p. 32.

¹⁴⁵ FUNARI; PELEGRINI, op. cit., p. 21-22.

¹⁴⁶ LEMOS, op. cit., p. 34.

Na década de 20, muitas construções abandonadas foram substituídas por novas em estilo neocolonial, seguindo o movimento neocolonial da época¹⁴⁷. Em 1923, o Deputado Luís Cedro expõe à Câmara de Deputados o projeto de lei que propõe a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos¹⁴⁸. No ano seguinte, surge um projeto de lei do Deputado Augusto de Lima, que visa proibir a saída de ‘obras de arte tradicional brasileira’. É apresentado ainda, em 1930, um projeto de lei que se refere à criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional, pelo Deputado José Wanderley de Araújo Pinto¹⁴⁹.

Com a divulgação da carta de Atenas, em outubro de 1931, o Brasil começa a se preocupar com a necessidade da inclusão de leis que viessem a proteger os monumentos históricos brasileiros. Assim, em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, pede ao intelectual Mário de Andrade que elabore um projeto visando a criação de um órgão federal voltado á resguardar a totalidade dos bens culturais brasileiros¹⁵⁰.

Tendo sofrido diversas modificações, e devidamente aprovado pelo Governo Federal, o anteprojeto de Mario de Andrade, deu origem ao Decreto-Lei n.º. 25/37, de novembro de 1937, que criava o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – SPHAN. Este Decreto, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, define oficialmente o patrimônio histórico como:

Artigo 1º – Constitui o patrimônio Histórico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico¹⁵¹.

Diferente do projeto elaborado por Mário de Andrade, que idealizava o patrimônio como o conjunto dos bens representativos da cultura, o artigo 1º do Decreto-lei n.º 25/37, refere-se às obras de interesse público e aos bens relacionados a fatos da história do Brasil, o que mantém o patrimônio restrito às

¹⁴⁷ DINIZ, op. cit.

¹⁴⁸ LEMOS, op. cit., p. 36.

¹⁴⁹ Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 1987, p. 34 citado na obra de DINIZ, op. cit.

¹⁵⁰ LEMOS, op. cit., p. 37.

¹⁵¹ BRASIL. Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937.

delimitações do poder público comumente associado a prédios, monumentos e outras edificações de valor histórico-arquitetônico¹⁵². Nesse sentido Bosi afirma que:

Esse conceito norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposta pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico – a chamada ‘pedra cal’ – em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação¹⁵³.

Em 1979, cria-se a Fundação Nacional Pró-Memória, sob o comando de Aloísio Magalhães, estabelecendo uma nova forma de trabalho, com base em uma concepção mais ampla dos bens culturais¹⁵⁴. Em 1990, cria-se o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional¹⁵⁵, vinculado ao Ministério da Cultura. Sobre as atribuições do IPHAN, Diniz afirma que:

O IPHAN fiscaliza, protege, identifica, restaura, preserva e desenvolve projetos de revitalização dos bens patrimoniais nacionais, além de administrar bibliotecas, arquivos e museus. Sendo responsável pela proteção desses valores, concentra-se na supervisão dos cuidados com esse acervo, trabalhando de forma normatizadora, com o intuito de difundir e educar a coletividade para zelar pelo seu patrimônio¹⁵⁶.

Segundo o relatório de atividades do IPHAN, as ações rotineiras, relacionadas à proteção e conservação do patrimônio cultural no âmbito federal, compreendem vistorias, visitas técnicas e a fiscalização de núcleos históricos tombados e seu entorno, de sítios arqueológicos e de bens culturais móveis e imóveis, análises de processos e aprovação de projetos; emissão de autorizações, notificações e embargos, acompanhamento da execução de intervenções e projetos,

¹⁵² DINIZ, op. cit., p. 76.

¹⁵³ BOSI, E. O Patrimônio Histórico Revisado. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 131.

¹⁵⁴ DINIZ, op. cit., p. 79.

¹⁵⁵ LEMOS, op. cit., p. 41.

¹⁵⁶ DINIZ, op. cit., p. 79

além de análise e emissão de pareceres técnicos para o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC¹⁵⁷, do Ministério da Cultura¹⁵⁸.

O IPHAN está presente nos estados e municípios, atuando através de 27 superintendências e 25 escritórios técnicos do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, espalhados pelo Brasil¹⁵⁹. A legitimação no que se refere ao tombamento e a conservação do patrimônio cultural está na constituição de 1988, que em vários trechos, define e delega as responsabilidades do poder público e da comunidade para com a proteção e preservação do patrimônio. Isso fica claro, no artigo 216, da referida constituição.

Artigo 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos¹⁶⁰.

¹⁵⁷ O Programa Nacional de Cultura – Pronac é o sistema que administra a Lei Rouanet, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sua principal diretriz é garantir o acesso democrático aos recursos, levando em conta a diversidade de linguagens e de regiões do País.

¹⁵⁸ MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório de atividades*. IPHAN. Brasília: Prática, 1998, p.13.

¹⁵⁹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2012.

¹⁶⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Artigo 216.

Desse modo, podemos perceber que a constituição de 1988, trouxe alguns avanços no que se refere à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, Mariani afirma que:

A Constituição salienta que são objetos de proteção do Governo brasileiro bens pertencentes a todos os segmentos sociais, sejam representativos das elites, sejam das camadas populares, sejam de grupos ou etnias como os imigrantes, a cultura indígena ou negra. Importa é que façam parte de nossa história e ajudem a identificar o que é o Brasil¹⁶¹.

A legislação fornece o amparo legal para a proteção do patrimônio cultural, mas cabe as administrações públicas regionais zelar pela sua conservação através da criação de órgãos de fiscalização. A exemplo disso, em 1976 foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC, pelo Gabinete Municipal de Porto Alegre, estimulando os proprietários particulares a preservar os seus imóveis.

No ano de 1977, é elaborado e aprovado projeto de Lei nº. 4384/77 que tinha por objetivo auxiliar os proprietários particulares, isentando-os dos impostos prediais e territoriais. Nessa linha seguiram também municípios como Pelotas, com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPHIC, e Santo Ângelo com a criação do Conselho do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural – COMPAHC. Nesse sentido, Fernandes afirma que;

No Brasil, onde a máxima de ser um 'país sem memória', constitui uma idéia já cristalizada, essas iniciativas devem ser louvadas e apoiadas, (...) A partir de meados dos anos 70 e por toda a década de 80, assistimos à emergência dos movimentos sociais populares, protagonizados pela mobilização de trabalhadores, mulheres, negros, índios, homossexuais etc., que até hoje, reivindicam para si o alcance e o exercício dos direitos de cidadania e a participação política no processo decisório nacional. Esses movimentos colocam na ordem do dia o interesse pelo "resgate" de sua memória, como instrumento de luta e afirmação de sua identidade étnica e cultural¹⁶².

¹⁶¹ MARIANI, A. W. Patrimônio Cultural. In: Memória e educação – *Caderno de Ensaios n.1*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1992, p. 02.

¹⁶² FERNANDES, op. cit., p. 128.

A constituição de 1988 dispõe sobre os municípios: “Artigo 30º – Compete aos Municípios. IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”¹⁶³.

Cabe aos municípios a proteção dos bens culturais, porém, isso nem sempre é uma tarefa fácil; nesse sentido, Diniz afirma que

(...) aos municípios cabe a observação contínua do patrimônio, através de coordenadorias, conselhos ou qualquer outra instituição que possa servir de ponte entre a administração pública, que subsidia as ações técnicas para restaurações e conservação do patrimônio, e a comunidade, que identifica e fiscaliza sua proteção. As possibilidades de proteção ao patrimônio definem-se pelos interesses do Estado e dos setores privados, mas é necessária a participação ativa dos movimentos sociais nessa tarefa, criando órgãos, associações, instituições e conselhos que vão agir diretamente com as competências políticas, exercendo uma pressão em relação à preservação dos bens culturais patrimoniais¹⁶⁴.

Infelizmente, atualmente em muitos municípios esse tipo de conselho municipal patrimonial ainda não existe, ou está em fase de implantação. Em outros, estes órgãos dependem de mecanismos políticos para conseguir atuar, como é o caso do Conselho do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo – COMPAHC, que por ser apenas consultivo e não deliberativo, encontra barreiras na execução de seus pareceres. Conforme a legislação do município dispõe em sua lei n. 3.365, de 31 de dezembro de 2009:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Santo Ângelo, autorizado a extinguir o Conselho Municipal do Patrimônio Arquitetônico Municipal de Santo Ângelo – CPAM e Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo e cria o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo – COMPAHC, órgão colegiado autônomo e consultivo do Poder Executivo Municipal, encarregado de assuntos referentes à proteção, preservação, conservação e defesa do patrimônio cultural do Município de Santo Ângelo.

Parágrafo único. O patrimônio cultural do Município de Santo Ângelo é constituído por bens imateriais ou materiais, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja proteção, preservação, conservação e defesa sejam de interesse público, devido ao valor ecológico, paisagístico, paleontológico, arqueológico, histórico, arquitetônico, bibliográfico, etnográfico, artístico e/ou folclórico que apresentem.

¹⁶³ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado Federal, 1988, Artigo 30º; IX.

¹⁶⁴ DINIZ, op. cit., p.83

Santo Ângelo tem apenas um bem tombado a nível estadual, segundo a lista de tombamentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, conforme representado no mapa 6.



Figura 17 – Localização dos municípios com bens tombados no Rio Grande do Sul¹⁶⁵.

O bem referido é uma capela localizada dentro de uma escola de Santo Ângelo. Inaugurada em 1954, a Capela do Colégio Teresa Verzeri é um ponto turístico do município. A pintura interna do local, feita pelo artista italiano Emilio Sessa, discípulo do famoso pintor Aldo Locatelli, foi determinante para o tombamento. Sessa pintou o teto do local por cerca de seis meses, em estilo clássico. Decorou o interior da capela com anjos, inscrições em latim e outros símbolos da fé cristã. A importância histórica e artística da obra é inegável.

¹⁶⁵ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=20400>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

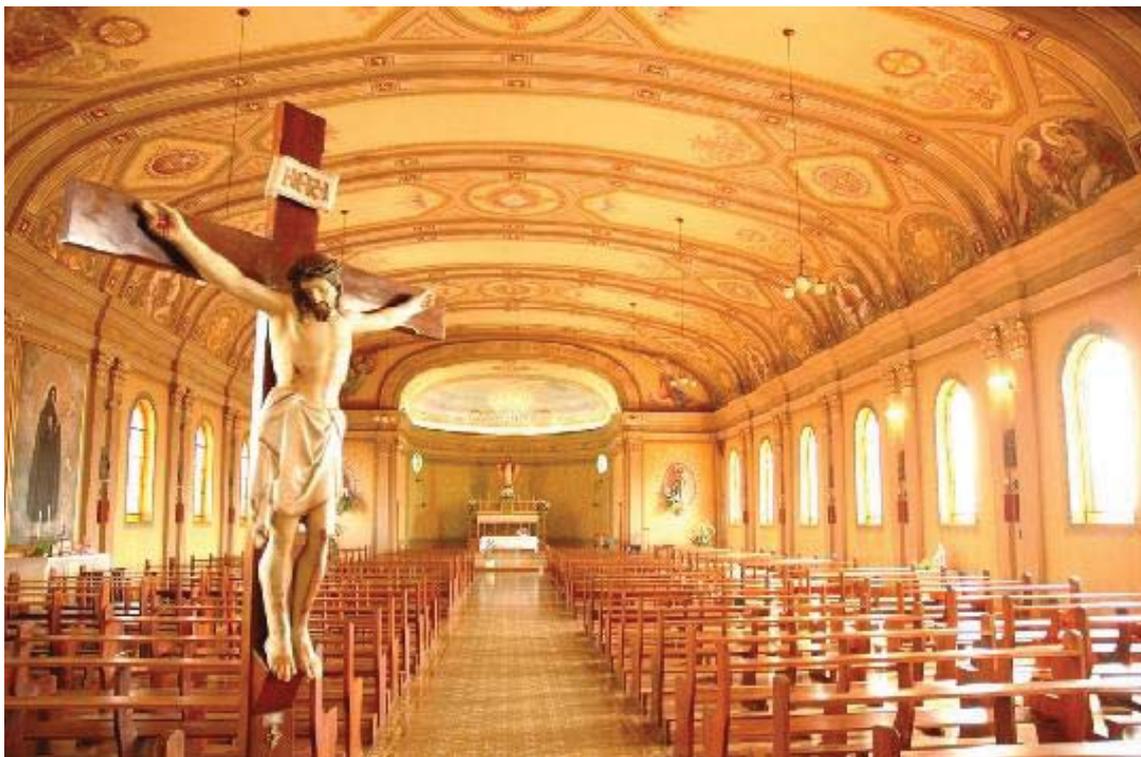


Figura 18 – Capela do Colégio Teresa Verzeri tombada pelo IPHAE¹⁶⁶.

2.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio cultural é um alicerce para o desenvolvimento da cidadania, assim, deve-se reconhecer o direito à memória histórica e a obrigação de contribuir para a preservação dos bens culturais brasileiros. A preservação do patrimônio cultural deve ser uma prática social que adiciona novos bens, valores e processos culturais à experiência de toda a comunidade envolvida. Ter e fazer uma cidade melhor depende da preservação, conhecimento e valorização da cultura que nos cerca. Tanto ou mais importante do que preservar os lugares, prédios, ruas, enfim, todos os ambientes que nos cercam, é respeitá-los¹⁶⁷.

¹⁶⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=20400>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

¹⁶⁷ DINIZ, op. cit.

Para que exista uma maior conscientização sobre a preservação do patrimônio cultural, é fundamental que se realizem projetos visando a educação patrimonial, a começar pela inserção da história local no currículo educacional. Na tentativa de ampliar resultados, é importante atuar juntamente com os moradores e trabalhadores das comunidades locais. Enquanto não houver uma maior mobilização dos cidadãos e principalmente da gestão municipal, os bens culturais vão continuar se perdendo.

A educação patrimonial esta baseada no pressuposto de que as ações educativas são efetivas, na medida em que são permanentes, sistemáticas, significativas e transformadoras. Ao passo, que um plano envolva ao mesmo tempo, alunos, professores, comunidade e gestão pública, propiciando o despertar de um sentimento de pertencimento e apropriação do patrimônio cultural da cidade.

Segundo Grunberg, “(...) chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas suas manifestações”¹⁶⁸. Nesse sentido Horta afirma que:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural¹⁶⁹.

O IPHAN conceitua educação patrimonial como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. Segundo o programa de educação patrimonial de João Pessoa:

¹⁶⁸ GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.

¹⁶⁹ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

A educação patrimonial e a formação da cidadania são os fundamentos de qualquer ação, programa ou processo de preservação do patrimônio cultural. E esta tarefa é muito maior do que todas as instituições culturais do país, juntas, podem realizar. Diz respeito a todas as instancias governamentais¹⁷⁰.

Nesse sentido Funari e Bastos afirmam que “(...) através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural”¹⁷¹.

2.5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

Alguns bens culturais estão conservados em seu aspecto original, outros sofreram usos e modificações ao longo do tempo para servir a novos interesses, outros se encontram em estado de ruínas, como por exemplo, as missões Jesuítico-indígena, no Rio Grande do Sul.

Alguns monumentos podem estar enterrados, como resultado de sucessivas ocupações de um mesmo espaço: um exemplo é o município de Santo Ângelo, que apresenta expostos, parte das fundações da torre da igreja Jesuítico-indígena, da entrada do pátio que dava acesso aos dormitórios dos padres e ao colégio jesuítico e alguns ladrilhos da igreja. Todos estes remanescentes foram colocados à mostra através de escavações arqueológicas, pois estavam todos encobertos pelas sucessivas ocupações do espaço. Além disso, o município criou um museu a céu aberto com janelas arqueológicas para deixar a mostra tais remanescentes que contam um pouco da história da ocupação Jesuítico-indígena no local¹⁷².

Desde o último trimestre do ano de 2007 a prefeitura do município de Santo Ângelo, através de uma parceria entre as secretarias municipais de Turismo e Educação, e o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, mantém um projeto de educação patrimonial intitulado “Oficinas de História e Arqueologia Missioneira”.

¹⁷⁰ IPHAN. *Programa de educação patrimonial João Pessoa, minha cidade – Orientações pedagógicas – Monitores*. [s.n., s.d.], p.11.

¹⁷¹ Apud FUNARI; CARVALHO In FUNARI; CARVALHO, op. cit., 2011, p. 11.

¹⁷² RECH, op. cit., 2007.

Nesse projeto, o município objetiva desenvolver atividades de valorização do patrimônio cultural local, atuando junto aos alunos das 4^{as} séries da rede municipal e estadual de ensino (ANEXO A).

O local onde se realizam as oficinas é na área do sítio arqueológico da antiga redução de Santo Ângelo Custódio, atual Centro Histórico de Santo Ângelo, sendo que, nas oficinas, trabalha-se a história da redução de Santo Ângelo Custódio¹⁷³.

Edifícios isolados, conjuntos de edificações ou sítios, têm um significado especial para a história do Brasil, como marcos na trajetória nacional. Outros têm importância regional ou local, no caso de Santo Ângelo, além dos remanescentes reducionais, as primeiras edificações arquitetadas em Santo Ângelo, erigidas quando da ocupação do espaço pelos imigrantes após a expulsão dos jesuítas, também tem sua relevância na história. Tais construções são de suma importância para a sociedade local, porém, não tem a mesma importância para todos os grupos que a compõem.

Como alternativa ao distanciamento entre sociedade e seus diversos patrimônios e a consolidação das políticas da diversidade como um patrimônio, a educação patrimonial apresenta-se como um excelente campo de ação. Não se almeja atribuir à sociedade um conhecimento enciclopédico sobre quais são seus patrimônios, datas de fundação, autores, características físicas, entre outros dados. Ao contrário, a Educação patrimonial deve agir no sentido de, democraticamente, construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios. (...) Assim cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo. Tem-se um cidadão crítico pronto para a preservação e, principalmente, para a transformação tanto de seu entorno como da sociedade¹⁷⁴.

Porém, o que é importante preservar para um determinado grupo social, não tem a mesma importância para outro, e, ligados a isso muitas vezes, existem grandes conflitos de interesses, na maioria das vezes políticos e econômicos. Nesse sentido, Funari e Carvalho¹⁷⁵ fazem um questionamento; *“seria possível a preservação de um patrimônio por parte de pessoas que não se reconhecem nele?”* O autor afirma que esta questão divide as opiniões dos especialistas, mas, afirma

¹⁷³ RECH, Raquel Machado; FINOKIET, Bedati Aparecida. *O Projeto de Educação Patrimonial “Oficinas de História e Arqueologia Missioneira” em Santo Ângelo – RS.* I Fórum Latino-Americano de Educação Patrimonial, Caderno de resumos, Pelotas, 2008, p. 91.

¹⁷⁴ FUNARI; CARVALHO In FUNARI; CARVALHO, op. cit., p. 9.

¹⁷⁵ FUNARI; CARVALHO In FUNARI; CARVALHO, op. cit.

que, sem educação patrimonial poucas serão as mudanças implantadas no que se refere a cidadania.

Segundo Unes utilizando uma citação de Bacher, “(...) reconhecemos e aceitamos apenas aqueles monumentos do passado para os quais estamos hoje programados”¹⁷⁶. Ou seja, reconhecemos como patrimônio aquilo que nos foi ensinado a reconhecer como tal. No caso de Santo Ângelo, a grande maioria da população reconhece como patrimônio somente aquilo que tem ligação com o passado reducional na cidade.

Assim, é preciso construir junto com a comunidade os conceitos de patrimônio e de bem público, pois somente depois que estes conceitos representarem algum sentido aos indivíduos, será possível efetivamente preservar o patrimônio cultural da cidade, seja ele de qualquer espécie, reducional ou colonial, material ou imaterial. Segundo Funari, as pessoas só começam a respeitar e valorizar o patrimônio, depois que entendem o valor que aquele bem tem para outro alguém¹⁷⁷.

¹⁷⁶ UNES; Wolney. Escolhendo o patrimônio para o qual educar, p. 44. In BARRETO, Euder Arrais et. al. *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia, 2008.

¹⁷⁷ FUNARI; CARVALHO In FUNARI; CARVALHO, op. cit., p. 11.

3 LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE SANTO ÂNGELO (1830-1930)

Os imigrantes paulistas, alemães, italianos, poloneses, entre outros, nos séculos XIX e XX, reutilizaram as pedras da antiga redução para construir o seu legado para a população santo-angelense. As edificações erigidas por eles, também fazem parte da história da cidade. Muitas destas construções, infelizmente, já não existem mais, e aquelas que atualmente ainda estão á mostrar em sua arquitetura este período da história da cidade, ainda não tem a justa conservação e preservação.

Instituições, organizações não governamentais e estudiosos das mais variadas áreas têm voltado sua atenção para questões relacionadas à preservação do patrimônio histórico cultural das sociedades. Isso se dá, por perceberem a necessidade de manter referenciais culturais para a pesquisa histórica e para o ensino. Os conceitos de preservação e patrimônio estão intimamente ligados ao conhecimento, respeito e valorização da cultura, bem como ao exercício da cidadania, desse modo, é de grande importância a preservação do patrimônio de uma sociedade.

Atualmente Santo Ângelo, ainda conta com um numero significativo de imóveis antigos, porém, que ainda não são preservados da forma como deveriam. O município ainda não conta com uma lei de proteção ao patrimônio cultural e tombamento, o que seria muito conveniente para preservar tais edificações.

Atualmente existem apenas cinco bens tombados no município, por decreto municipal, são eles: A Casa Dr. Ulysses Rodrigues, atual Museu Municipal, tombada pelo decreto Lei nº 1794 de 20 de abril de 1994¹⁷⁸. A Estação Férrea, que abriga hoje, o Memorial Coluna Prestes, tombada pelo decreto Lei nº 825 de 19 de novembro de 1984¹⁷⁹. A Rua 03 de maio, ou Rua Missioneira, que era o acesso a Redução de San Angel, tombada pelo decreto Lei nº 1695 de 04 de agosto de 1993. O acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos, e por fim, a

¹⁷⁸ Levantamento Apêndice B; Ficha 01.

¹⁷⁹ Levantamento Apêndice B; Ficha 20.

Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, tombada pelo decreto Lei nº 1789 de 12 de abril de 1994¹⁸⁰.

3.1 O PRIMEIRO SÉCULO DA OCUPAÇÃO DE SANTO ÂNGELO POR IMIGRANTES: UMA HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DOS REMANESCENTES ARQUITETÔNICOS

A partir da pesquisa realizada, acredita-se que os bens arquitetônicos de Santo Ângelo são de grande importância para a cidade, mas, a história desta, não se resume a eles. Santo Ângelo tem uma história muito rica, sobrevivendo desde uma aldeia pré-histórica, uma redução jesuítico-indígena posteriormente ocupada por imigrantes até chegar-se a comunidade atual.

No levantamento feito, optou-se por abranger os primeiros 100 anos da ocupação do município pelos imigrantes, estabelecendo para data inicial o ano de 1830, quando chegam as primeiras levas de imigrantes, que se fixam no local da antiga redução de San Angel e próximos a ela.

Inicialmente existiam apenas alguns moradores esparsos uns dos outros, formando o que poderíamos chamar de verdadeiros latifúndios. A partir de 1859, aumenta o número de paulistas que se mudam para o local e inicia-se a doação das sesmarias. Desse momento em diante, organiza-se um núcleo urbano, que é elevado a categoria de Vila, formava-se assim, a Vila de Santo Ângelo. A partir desse período encontram-se os imóveis deste levantamento, e que ainda hoje fazem parte do patrimônio cultural da cidade.¹⁸¹

Aqueles imóveis construídos distantes uns dos outros, nos primeiros 30 anos de reocupação não resistiram ao tempo, devido ao tipo de material utilizado, em sua maior parte, casas construídas de madeira¹⁸². A partir da formação da Vila de Santo Ângelo, alguns imóveis permanecem atualmente, lembrando que o imóvel mais antigo da cidade data do ano de 1870.

¹⁸⁰ Levantamento Apêndice B ;Ficha 44.

¹⁸¹ CRUZ, op. cit.

¹⁸² CRUZ, op. cit.

Estes prédios foram evidenciados no levantamento realizado nesta pesquisa e que se encontra nos apêndices do trabalho (APÊNDICE B). As fichas criadas para o levantamento se assemelham ao modelo utilizado pelo IPHAN e foram organizadas na ordem cronológica de datação dos imóveis, iniciando pelos mais antigos. Assim, a partir do acompanhando das informações históricas de cada imóvel é possível delinear o primeiro século da reocupação de Santo Ângelo. O levantamento tenta contribuir de forma a mostrar para a comunidade de Santo Ângelo uma história ainda pouco conhecida. A pesquisa resultou no fichamento de 45 imóveis¹⁸³.

Nos anexos do trabalho, (ANEXO B) encontra-se o Mapa do Zoneamento da cidade, feito pela prefeitura municipal. A maioria dos imóveis pesquisados encontram-se nas áreas de Adensamento Prioritário e Secundário na parte central do mapa, nas cores rosa e laranja.

Para estudar melhor cada imóvel separaram-se os 45 imóveis em quatro grupos em ordenação cronológica. No primeiro grupo estão os imóveis mais antigos da cidade, àqueles construídos ainda no século XIX, perfazendo um total de 5 prédios. No segundo grupo, colocou-se os imóveis construídos entre 1900 e 1910, perfazendo um total de mais 5 imóveis. No terceiro grupo colocaram-se os imóveis construídos entre 1910 e 1920, resultando em 10 imóveis. No quarto e último grupo, estão os imóveis construídos entre 1920 e 1930, procedendo deste, 25 imóveis.

3.2 GRUPO 1: OS REMANESCENTES DO SÉCULO XIX

Os remanescentes dos anos iniciais da colonização, mais precisamente do século XIX, são poucos. A cidade conta apenas com cinco imóveis que remontam a essa época. São eles; O Museu Municipal Dr. José Olavo Machado¹⁸⁴; a Moto Peursi¹⁸⁵; a Residência Reis Sabo¹⁸⁶; o Antigo Bar Continental¹⁸⁷; e o Skinão Lanches/Tenda da Terra¹⁸⁸.

¹⁸³ Encontram-se nos Apêndices um total de 46 fichas, pois a ficha 27 foi anulada.

¹⁸⁴ Levantamento Apêndice B; Ficha 01.

¹⁸⁵ Levantamento Apêndice B; Ficha 02.

O imóvel mais antigo da cidade de Santo Ângelo é o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, construído em 1870. A edificação está localizada no sítio arqueológico da cidade. Foi construída com pedras da redução de San Angel. Após um trabalho de prospecção arqueológica realizado em 2006, pela arqueóloga Rachel Rech, que ao retirar o reboco da parede do imóvel deixou à mostra em alguns pontos das paredes as pedras cupim (itacuru) que no passado faziam parte da estrutura reducional.

O imóvel é um marco da arquitetura do final do século XIX e serviu de residência ao último Intendente e primeiro Prefeito do município, Dr. Ulysses Rodrigues. O museu foi inaugurado em 1985, e atualmente abriga várias etapas da História de Santo Ângelo desde o período pré-jesuítico, o jesuítico-indígena até o repovoamento de Santo Ângelo, com um espaço do museu destinado à exposições temporárias. O imóvel passou por um grande projeto de restauração em 2006, juntamente com o projeto de remodelação da Praça Pinheiro Machado que se localiza em frente.

Abaixo temos uma imagem do museu municipal atualmente acompanhada de uma imagem mais antiga da Praça Pinheiro Machado e seu entorno, no ano de 1900¹⁸⁹. Podemos ver ao fundo desta a Igreja da Vila de Santo Ângelo, erguida sobre o local que antes havia abrigado o templo do povoado missioneiro. Ao lado esquerdo da Igreja Matriz, no local que antes acredita-se ter sido o cemitério da redução, foi erguido o prédio da Intendência Municipal, que abrigava também o quartel, a cadeia e o fórum da comarca. Ao lado ainda podemos ver as casas que hoje são o Museu Municipal e o prédio da Moto Peursi, construídos no espaço que antes possivelmente dava lugar às casas dos indígenas da redução¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Levantamento Apêndice B; Ficha 03.

¹⁸⁷ Levantamento Apêndice B; Ficha 04.

¹⁸⁸ Levantamento Apêndice B; Ficha 05.

¹⁸⁹ Esta imagem se encontra no acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

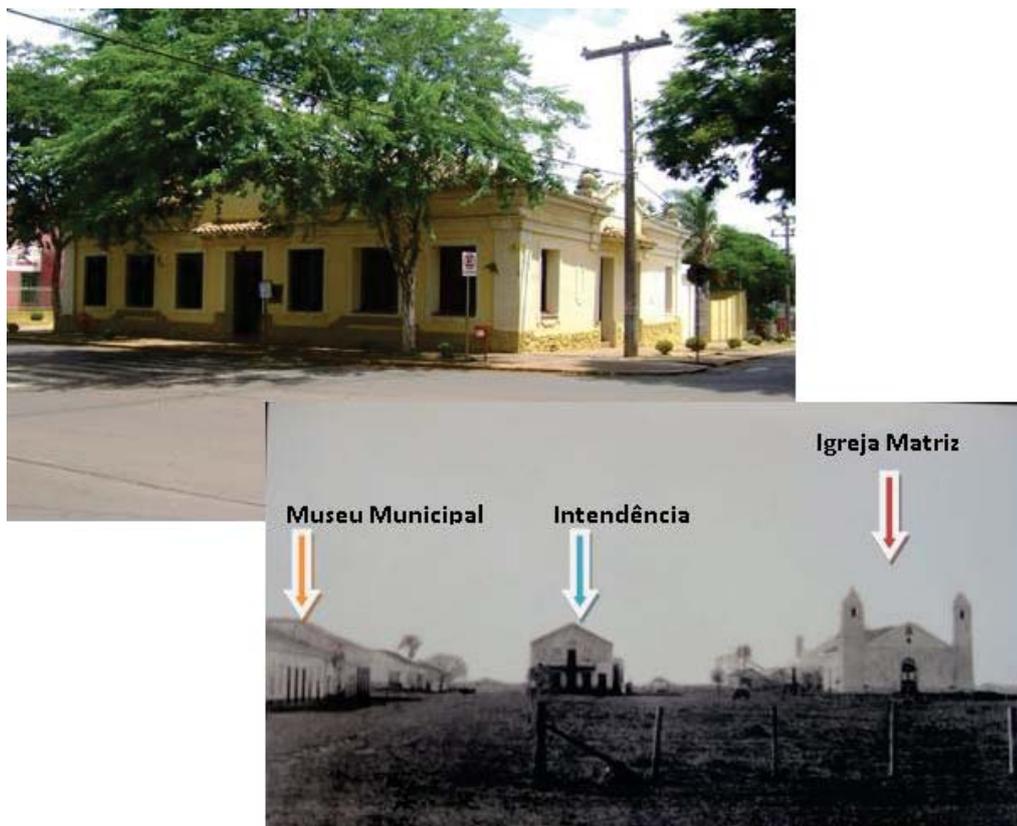


Figura 19 – Uma imagem do museu municipal atualmente e uma imagem mais antiga da Praça Pinheiro Machado e seu entorno, no ano de 1900¹⁹¹.

O imóvel ao lado do Museu Municipal, que pode ser visto na imagem acima, é o prédio sede da loja Moto Peursi¹⁹². Recentemente, quando esse imóvel passou por reformas, foram encontrados vestígios arqueológicos da reutilização das pedras reducionais para a construção do mesmo.

O prédio que se localiza no centro histórico do município, segue a mesma estrutura do prédio do Museu Municipal e do Skinão Lanches. Construído com pedras cupim (itacuru) possivelmente sobre as fundações das antigas casas dos índios da redução jesuítica, o prédio data das décadas finais do século XIX, mais precisamente 1880. Em seu interior é possível observar, assim como no museu, as pedras que compõe as paredes, com destaque para um fosso coberto de vidro, onde se encontra o vestígio arqueológico da fundação de um pilar possivelmente de uma casa indígena da redução.

¹⁹¹ Imagem colorida, arquivo pessoal Débora Mutter

¹⁹² Levantamento Apêndice B; Ficha 02.

Abaixo temos uma fotografia atual acompanhada de uma imagem do ano de 1900¹⁹³, junto a elas uma imagem do interior do imóvel evidenciando o fosso de vidro que evidencia as pedras reutilizadas na sua construção.



Figura 20 – Fotografia atual da Moto Peursi, acompanhada de uma imagem do ano de 1900 e das pedras reutilizadas na sua construção¹⁹⁴.

Outro imóvel construído no final do século XIX, mais especificamente por volta de 1880, é a Casa Reis Sabo¹⁹⁵. A casa é um dos poucos exemplares de imóveis desse período em Santo Ângelo, talvez o mais bem conservado, com características originais do período de colonização da cidade após o período reducional.

A casa tem passado pela família Reis há três gerações, indo atualmente para a quarta. Na platibanda do imóvel encontra-se a marca estilizada TR, de Theodomiro Reis, primeiro proprietário do imóvel. Conforme o Livro n. 01 de Recenseamento de Santo Ângelo, do ano de 1926¹⁹⁶, o senhor Theodomiro e sua esposa Sra. Carolina Reis encontram-se registrados, ambos com 50 anos na época

¹⁹³ Acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

¹⁹⁴ Foto atual da Moto Peursi, arquivo pessoal Débora Mutter

¹⁹⁵ Levantamento Apêndice B; Ficha 03.

¹⁹⁶ Fonte: Cadastro Municipal de Imóveis.

e tendo ele como profissão a de “criador”, pensa-se que é possível que a marca TR também tenha sido utilizada para marcar o gado em suas propriedades.

Em seguida, a casa teria passado a sua filha Diva Reis Sabo e posteriormente a sua neta Therezinha Sabo de Almeida. O imóvel encontra-se na área do Centro Histórico de Santo Ângelo, ou seja, sobre o sítio arqueológico da Redução Jesuítica de San Ángel.

Possivelmente na construção do prédio, nas décadas finais do século XIX tenham sido utilizados pedras, ladrilhos e outros materiais remanescentes arquitetônicos da redução. Essa prática era comum nas construções desse período, como se pode perceber em outros imóveis no entorno da Praça Pinheiro Machado, como a Moto Peursi e o Museu Municipal. Porém, a título de confirmação dessa probabilidade seria necessário um trabalho de pesquisa e prospecção arqueológica no imóvel.

Em relação ao espaço em que o imóvel encontra-se situado, Alfredo R. da Costa em 1922 afirma que:

Ao centro da Villa fica a Praça denominada Pinheiro Machado, de forma quadrada medindo 130 metros quadrados. Ahi se acham edificados os melhores prédios, taes como a Igreja Matriz, construção jesuítica, Intendência Municipal (...) Theatro Municipal, agencias dos bancos do Comercio e Pelotense; o Club “Gaúcho”(…), Collectoria Federal; casas commerciaes, etc.¹⁹⁷.

Desse modo, o Imóvel em questão evidenciado nas imagens abaixo, estava localizado em meio ao centro político-administrativo e comercial da então Vila de Santo Ângelo.

¹⁹⁷ Costa, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul (Completo Estudo sobre o Estado). V.II.Porto Alegre: Globo: 1922. p.255.



Figura 21 – Casa Reis Sabo construída em 1880¹⁹⁸.

O quarto imóvel deste grupo, datado de 1880, já foi residência de Geraldinho Câmera, Ambrosina Schorn Câmera e família na década de 20. Localizado no centro Histórico, na maior parte do tempo o imóvel serviu como residência e posteriormente abrigou uma casa de comércio. Já funcionou no local uma churrascaria e posteriormente o bar continental, que era de propriedade de um descendente de imigrantes alemães¹⁹⁹. Atualmente o imóvel abriga a farmácia continental, como pode-se perceber na imagem abaixo²⁰⁰.



Figura 22 – Farmácia continental, construída em 1880²⁰¹.

¹⁹⁸ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

¹⁹⁹ Relatos de Sr. Antônio Rousselet e Sr. Wilson Schorn, anciãos que sempre viveram na cidade.

²⁰⁰ Arquivo pessoal Débora Mutter.

²⁰¹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

O último prédio desse grupo, ainda construído no século XIX abriga atualmente o Skinão Lanches e a Loja de artesanato Tenda da Terra²⁰². O prédio também está localizado no Centro Histórico do município. Com paredes largas possivelmente também foi construído reutilizando pedras das edificações da redução de San Angel. Segundo Rech²⁰³, o imóvel localiza-se no espaço que correspondia no período reducional às casas dos padres e/ou oficinas da redução.

Em 1885 o prédio pertenceu ao S. Vicente José Rodrigues, fazendeiro e comerciante. O imóvel serviu de sede do principal comércio de secos e molhados da região. Os detalhes arquitetônicos originais do prédio encontram-se cobertos por uma estrutura de zinco, impedindo os mesmos de dialogarem com os demais imóveis do período, como é possível perceber na imagem abaixo²⁰⁴.



Figura 23 – Skinão Lanches e a Loja de artesanato Tenda da Terra²⁰⁵.

²⁰² Levantamento Apêndice B; Ficha 05.

²⁰³ RECH, op. cit.

²⁰⁴ Arquivo pessoal Débora Mutter.

²⁰⁵ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

3.3 GRUPO 2: REMANESCENTES CONSTRUÍDOS ENTRE 1900 E 1909

Este grupo é composto em sua maior parte por residências, foram incluídos também os imóveis que dos quais não se conseguiu a data exata da construção, somente a informação de que foram construídos no início do século XX.

O conjunto mais antigo deste grupo é o complexo de prédios e pavilhões que hoje dão lugar a Cotrisa, Nacional Supermercados e Comercial Adhara, e onde está situado o Correio²⁰⁶. Foram construídos em 1900 e pertenceram a Cia de Fumo me Folha, que iniciou sua história na cidade na década de 20, mais precisamente em maio de 1928. O espaço compreendia um total de 52 mil metros quadrados e ficava próximo ao terminal ferroviário, facilitando o escoamento do fumo classificado. Na década de 70 a Cia. de Fumo encerrou suas atividades e foi incorporada pela Empresa Cia. De Cigarros Souza Cruz. Hoje o complexo de prédios forma um complexo comercial urbano, referência da história econômica do município²⁰⁷.



Figura 24 – Complexo de prédios e pavilhões que hoje dão lugar a Cotrisa, Nacional Supermercados e Comercial Adhara, e onde está situado o Correio²⁰⁸.

²⁰⁶ Levantamento Apêndice B; Ficha 06.

²⁰⁷ KLEIN, Eunisia. Coluna memória. *Jornal das Missões*, 30 jan. 1999.

²⁰⁸ Imagens do arquivo pessoal de Débora Mutter

Desse período, as residências mais antigas são as casas coloniais²⁰⁹. Recentemente uma dessas casas²¹⁰ teve preservada sua fachada para a construção de um edifício ao fundo, conforme avaliação realizada por técnicos do IPHAE. O imóvel construído no início do século XX, se localiza no sítio arqueológico, segundo informações de Seu Antônio Rousselet, foi residência de seu Júlio Oliveira, filho do coronel Bráulio Oliveira, que foi intendente da Vila de Santo Ângelo elegeu-se em 1900.



Figura 25 – Casa Colonial²¹¹.

Outra residência nas proximidades do Sítio Histórico foi de propriedade por muito tempo da família Beck Leite. Posteriormente foi residência do seu Eurico Gonçalves de Mello, um grande fazendeiro, tropeiro e granjeiro da vila de Santo Ângelo na década de 20. Atualmente funciona no local uma escola de reforço. O prédio construído na primeira década do século XX está em bom estado de conservação²¹².

²⁰⁹ Levantamento Apêndice B; Fichas 07,08,09.

²¹⁰ Levantamento Apêndice B; Ficha 08.

²¹¹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²¹² Levantamento Apêndice B; Ficha 09.



Figura 26 – Antiga residência da família Beck Leite²¹³.

No entorno da Praça Pinheiro Machado, um dos primeiros sobrados construídos²¹⁴, no início do século XX, sedia atualmente um escritório de representação. O imóvel, já abrigou casas comerciais e o banco Pelotense. O prédio foi propriedade de João Antônio Licht²¹⁵.



Figura 27 – Escritório de representação²¹⁶.

Situada também no centro histórico da cidade o imóvel abaixo²¹⁷, construído no início do século XX, inicialmente foi uma residência, e pertencia a família Holsback. Posteriormente abrigou o correio. Com o tempo teve várias utilizações, comitê eleitoral; xérox; loja de roupas.

²¹³ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²¹⁴ Levantamento Apêndice B; Ficha 10.

²¹⁵ Relatos do Sr. Leo Fett, Antônio Rousselet e Wilson Schorn.

²¹⁶ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²¹⁷ Levantamento Apêndice B; Ficha 11.



Figura 28 – Imóvel que pertenceu a família Holsback²¹⁸.

3.4 GRUPO 3: REMANESCENTES CONSTRUÍDOS ENTRE 1910 E 1919

Neste grupo encontram-se os imóveis construídos entre 1910 e 1920. Destaca-se aqui maior quantidade de imóveis comerciais.

O imóvel abaixo²¹⁹ pertenceu ao Sr. Venceslau Ditz – Família Ditz. Foi residência da família na primeira década do século XX. Além disso, havia no local um comércio, formado por um bazar e venda de produtos em geral. O proprietário na época Sr. Venceslau Ditz participou na Revolução da Coluna Prestes.

Segundo relatos durante a marcha salvou o General Cordeiro de Farias de morrer afogado²²⁰. Posteriormente foi o difusor e defensor do Movimento Integralista em Santo Ângelo. Seu sobrenome é hoje o nome de um bairro conhecido no município. O imóvel está parcialmente descoberto, com o telhado danificado, mas mantém a fachada preservada.

²¹⁸ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²¹⁹ Levantamento Apêndice B; Ficha 12.

²²⁰ Relatos do Sr. Antônio Rousselet.



Figura 29 – Imóvel que pertenceu ao Sr. Venceslau Ditz²²¹.

Um imóvel que pode ser considerado legítimo representante da influência da cultura dos imigrantes alemães em Santo Ângelo²²², está datado de 1914, é o mais antigo que marca a colonização alemã na cidade. Construído na primeira década do século passado, está situado no local que compreende a Comunidade Evangélica Luterana Sião. A casa possui traços marcantes da arquitetura alemã, contando com uma escultura de leões no portão. Está em perfeito estado de conservação²²³.



Figura 30 – Imóvel considerado legítimo representante da influência da cultura dos imigrantes alemães em Santo Ângelo²²⁴.

²²¹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²²² Levantamento Apêndice B; Ficha 13.

²²³ Ficha de levantamento COMPAHC.

²²⁴ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

O imóvel abaixo²²⁵, construído em 1915, foi durante a década de 20, residência da família Bolzan. Está localizada próximo ao sítio Arqueológico da cidade e destaca-se pela sua arquitetura e seu bom estado de conservação.



Figura 31 – Imóvel construído em 1915.

A vila de Santo Ângelo se estendia aproximadamente até onde estava construído o imóvel abaixo²²⁶. Existia próximo ao local uma cancha de carreira de cavalos. Na década de 1920 funcionou no imóvel a Drogaria Amaral de propriedade de Aparício Amaral. Atualmente o local abriga o comércio Rodeio das Pilchas – Roupas Gaúchas.



Figura 32 – Rodeio das pilchas²²⁷.

²²⁵ Levantamento Apêndice B; Ficha 14.

²²⁶ Levantamento Apêndice B; Ficha 16.

²²⁷ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

Um importante centro comercial da Vila de Santo Ângelo, foi a Casa Ortmann²²⁸, um dos maiores comércios da região. O imóvel, construído em 1916, quando a rua 25 de julho era conhecida como a Rua da Lagoa, por existir uma pequena lagoa nas imediações. Com uma arquitetura colonial o prédio é referência para o desenvolvimento da cidade a partir da Rua 25 de Julho. Outrora existiam em frente ao imóvel algumas argolas presas na calçada para amarrar os cavalos dos clientes que frequentavam o estabelecimento²²⁹.

O prédio também serviu de sede para o batalhão ferroviário durante a década de 20 e esteve sob o comando do oficial Luiz Carlos Prestes. Neste período o batalhão era devidamente equipado para a manutenção de locomotivas. Atualmente funciona no local uma loja de calçados.



Figura 33 – Casa Ortmann da Vila de Santo Ângelo, atual Lojas Farroupilha²³⁰.

A atual ótica regional²³¹ é outro imóvel que chama a atenção por sua arquitetura. Construído em 1918, servia de residência para a família Lucca e estava localizada ao lado do conjunto Casas Franke. No imóvel encontram-se em alto relevo na parte superior as inscrições; *M. CM XIX*, do qual não foi possível saber o significado.

²²⁸ Levantamento Apêndice B; Ficha 17.

²²⁹ Informações do Sr. Wilson Schorn.

²³⁰ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²³¹ Levantamento Apêndice B; Ficha 18.



Figura 34 – Ótica regional²³².

A antiga Estação Viação Férrea de Santo Ângelo²³³, teve sua construção iniciada em 1918 e inaugurada em 1921, o prédio, com características da arquitetura colonial inglesa, por mais de 50 anos, funcionou como estação de passageiros.

De grande importância histórica, a Estação de trem representou um forte impulso para o desenvolvimento comercial, industrial e populacional da região. Foi também palco dos primeiros movimentos da Coluna Prestes em 1924, e mais tarde serviu como ponto de embarque para as tropas revolucionárias da revolução de 30.

No local, ainda se encontra a caixa d'água de ferro de fabricação belga. A estação foi Tombada pela Lei nº 825 de 19 de novembro de 1984. No dia 17 de dezembro de 1996, foi inaugurado o Memorial Coluna Prestes.²³⁴

²³² Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²³³ Levantamento Apêndice B; Ficha 20.

²³⁴ As imagens antigas fazem parte do acervo Histórico do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos. Imagem atual do arquivo pessoal de Débora Mutter

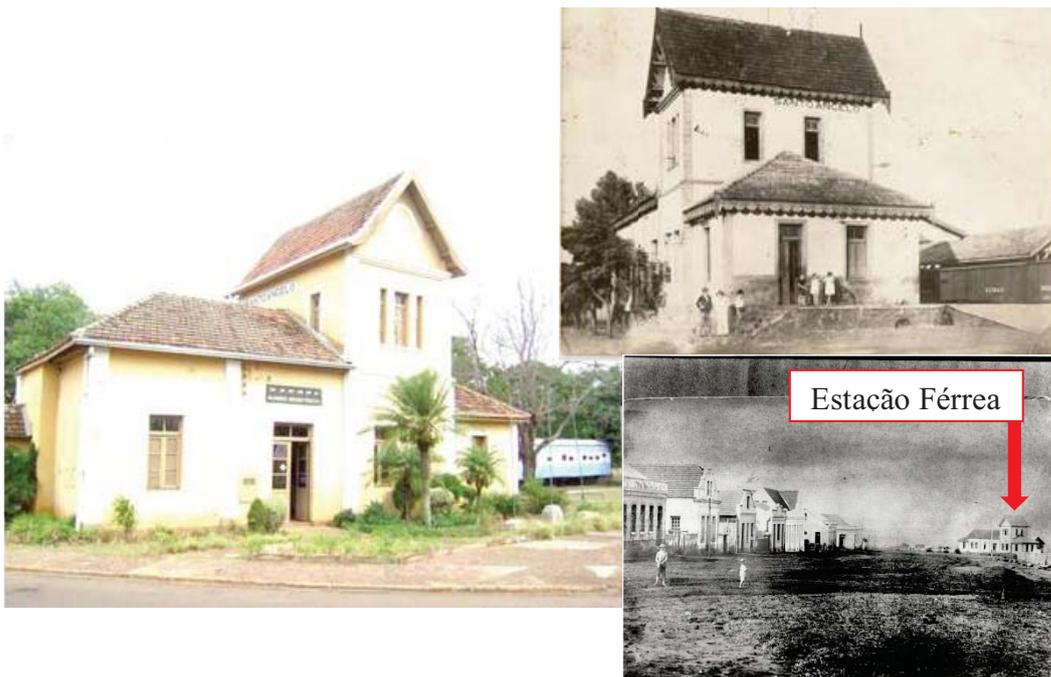


Figura 35 – Estação férrea de Santo Ângelo²³⁵.

Deste grupo não foi possível realizar o levantamento histórico de dois imóveis. As informações sobre eles são muito dispersas. Seu Wilson Schorn e Seu Antônio Rousselet, afirmaram que ambos sempre serviram como residências, mas não foi possível saber de quem eram as propriedades no passado. Os imóveis referidos encontram-se nos apêndices do trabalho (Apêndice B) nas fichas 15 e 19.

3.5 GRUPO 4: REMANESCENTES CONSTRUÍDOS ENTRE 1920 E 1930

Este é o último grupo, caracteriza-se por apresentar além de residências, imóveis comerciais, administrativos e os primeiros prédios da rede hoteleira da cidade.

O mais antigo deles, é um sobrado que pertenceu ao Major Affonso Côrtes²³⁶, construído por volta de 1920, localizando-se dentro do perímetro que corresponde ao sítio arqueológico e localizado na área nobre da cidade. Este era

²³⁶ Levantamento Apêndice B; Ficha 21.

proprietário da fazenda “Santa Cruz” distante à 30 km do centro da Villa de Santo Ângelo. O proprietário era criador de bovinos da raça zebu, eqüinos da raça árabe e muares que eram vendidos para São Paulo.

A edificação era considerada uma das melhores, mais belas e confortáveis da cidade. Apesar do mau estado de conservação, guarda todos os traços originais da época. O Líder revolucionário Assis Brasil foi hóspede nesta casa no ano de 1922²³⁷. Posteriormente residiu na casa o Sr. Wenceslau Pereira, companheiro de Pedro Arão na Revolução de 1930. O imóvel foi construído por Alfredo Pinheiro Machado. Além de tudo, o imóvel foi sede do jornal *A Semana*, na década de 20²³⁸.



Figura 36 – Sobrado construído por volta de 1920²³⁹.

Outro imóvel de grande valor histórico para Santo Ângelo é a Antiga Algodoeira Sul-Riograndense²⁴⁰. Construída pelo engenheiro Gildo Castelarín entre 1925 e 1926. O imóvel foi inicialmente um moinho de trigo de propriedade da Família Mitri.

Posteriormente na década de 50 foi transferido para o local a Algodoeira, indústria de beneficiamento de algodão, idealizada e fundada por Alfredo Leopoldo Fett em 1937. Pertenceu posteriormente aos Srs. Medaglia e Nestor Portela.

²³⁷ Informações de Léo Fett.

²³⁸ COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do globo, 1992, Volume II. Levantamento de elementos do patrimônio turístico-cultural da região missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.

²³⁹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁴⁰ Levantamento Apêndice B; Ficha 22

Posteriormente até a sua data de fechamento na década de 90, foi uma indústria de tecidos, camisaria e vestuário. Atualmente funciona no local um bar, que procurou manter a arquitetura sem grandes alterações.



Figura 37 – Antiga Algodoeira Sul-Riograndense²⁴¹.

Um conjunto de construções que chama a atenção pela arquitetura e história está localizado no centro da cidade²⁴². Os prédios serviram para comércio e foram de propriedade do Sr. Augusto Franke, onde havia uma bomba de combustível que abastecia os veículos da cidade e região.

Os imóveis estavam localizados na parte de colonização alemã no município. Uma curiosidade era uma suástica que estava impressa na bomba de combustível e nos galões de gasolina e óleo vendidos pela loja comercial. O espaço também possuía uma escola de bordado e comércio de aviamentos e máquinas de escrever. Também foi sede mais adiante da escola de inglês do Mister Bier. Como se pode ver mais abaixo nas imagens²⁴³.

Conforme Augusto Bier, neto do Sr. Franke:

²⁴¹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁴² Levantamento Apêndice B; Ficha 23.

²⁴³ As imagens antigas (em preto e branco) do prédio e da escola de bordado encontram-se no Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos. As imagens coloridas são de arquivo pessoal Débora Mutter.

O imóvel comprado em 1924 era composto apenas pela parte antiga da esquina, identificada pelos frontões diante do telhado. A porta da esquina e três janelas deram início ao comércio. A outra, mais à esquerda, e uma janela, davam pro escritório. Tinha uma bomba de gasolina na calçada. Até hoje o tanque está lá, enterrado, provocando afundamentos na calçada. Da metade do prédio pra esquerda ficavam os depósitos recém erguidos, sendo o último de sal. Vivia com a parede esfarelando. A loja ia até a divisa com a casa dos Lucca (prédio de 1919, descaracterizado pelo comércio, mas ainda existente). Pois foi na porta do meio da parte nova que, em 1967, meu pai, o Mr. Bier, fundou a primeira escola de inglês de Santo Ângelo. A sala ficava vizinha do escritório da loja e tinha sido herdada por uma das filhas do Franke, falecido em 1964. Como havia comércio na parte da minha mãe, na 25 de julho, meu pai alugou da herdeira que vivia em Porto Alegre. Imagina um quadrado dentro da quadra. A Casa Franke ia, na Marechal, do limite com a casa dos Lucca, e dobrava na 25 de julho até onde tá a Casa/Galeria Jota hoje. Na extremidade da Marechal ficava um portão onde entravam veículos de carga de toda a região. Condutores almoçavam no pátio mesmo. Muitas vezes minha avó, Paula Franke, era a cozinheira²⁴⁴.



Escola de Bordado

Figura 38 – Conjunto Casas Franke.

Próximo ao conjunto acima, está localizado o prédio do Hotel Brasil²⁴⁵, que foi construído especialmente para esse ramo de atividade na década de 20, tendo passado por algumas reformas em 1939. Tinha como gerente o Sr. Bertoldo Ilgner. Na época o hotel era referência regional, contando na época com excelentes

²⁴⁴ MARCHI, Darlan. Blog Santo Ângelo em fatos e fotos. 08 dez. 2009. Disponível em: <<http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/search?q=Darlan>>. Acesso em: 03 fev. 2012. Imagens atuais do arquivo pessoal de Débora Mutter.

²⁴⁵ Levantamento Apêndice B; Ficha 24.

instalações, oferecendo em todos os quartos água encanada e luz elétrica, além de ótimas instalações sanitárias. O atendimento era feito pela própria família²⁴⁶.



Figura 39 – Hotel Brasil²⁴⁷.

Outro hotel de destaque da década de 20 foi o Hotel Avenida²⁴⁸. Foi o terceiro Hotel de Santo Ângelo, sendo que, o primeiro foi o Hotel Vitória e o segundo foi o Hotel do Comércio. O primeiro proprietário do Hotel Avenida foi Lina Weiss e depois Gustavo Weiss. Construído em estilo eclético, com frontão de influência espanhola: medalhão frontal, ladeado por lanterninhas, frisos na parte inferior expressam características clássicas.²⁴⁹



Figura 40 – Hotel Avenida²⁵⁰.

²⁴⁶ KILIAN, 2000, op. cit.

²⁴⁷ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁴⁸ Levantamento Apêndice B; Ficha 30.

²⁴⁹ Ficha de levantamento COMPAHC.

²⁵⁰ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

O 2º Hotel da cidade foi o Hotel do Comércio²⁵¹, construído da década de 20 com características do Eclético. Pertenceu a família de seu Otto Hentschke. Foi construído para servir como hotel e residência para a família. Atualmente encontra-se em precário estado de conservação e necessitando de reparos, como é possível observar na imagem abaixo²⁵².



Figura 41 – Hotel do Comércio²⁵³.

Voltando para o centro histórico da cidade, temos um imóvel²⁵⁴ que foi construído por Raul Oliveira, filho do Coronel Bráulio de Oliveira e cunhado de Ulysses Rodrigues por volta de 1928, e por muito tempo foi residência da família Oliveira. Posteriormente a casa foi comprada pelo senhor Pedro Osório do Nascimento que utilizou o local como sede de seu escritório de advocacia. Atualmente o imóvel pertence ao senhor Paulo Welfer.

Tal edificação está localizada no sítio arqueológico da cidade, em frente à Prefeitura e diagonal com a Praça Pinheiro Machado. O prédio é antigo e interessante pela sua arquitetura e formato. A construção da década de 20 tem

²⁵¹ Levantamento Apêndice B; Ficha 32.

²⁵² A Imagem antiga do Hotel pertence ao acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

²⁵³ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁵⁴ Levantamento Apêndice B; Ficha 25.

características do Art Déco. Está muito bem caracterizada e em bom estado de conservação. Isso se deve em grande parte à consciência preservacionista do proprietário atual, Sr. Paulo Welfer, que optou por restaurar o imóvel ao invés de reformar ou demolir. O proprietário restaurou todas as aberturas antigas, portas e janelas, em um trabalho conjunto com a empresa Toscani e Valentini²⁵⁵. Além disso, o novo proprietário buscou tintas com as cores que respeitam a época. Vale lembrar que a cor ainda está perfeitamente harmonizada com a do entorno (museu, prefeitura e catedral).



Figura 42 – Imóvel construído por Raul Oliveira²⁵⁶.

Também localizado no centro histórico, nos fundos da Catedral Angelopolitana, encontra-se uma residência muito bem conservada, datada de 1920²⁵⁷. O imóvel sempre pertenceu a família Nascimento e Silva, sendo inicialmente a residência do Dr. Augusto Nascimento e Silva. Atualmente reside no local a Senhora Maria da Graça Nascimento e Silva.

²⁵⁵ Empresa de móveis e esquadrias de Santo Ângelo.

²⁵⁶ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁵⁷ Levantamento Apêndice B; Ficha 26.



Figura 43 – Imóvel da família Nascimento e Silva²⁵⁸.

O imóvel onde atualmente funciona a Ferragens Rio Branco²⁵⁹, foi construído em 1920, foi residência da família Heinz, propriedade do pai de Walter e Emilio Heinz. Posteriormente foi utilizado como residência de um viajante da empresa Albino Sperb e Cia. Ltda. Em seguida a empresa de Eugenio Geiss, que era um atacado de secos e molhados se instalou no local, funcionando ali por algum tempo. Atualmente o imóvel é alugado para a utilização da loja de ferragens.



Figura 44 – Ferragens Rio Branco²⁶⁰.

Entre 1920 e 1922 estava sendo construído na Vila de Santo Ângelo, o prédio que serviria de sede ao Banco da Província a partir do ano de 1922²⁶¹. Este

²⁵⁸ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁵⁹ Levantamento Apêndice B; Ficha 28.

²⁶⁰ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

período foi marcado por grande desenvolvimento econômico e distribuição de crédito às classes produtoras. O quadro de funcionários era composto por um contador, um tesoureiro, quatro escriturários e quatro auxiliares.

Posteriormente, o imóvel serviu como espaço de processamento de dados do Banco Itaú. Em estilo arquitetônico Art Déco, o prédio foi brutalmente alterado pela atual empresa proprietária, porém ainda guarda detalhes desse estilo arquitetônico como é possível ver na imagem abaixo.²⁶²



Figura 45 – Antiga sede do Banco da Província²⁶³.

No interior do Atual município de Santo Ângelo, encontramos a Estação Férrea do Comandá²⁶⁴. A construção é anterior a vinda de Luís Carlos Prestes para Santo Ângelo, por volta de 1921, a inauguração foi em 1923, juntamente com uma

²⁶¹ Levantamento Apêndice B; Ficha 29.

²⁶² Informações retiradas de: KILIAN, Eunisia. Coluna memória JM. *Jornal das Missões*, 20 jun. 1998. A imagem antiga foi retirada da Obra; FINOKIET, Bedati Aparecida. *Arca da Memória*. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003. A imagem atual é parte do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁶⁴ Levantamento Apêndice B; Ficha 31.

pequena ponte sobre o rio Comandá que foi construída e projetada por Luís Carlos Prestes, bem como a linha ferroviária que liga Santo Ângelo à Giruá.²⁶⁵



Figura 46 – Estação férrea do Comandá.

O Colégio Centenário²⁶⁶ foi fundado na década de 20, possivelmente entre 1922 e 1924, com as hipóteses de ser em comemoração a Independência ou o centenário da imigração alemã para o Brasil. Famílias de origem alemã da comunidade evangélica confissão Luterana de Santo Ângelo, foram as responsáveis pela fundação da escola. Entre os professores dirigentes da época, destacam-se Fritz Krebs, Max Schaule, Nagel, Jahannes Ziegler, Hulda Johansen e Alda Licht.²⁶⁷



Figura 47 – Colégio Centenário²⁶⁸.

²⁶⁵ Fonte: Amilcar Guidolin Vitor – Ficha Levantamento URI-IPHAN.

²⁶⁶ Levantamento Apêndice B; Ficha 33.

²⁶⁷ Fonte: KILIAN, Eunisia. Coluna memória JM. *Jornal das Missões*, 08 mai. 1999 / FETT, Léo. Coluna reflexões e resgates JM. *Jornal das Missões*, 26 jun. 2003. Relatos de Antonio Rousselet.

²⁶⁸ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

Uma construção imponente, também localizada no centro histórico do município é a Farmacia Licht²⁶⁹. O prédio atual foi construído no lugar de uma antiga casa que pertenceu a um dos repovoadores do município: Antônio Manoel de Oliveira. Localizada nas proximidades da antiga igrejinha (hoje catedral Angelopolitana), àquela foi umas das primeiras residências a serem construídas na Vila de Santo Ângelo, em torno de 1859. Em 1905, após a morte de Antônio Manoel, que dizem estar enterrado ali, Otaviano Lourega funda uma farmácia, da qual foi funcionário o Sr. Amantino Licht (filho do mais antigo homeopata da cidade: João Henrique Licht). Em alguns anos o próprio Sr. Amantino passa a ser proprietário do estabelecimento dando-lhe denominação de Farmácia Licht. Ali, ainda na casa velha que pertencera a Antônio Manoel, muitas operações de emergência foram realizadas.

Em 1924, por iniciativa do Sr. Amantino Licht, pedreiros vindos de Cruz Alta, iniciavam a construção do prédio atual, inaugurado em 1926, e que atualmente transformou-se no estabelecimento farmacêutico mais tradicional de Santo Ângelo ainda funcionando.²⁷⁰



Figura 48 – Farmácia Licht²⁷¹.

²⁶⁹ Levantamento Apêndice B; Ficha 34.

²⁷⁰ Fonte: FINOKIET, Bedati. Coluna memória Jornal das Missões. *Jornal das Missões*, 30 ago. 1997; 16 ago 1997.

²⁷¹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

Próximo dali, na Rua Florêncio de Abreu, esquina com a rua Antônio Manoel em 1924, o Sr. Guilherme Woff construiu um sobrado grande²⁷², muito bonito para a época. O prédio era alugado para o Sr Teobaldo Wolfenbitel, que utilizou o local para o funcionamento de um bolicho para compra e venda de produtos coloniais, morando no segundo piso. O local era parada obrigatória dos colonos do Rincão dos Mendes, Olhos D'água, Lageado das Pombas e Santa Tereza²⁷³.

Em 1945, o sobrado foi vendido pela viúva Dorotéia Wolf para o casal Francisco Galeazzi e sua esposa Dona Amalia, constando da escritura pitorescamente dois cômodos e uma vaca. O Sr. Francisco Galeazi continuou com o bolicho e residia no piso superior com seus filhos.

A herdeira Ivone Galeazzi há um ano vendeu o prédio para o senhor Ilvio, que o revendeu para o senhor Paulo Migliorini. Este foi o primeiro prédio da rua Florêncio de Abreu. Atualmente está parcialmente demolido, trabalho realizado no ano passado (2011) durante um final de semana e embargado pelo ministério público.²⁷⁴



Figura 49 – Sobrado da Rua Florêncio de Abreu²⁷⁵.

A residência de Seu Wilson Schorn e dona Edi Schnepfleitner²⁷⁶, juntamente com a Casa do Fermento que se localiza em anexo, foram imóveis construídos em

²⁷² Levantamento Apêndice B; Ficha 35.

²⁷³ Interior do atual município de Santo Ângelo.

²⁷⁴ A demolição não tinha sido consentida pela secretaria municipal de obras e pelo COMPAHC, justamente pelo valor histórico da construção.

²⁷⁵ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

1924. A proprietária, Dona Edi Schnepfleitner, nasceu e sempre morou na casa, sendo que a moradora tem atualmente 86 anos de idade, e seu esposo Wilson 94. A casa tem paredes de barro e tijolos grandes. O avô da proprietária, na época, era dono da Casa do Ferro e Cereais²⁷⁷, que segundo dona Edi foi a falência quando surgiu a coluna Prestes. Segundo ela, Luís Carlos Prestes, pegava muitos utensílios para o batalhão ferroviário e para a coluna e anotava no caderno da venda, para pagar depois.

Edi afirma que a dívida era muito grande e nunca foi paga por Prestes. Assim, seu avô não pode pagar os fornecedores, e a família teve de entregar a casa e a peça ao lado (onde hoje é a casa do fermento) para o banco da província. A família continuou morando no local e pagando aluguel para o banco. Posteriormente conseguiu comprar a casa novamente.



Figura 50 – Residência de Seu Wilson Schorn e dona Edi Schnepfleitner e casa do fermento²⁷⁸.

²⁷⁶ Levantamento Apêndice B; Ficha 36 e 37.

²⁷⁷ Atualmente o prédio já foi demolido. Se localizava na esquina da rua Marques do Erval com a rua Três de Outubro.

²⁷⁸ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

Outro imóvel de destaque na cidade é a Casa de Chá Frau Hintz²⁷⁹. Prédio construído por Francisco Leopoldo Uhry em 1925, pai do ex-prefeito de Giruá Dr. Darcy Pillau Uhry. Havia um monograma caligráfico com as letras FLU na platibanda, mas em uma das reformas pela qual o prédio passou, o mesmo foi retirado.²⁸⁰



Figura 51 – Casa de chá Frau Hintz²⁸¹.

O sobrado que no passado abrigou o Antigo Hotel Moderno²⁸², encontra-se atualmente ainda bem conservado. O prédio construído pelo Sr. Gildo Castelarín por volta de 1925-1930 era o local onde se hospedavam os caixeiros viajantes e visitantes que chegavam de trem e posteriormente nos primeiros ônibus ao município.

O prédio, juntamente com os prédios do Hotel Avenida, Hotel Brasil, Hotel do Comércio, representam um período de grande desenvolvimento econômico do município e crescimento populacional, são referências vivas da importância do município como pólo regional²⁸³.

²⁷⁹ Levantamento Apêndice B; Ficha 39.

²⁸⁰ Fonte: Levantamento De Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.

²⁸¹ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁸² Levantamento Apêndice B; Ficha 40.

²⁸³ Antônio Rouselet – 83 anos - antigo morador desta região da cidade.



Figura 52 – Antigo Hotel Moderno²⁸⁴.

A Casa Willy Gatz²⁸⁵, foi parte integrante do complexo do Hospital Willy Gatz que se estendia em toda a quadra da Rua Andradas entre a Marquês do Herval e a Antunes Ribas. Inaugurado em 1º de setembro de 1927, foi construído com recursos próprios pelo Dr. Willy Gatz, médico alemão formado pela Universidade de Bonn, que serviu durante a 1ª Guerra Mundial como médico Oficial do Exército Alemão.

O Dr. Gatz se instalou em Santo Ângelo, última estação onde chegava o trem, montando aqui o primeiro hospital particular da região noroeste do Rio grande do Sul. O prédio tinha uma grande representatividade para a história da medicina do Estado.²⁸⁶ Abaixo tem-se a imagem da casa onde o médico residiu, que atualmente foi transformada em uma locadora de vídeo e do hospital que já foi demolido, no ano de 2005. O terreno onde o hospital estava construído até o ano de 2011 era um terreno desocupado no centro da cidade, atualmente esta se iniciando uma obra no local para construção de um edifício residencial²⁸⁷. Abaixo seguem as imagens da casa do Dr. Gatz e de seu Hospital antes da demolição²⁸⁸.

²⁸⁴ Imagem do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁸⁵ Levantamento Apêndice B; Ficha 41.

²⁸⁶ KILIAN, Eunisia. Coluna memória JM. *Jornal das Missões*, 20 jun. 1998; 22 mai. 2005.

²⁸⁷ As informações e a imagem antiga do hospital foram retiradas do blog Santo Ângelo em fatos e fotos, onde encontra-se a transcrição de uma homenagem prestada pelo prefeito municipal ao Sr. Willy Gatz pelos serviços prestados a comunidade. Disponível em <<http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/2009/10/dr-willy-gatz-e-seu-hospital.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

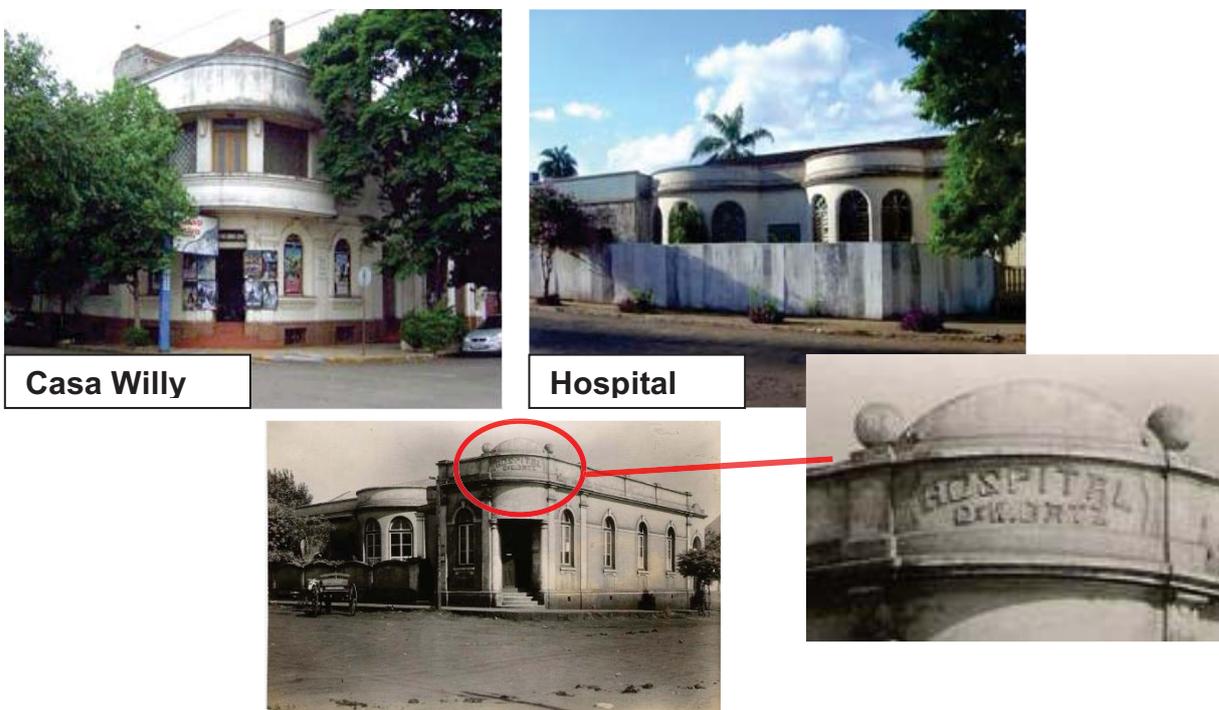


Figura 53 – A casa Willy Gatz e Hospital Gatz²⁸⁹.

As edificações arquitetônicas abaixo²⁹⁰, datadas do ano de 1928 – 1930 representam as poucas edificações preservadas que marcam o desenvolvimento urbano no entorno da estação ferroviária e das indústrias e comércios que se desenvolveram no local. Representam a urbanização no lado norte (a partir da rua 25 de julho) e a colonização alemã nessa mesma parte da cidade²⁹¹.

²⁸⁹ A imagem da Casa Willy Gatz faz parte do arquivo pessoal de Débora Mutter. A imagem do Hospital Gatz antes da demolição, faz parte do arquivo pessoal de Kelli Bisonhim e as imagens antigas em preto e branco encontram-se no acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

²⁹⁰ Levantamento Apêndice B; Ficha 42.

²⁹¹ Texto de Darlan Marchi – Ficha de levantamento COMPAHC



Figura 54 – Casas geminadas²⁹².

Uma das edificações mais conhecidas e tomadas como referência na cidade atualmente, é certamente a Catedral Angelopolitana²⁹³. No espaço onde ela esta construída já existiram três igrejas: a da redução de San Angel, a que foi erguida no período do repovoamento por volta de 1860, e a atual Catedral Angelopolitana, que representa uma réplica das antigas igrejas das reduções jesuíticas. Abaixo vemos a igreja da redução de San Angel (à esquerda) e a Igreja do repovoamento (à direita)²⁹⁴.



Figura 55 – Igreja da redução de San Angel e a Igreja do repovoamento.

A Catedral Angelopolitana, iniciou suas obras em 1929 mas só teve suas torres concluídas no início da década de 70, surge dentro de um novo contexto. A Catedral não foi fruto da necessidade de marcar território, mas sim uma forma de

²⁹² A imagem faz parte do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁹³ Levantamento Apêndice B; Ficha 43

²⁹⁴ As imagens foram retiradas do acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

perpetuar a história das outras duas igrejas. No alto do pórtico há sete imagens esculpidas em pedra de arenito representando cada um dos Sete Povos Missioneiros. As obras são de autoria de Valentin Von Adamovich. No seu interior encontra-se a imagem do Cristo Morto, da estatuária jesuítica-indígena²⁹⁵.

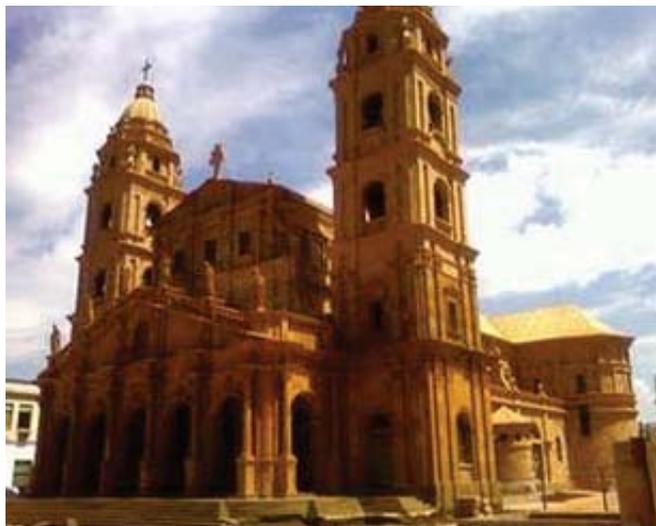


Figura 56 – Catedral Angelopolitana²⁹⁶.

Logo ao lado da catedral temos o prédio da atual Prefeitura Municipal²⁹⁷, também datada de 1929. A construção do prédio que serviria de sede para a intendência Município de Santo Ângelo, foi iniciada e quase concluída na administração do Dr. Carlos Kruel, mas foi o Intendente Dr. Ulisses Rodrigues que inaugurou o imóvel, no dia 27 de maio de 1929. O construtor da obra foi o Dr. Santhiago Borba. A construção do majestoso prédio foi confiada ao Italiano Gildo Castelarim. Abaixo seguem imagens da Prefeitura Municipal²⁹⁸.

²⁹⁵ Fonte: MARCHI, op. cit.

²⁹⁶ A imagem faz parte do arquivo pessoal de Débora Mutter

²⁹⁷ Levantamento Apêndice B; Ficha 44

²⁹⁸ A imagem atual é do arquivo pessoal de Débora Mutter, a imagem antiga consta no acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.



Figura 57 – Prefeitura municipal²⁹⁹.

Uma residência bela e imponente na cidade é a moradia da família Franke-Bier³⁰⁰. A Casa foi construída em 1930 pelo Sr. Augusto Franke, proprietário da Casa Comercial Franke. Conforme seu neto Augusto Bier “Quando foi mobiliada, veio uma revista alemã pra fazer matéria sobre como os descendentes teutos viviam bem no Brasil. Foi quando Vargas ainda estava simpático com a Alemanha”.

Conforme Bier: “Quando da construção do imóvel o casal Franke morou no porão da casa comercial onde ambos, Paula e Augusto Franke e duas crianças adquiriram tifo e foram salvas pelo Dr. Willy Gatz”.

A cômoda casa, mobiliada com apreço pela Sra. Franke era referência para a sociedade da época. Posteriormente a casa foi herdada pela Sra. Varna, sua filha e seu Marido o conhecido Mister Bier, professor de inglês na cidade.³⁰¹

²⁹⁹ As imagens atuais fazem parte do arquivo pessoal de Débora Mutter. A imagem antiga em preto e branco, faz parte do acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

³⁰⁰ Levantamento Apêndice B; Ficha 45.

³⁰¹ Fonte: Depoimento de Augusto Bier, Ficha de levantamento de imóveis do COMPAHC.



Figura 58 – Fundos da casa da família Franke-Bier na década de 30³⁰².



Figura 59 – A casa da família Franke-Bier na década de 80³⁰³.



Figura 60 – Foto atual da casa da família Franke-Bier³⁰⁴.

Outra bela edificação é o Seminário da Congregação da Sagrada Família³⁰⁵, que foi construído pelos irmãos da Congregação que chegaram ao RS em 1922,

³⁰² Acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

³⁰³ Acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

³⁰⁴ Arquivo pessoal de Débora Mutter

³⁰⁵ Levantamento Apêndice B; Ficha 46.

estabelecendo-se em Santo Ângelo. Foi construído num sitio comprado pelo Padre Antonio Revering do Sr. Carnelutti, às margens do Rio Santa Barbara.

O Seminário foi inaugurado em 17 de novembro de 1932 possuindo além do imóvel, moinho de trigo, gerador de energia, chiqueiros, paiol, estrebaria, padaria e oficinas (prédios anexos, existentes até hoje). No local encontra-se ainda o Santuário Nossa Senhora da Salete, num bosque as margens do rio, com cruzeiros para via sacra. O Seminário chegou a comportar um total de 200 seminaristas³⁰⁶.



Figura 61 – Seminário da Congregação da Sagrada Família³⁰⁷.



Figura 62 – Prédios anexos ao Seminário da Congregação da Sagrada Família³⁰⁸.

³⁰⁶ KILIAN, Eunisia. Coluna Memória JM 04 dez. 1999.

³⁰⁷ Arquivo pessoal de Débora Mutter

³⁰⁸ Arquivo pessoal de Débora Mutter

3.6 ANÁLISE DOS GRUPOS

A partir do levantamento histórico que se encontra nas fichas do Apêndice B deste trabalho separou-se os remanescentes em quatro grupos de estudo. O grupo 1, abrange os imóveis remanescentes do século XIX, e que são os imóveis mais antigos que ainda não foram demolidos. Nesse grupo, foi possível observar que a organização social, política e econômica da vila de Santo Ângelo ocorreu no espaço onde estes imóveis estão localizados. Pode-se perceber também através do levantamento que, os remanescentes do século XIX localizados no entorno do atual centro histórico do município é formado basicamente por residências. Muitas delas, foram construídas para servir de morada para personalidades importantes da história política e econômica da Vila de Santo Ângelo, como Ulysses Rodrigues e outros grandes fazendeiros e comerciantes, como Theodomiro Reis e Vicente José Rodrigues.

No segundo grupo existe a prevalência de imóveis de uso residencial, também localizadas no atual centro histórico do município, com exceção do conjunto de imóveis que abrigavam a Cia. De Fumo de cunho comercial e distante do centro histórico. Desse modo, analisando os remanescentes arquitetônicos, percebe-se que a Vila de Santo Ângelo em seus primeiros vinte anos de ocupação tinha mais imóveis residenciais do que comerciais e que a maioria deles se localizava no atual centro histórico do município sobre os remanescentes da antiga redução, sendo que, muitos foram construídos utilizando as pedras reducionais.

No terceiro grupo, percebe-se uma diminuição de remanescentes residenciais e um aumento significativo de imóveis com fins comerciais. Desse modo, com base nos elementos arquitetônicos pode-se afirmar que a Vila de Santo Ângelo inicia um significativo desenvolvimento econômico a partir de 1910, destacando-se imóveis comerciais como, relojoarias, farmácias e casas de secos e molhados. Um dos motivos que levou a esse desenvolvimento pode ter sido a instalação da Estação Férrea e do Batalhão Ferroviário, sendo que, os imóveis passam a ocupar a parte norte da cidade, mais próximos a Estação Ferroviária.

No quarto e último grupo, existe uma prevalência de imóveis comerciais sobre as residências. Entre os anos de 1920 e 1930 a Vila de Santo Ângelo tem um grande desenvolvimento comercial e urbano. Nessa época edifica-se na cidade uma rede de comércio significativa, contando com uma vasta rede hoteleira, várias casas de comércio de secos e molhados, escolas, indústria de beneficiamento de algodão e grãos, bancos, entre outros. Os imóveis do grupo 4, representam uma época de grande desenvolvimento econômico da Vila de Santo Ângelo e a ocupação da mesma pelos imigrantes.

Desse modo, percebe-se a importância da conservação desses imóveis, que representam a história de luta e desenvolvimento dos imigrantes que se estabeleceram em Santo Ângelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abrangendo os dois primeiros capítulos, através da síntese histórica e das discussões acerca da preservação do patrimônio procurou mostrar as diferentes sociedades que já existiram nesse local, para que desse modo, fosse possível demonstrar a importância da preservação do patrimônio arquitetônico que os primeiros imigrantes que chegaram na cidade deixaram à posteridade, demonstrando que a história de cada sociedade em seu tempo distinto tem o mesmo valor e merece ser preservada, pois ela ajuda a fortalecer a identidade e a memória de uma sociedade.

Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por realizar um levantamento dos prédios históricos do período que compreende o primeiro século da efetiva ocupação do espaço de Santo Ângelo por imigrantes (1830-1930), e que merecem destaque, por sua arquitetura e história. Com isso, pretendeu-se contribuir com a discussão acerca do patrimônio histórico em Santo Ângelo e região. A partir das fichas elaboradas conseguiu-se realizar o resgate histórico superior a 95% dos imóveis fichados, e a partir deles foi possível definir alguns traços da história da reocupação da cidade de Santo Ângelo.

Foi possível relacionar e indicar através dos imóveis, pontos de interesse histórico, no entanto, a pesquisa não se esgota neste trabalho. Este estudo foi o início, para que a partir dele alguns aspectos possam ser ampliados e aprofundados. Dados os pontos prioritários para preservação, e a sugestão de um inventário dos bens a serem preservados, pontua-se ainda a necessidade da criação de uma lei de tombamento na cidade.

Para estabelecer reflexões sobre a preservação do patrimônio, é fundamental, que se realizem projetos visando a educação patrimonial, a começar pela inserção da história local no currículo educacional das escolas. E cabe salientar que esta história local a ser apreendida na sala de aula, não pode estar ligada somente ao estudo das reduções jesuítico-indígena.

Na tentativa de ampliar resultados, é importante atuar também juntamente com os proprietários dos imóveis, os moradores e trabalhadores dos locais. Enquanto não houver uma maior mobilização dos cidadãos e principalmente da

gestão municipal, os bens culturais vão continuar se perdendo.

Os resultados desta pesquisa deverão ser disponibilizados ao órgão público responsável, para que se torne um auxiliar para a salvaguarda do patrimônio histórico santo-angelense (APÊNDICE A). Para tanto, desenvolveu-se ainda uma cartilha de educação patrimonial, que será apresentada ao prefeito municipal, com o intuito de ampla divulgação entre professores, comunidade e proprietários de imóveis, para que desse modo, alguns “mistérios” em torno da proteção ao patrimônio cultural sejam desfeitos.

Finalmente, é preciso destacar que este estudo buscou através do levantamento dos prédios do primeiro século da reocupação da cidade pelos imigrantes, apresentar um passado praticamente esquecido, salientando que Santo Ângelo é uma cidade que ostenta a referência de “Capital das Missões Jesuíticas” e desta maneira acaba ofuscando suas heranças históricas posteriores.

REFERÊNCIAS

ADONIAS, 1993. Créditos da imagem digitalizada: *Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul*. O original encontra-se na Mapoteca do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

ARMANI, Alberto. *Ciudad de Dios y ciudad del sol: el "Estado" jesuita de los guaraníes (1609-1768)*. Cidade do México: FCE, 1982.

BAPTISTA, Jean; BAUER, Leticia; PRESA, Alejandra. As Ruínas e seus personagens no século XIX. *Biblos*, Rio Grande, 20: 179-193, 2006.

_____. *Dossiê Missões: Volume I – o temporal: sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.

BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BLOG INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Disponível em <<http://identidade85.blogspot.com/2007/06/os-guarani-e-histria-do-brasil.html>>. Acesso em 12 jan. 2012.

BLOG SANTO ÂNGELO EM FATOS E FOTOS. Disponível em: <<http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/2009/08/plano-urbanistico-da-reducao-de-santo.html>> Acesso em 12 jan. 2012.

BOGONI, Saul. *O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuítica e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá*. Maringá, 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/sbogoni.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

BOSI, E. O Patrimônio Histórico Revisado. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937. **Lex**: legislação federal e marginalia.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado Federal, 1988, Artigo 30º; IX.

BRUXEL, Arnaldo. *Os Trinta Povos Guaranis*. 2. ed. Porto Alegre. Nova Dimensão, 1987.

CARLE, Cláudio Baptista. 300 anos de Santo Ângelo Custódio: Uma História em um passado arqueológico. In: PIPPI, Gladis Maria; MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins. O espaço missioneiro. In: *XII simpósio internacional IHU: a experiência missioneira: território, cultura e identidade*., 2010, p.1.

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do globo, 1992, Volume II.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: Um Município em Construção – das missões até 1930*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. Missões Jesuíticas: arquitetura e urbanismo. *Memorial do Rio Grande do Sul – Caderno de História*, s/d. n. 21.

_____. *A Arquitetura e o Urbanismo das Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000, p. 3. Disponível em: <http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_06.htm>. Acesso em: 14 dez. 2011.

DINIZ, Tânia Marcondes. Considerações sobre o patrimônio cultural e os instrumentos legais para sua preservação. *Analecta*, Guarapuava, Paraná v. 5 no 1 p. 73-85 jan/jun. 2004.

FERNANDES, J. R O. Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1993.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio arqueológico, pós colonialismo e leis de repatriação. In FUNARI, Pedro Paulo A. PELEGRINI Sandra C. A. RAMBELLI, Gilson (orgs). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, Fapesp; Campinas: Nepam, 2009.

FETT, Léo. Coluna reflexões e resgates JM. *Jornal das Missões*, 26 jun. 2003.

FINOKIET, Bedati. Coluna memória Jornal das Missões. *Jornal das Missões*, 30 ago. 1997; 16 ago. 1997.

_____. *Arca da Memória*. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003.

_____. Santo Ângelo Custódio - 300 Anos. In: PIPPI, Gladis Maria; MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação Patrimonial: teoria e prática, p.11. In SOARES, André Luis Ramos (org). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____, CARVALHO, Aline. Patrimônio e Diversidade: Algumas Questões para Reflexão. In FUNARI, Pedro Paulo A, CARVALHO, Aline (orgs.) *143 Primeira Versão: Patrimônio Cultural, diversidade e comunidades*. IFCH/UNICAMP. Campinas-SP. Junho, 2011.

GIBSON, Charles. As Sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: *História da América Latina V.II*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

GONÇALVES, J. R. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (eds.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS UFRJ. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br>. Acesso em: 20 jan. 2011; 23 dez. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=20400>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

_____. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2012.

_____. *Programa de educação patrimonial João Pessoa, minha cidade – Orientações pedagógicas – Monitores*. [s.n., s.d.], p.11.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes Indígenas*. Porto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. *Utopias e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994.

_____. Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. *Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*, vol. 4 n.1, Cuiabá, jan-jun/2003.

_____. Pré-História e ocupação humana: povos Indígenas. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson (coords.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2009, volume 5.

KILIAN, Eunisia. Coluna memória JM. *Jornal das Missões*, 20 jun. 1998; 08 mai. 1999.

_____. Coluna memória. *Jornal das Missões*, 30 jan. 1999.

_____. Coluna Memória JM. *Jornal das Missões*, 04 dez. 1999.

_____. Coluna memória. *Jornal das Missões*, 14 out. 2000.

_____. Coluna memória JM. *Jornal das Missões*, 20 jun. 1998; 22 mai. 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MACHADO, José Olavo. *História de Santo Ângelo (das Missões aos nossos dias)*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1981.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: EdUPF. 2010.

MAEDER, Ernesto; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de Guaraníes Argentina, Paraguay y Brasil*. Sevilla: Instituto Andaluz, 2009.

MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MARCHI, Darlan. Blog Santo Ângelo em fatos e fotos. 08 dez. 2009. Disponível em: <<http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/search?q=Darlan>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

MARIANI, A. W. Patrimônio Cultural. In: Memória e educação – *Caderno de Ensaios n.1*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1992, p. 02.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório de atividades*. IPHAN. Brasília: Prática, 1998.

MONTOYA, Antonio Ruiz. *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

NAGEL, Liane Maria. *A História de San Angel Custódio – redução de fronteira: no contexto dos Trinta Povos Guarani-Jesuíticos da região Platina*. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NORA, Pierre. Mémoire Collective. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (orgs.). *La Nouvelle Histoire*. Paris, CRPL, 1978.

_____. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de pós-graduação em História da PUC – Projeto História*. São Paulo: n. 10, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro: Impasses e jurisprudências. In FUNARI, Pedro Paulo A. PELEGRINI Sandra C. A. RAMBELLI, Gilson (orgs). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, Fapesp; Campinas: Nepam, 2009.

PIPPI, Gladis Maria. Redução de Santo Ângelo Custódio. In: PIPPI, Gladis Maria; MÜLLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

PREISS, Jorge Hirt. *A música nas missões jesuíticas nos séculos XVII e XVIII*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1988, p.19.

RECH, Raquel. *Relatório do Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio (Convênio PMSA-URI)*. Santo Ângelo, 2007.

_____; FINOKIET, Bedati Aparecida. *O Projeto de Educação Patrimonial “Oficinas de História e Arqueologia Missioneira” em Santo Ângelo – RS*. I Fórum Latino-Americano de Educação Patrimonial, Caderno de resumos, Pelotas, 2008, p. 91.

RIBEIRO, Darcy. *A América e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 2004. Tese (Doutorado em Estudos Históricos Latino Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SCHADEN, Egon: *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Pré-história do Rio Grande do Sul: Arqueologia do Rio Grande do Sul*, Documentos 5, 13-30. São Leopoldo: IAP, 2006.

SEPP, Padre Antônio S. J. *Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, 1972, p. XXIII.

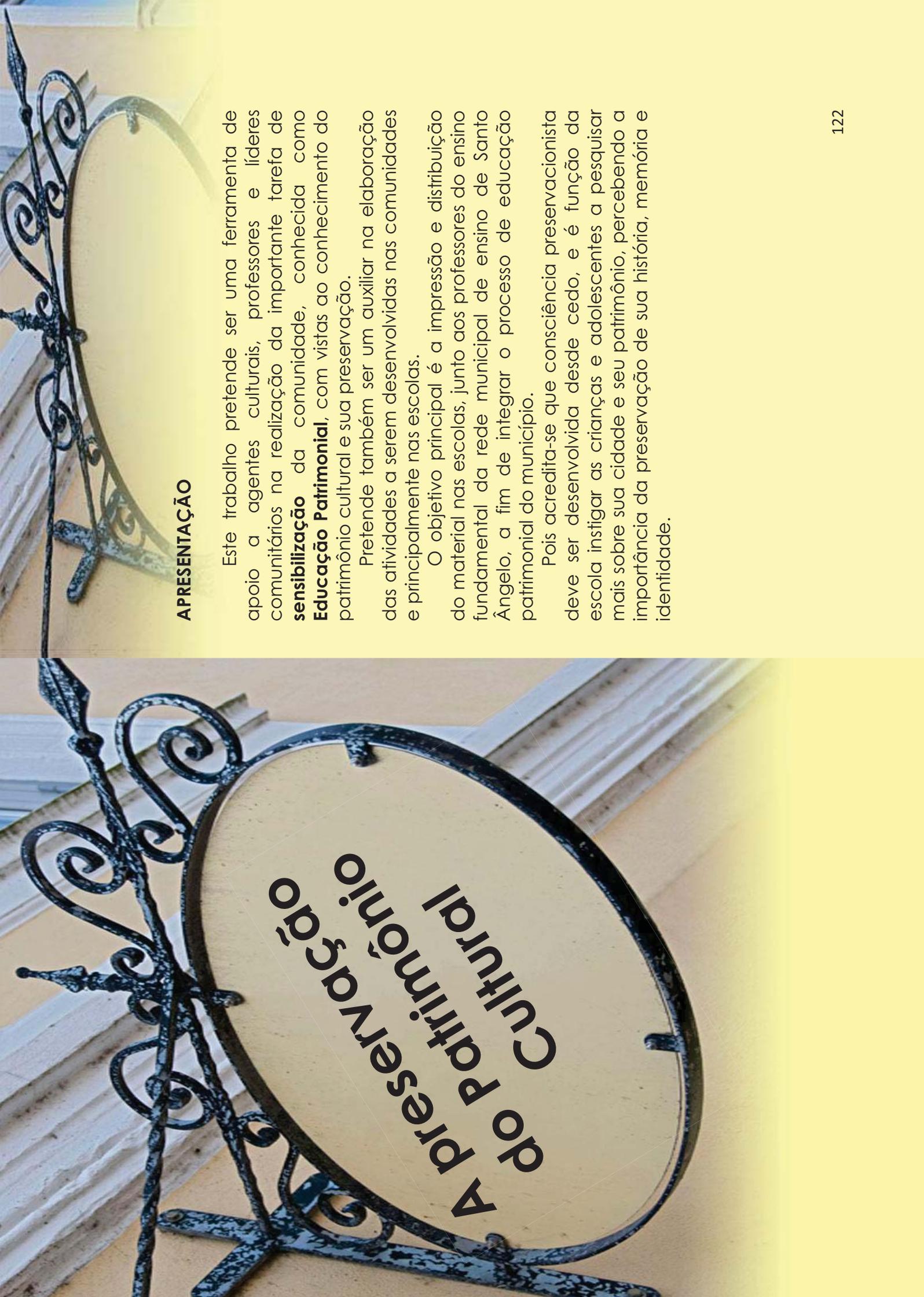
SILVEIRA, Hemetério José Velloso. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

UNES; Wolney. Escolhendo o patrimônio para o qual educar, p. 44. In BARRETO, Euder Arrais et. al. *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia, 2008.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. 2002: artigo 7 – O patrimônio cultural, fonte da criatividade. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2012

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



A preservação do Patrimônio Cultural

APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende ser uma ferramenta de apoio a agentes culturais, professores e líderes comunitários na realização da importante tarefa de **sensibilização** da comunidade, conhecida como **Educação Patrimonial**, com vistas ao conhecimento do patrimônio cultural e sua preservação.

Pretende também ser um auxiliar na elaboração das atividades a serem desenvolvidas nas comunidades e principalmente nas escolas.

O objetivo principal é a impressão e distribuição do material nas escolas, junto aos professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Santo Ângelo, a fim de integrar o processo de educação patrimonial do município.

Pois acredita-se que consciência preservacionista deve ser desenvolvida desde cedo, e é função da escola instigar as crianças e adolescentes a pesquisar mais sobre sua cidade e seu patrimônio, percebendo a importância da preservação de sua história, memória e identidade.

INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial é um trabalho permanente de envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos manifestações culturais e fortalecimento da autoestima das comunidades pelo reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos.

Por ser um **processo educacional**, formal e não formal, a educação patrimonial usa situações e ações que provocam reações, interesse, questionamentos e reflexões sobre o significado e valor dos acervos culturais e sua manutenção e preservação.

O desenvolvimento desse senso de pertencimento nas comunidades permite a cumplicidade e legitimidade das ações em defesa, conservação e preservação do patrimônio cultural.

PARTE I - CONCEITOS

É importante se familiarizar com alguns conceitos que permitirão um maior entendimento sobre o patrimônio, a sua preservação e importância.

1. Indivíduo

Pessoa; Sujeito; Elemento ativo, integrante dos grupos humanos, cuja personalidade e traços físicos o distinguem de seus pares; Aquele em que a atuação avança ao plano da razão pronto para responder às ações cotidianas, valendo-se da inteligência emocional.

2. Identidade

Tudo aquilo que diferencia e identifica o homem: um grupo social, político, étnico, religioso etc.

3. Sociedade

Grupo de indivíduos que vivem por vontade própria sob normas comuns.

4. Comunidade

Deriva da raiz etimológica latina – união, aquilo que é compartilhado.

A comunidade se caracteriza pela afinidade de seus integrantes no exercício das necessidades cotidianas, os quais se organizam e se ajudam como forma de minimizar as dificuldades e repartir os

benefícios; muitas de suas práticas se configuram em expressões culturais.

5. Humanidade

Conjunto (coletivo) de TODOS os seres humanos.

6. Tempo

Conceito desenvolvido pela maioria das sociedades humanas para diferenciar eventos (reais ou não) já acontecidos daqueles que acontecem a cada instante e daqueles que estão por (ou podem) acontecer.

Normalmente dividido em; Passado, Presente e Futuro. Vive-se o PRESENTE imediatamente a cada instante, a cada momento, pois o que já foi vivido se tornou PASSADO e o que se pensa, imagina, sonha ou projeta, que ainda está por viver, acontecerá no FUTURO.

7. Memória

Conhecimento ou consciência sobre situações, eventos, ações, sensações passadas. Lembranças, reminiscências, vestígios. Aquilo que serve de lembrança.

A memória permite a construção da identidade individual e coletiva. Estabelece a relação entre o passado e o presente e permite vislumbrar o futuro. A memória se alimenta de lembranças vagas...

Possibilidade de reconstrução da atmosfera de um outro tempo.¹

Aloísio Magalhães preferia o conceito biológico de memória: guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver.²

A memória é seletiva, pois guardamos o que nos interessa – aquilo que aparentemente nos é necessário, assim como tentamos descartar o que supomos não precisarmos. O esquecimento ainda é memória.³

Cada pessoa é responsável pelo que aviva sua própria memória. Todos são responsáveis pelo que aviva a memória da comunidade⁴.

8. História

Discurso - oficial ou não - construído sobre nosso conhecimento a respeito do passado e do presente.

9. Cultura

Conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo, meio pelo qual o ser humano se adapta às condições de existência, transformando a realidade.

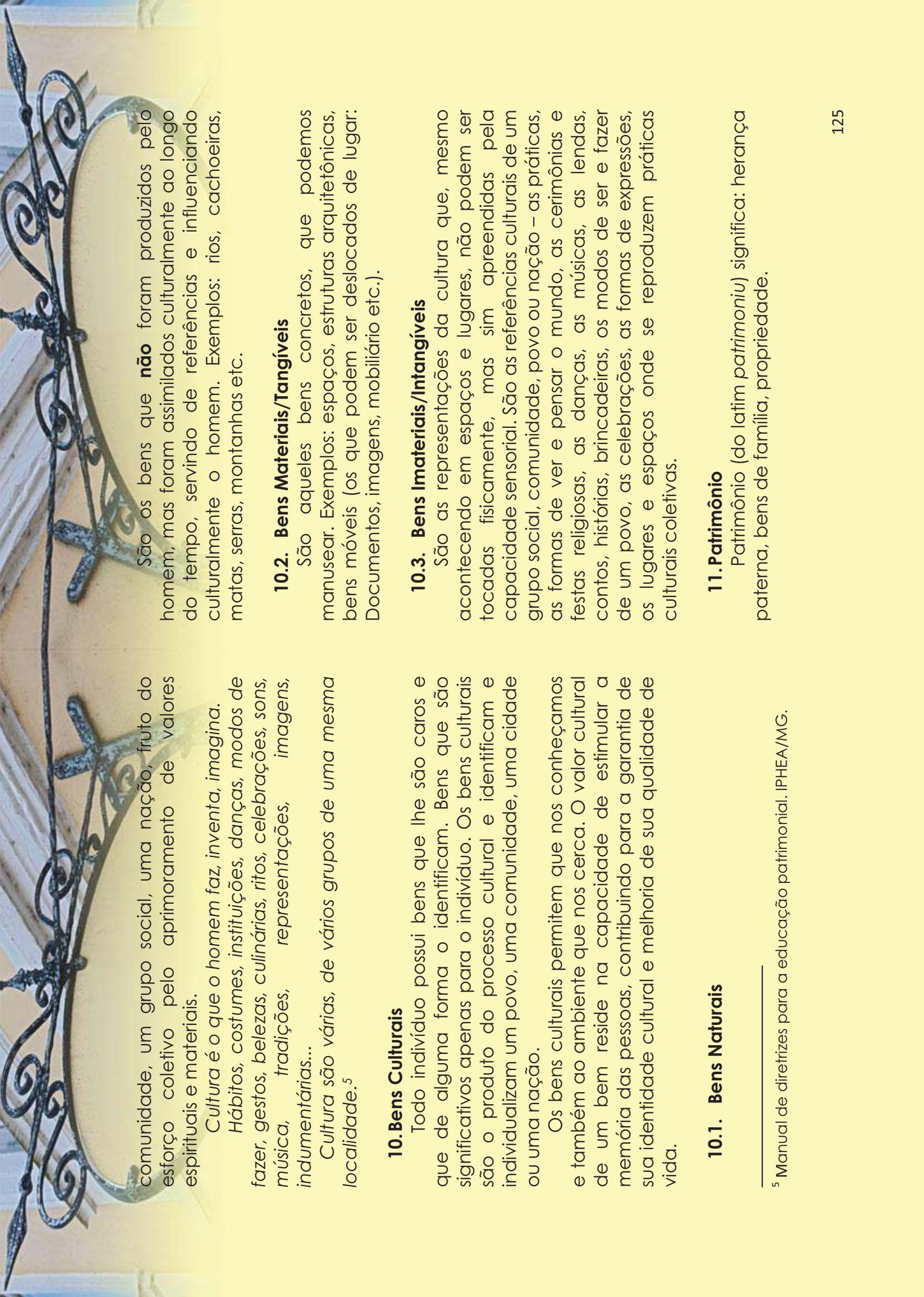
Processo em permanente evolução, diversificado e rico. Trata-se do desenvolvimento de uma

¹ Lucília Neves.

² Aloísio Magalhães.

³ Carlos Drummond De Andrade.

⁴ Cartilha Do Patrimônio - IEPHA/MG



comunidade, um grupo social, uma nação, fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais.

Cultura é o que o homem faz, inventa, imagina.

Hábitos, costumes, instituições, danças, modos de fazer, gestos, belezas, culinárias, ritos, celebrações, sons, música, tradições, representações, imagens, indumentárias...

Cultura são várias, de vários grupos de uma mesma localidade.⁵

10. Bens Culturais

Todo indivíduo possui bens que lhe são caros e que de alguma forma o identificam. Bens que são significativos apenas para o indivíduo. Os bens culturais são o produto do processo cultural e identificam e individualizam um povo, uma comunidade, uma cidade ou uma nação.

Os bens culturais permitem que nos conheçamos e também ao ambiente que nos cerca. O valor cultural de um bem reside na capacidade de estimular a memória das pessoas, contribuindo para a garantia de sua identidade cultural e melhoria de sua qualidade de vida.

10.1. Bens Naturais

São os bens que **não** foram produzidos pelo homem, mas foram assimilados culturalmente ao longo do tempo, servindo de referências e influenciando culturalmente o homem. Exemplos: rios, cachoeiras, matas, serras, montanhas etc.

10.2. Bens Materiais/Tangíveis

São aqueles bens concretos, que podemos manusear. Exemplos: espaços, estruturas arquitetônicas, bens móveis (os que podem ser deslocados de lugar: Documentos, imagens, mobiliário etc.).

10.3. Bens Imateriais/Intangíveis

São as representações da cultura que, mesmo acontecendo em espaços e lugares, não podem ser tocadas fisicamente, mas sim apreendidas pela capacidade sensorial. São as referências culturais de um grupo social, comunidade, povo ou nação – as práticas, as formas de ver e pensar o mundo, as cerimônias e festas religiosas, as danças, as músicas, as lendas, contos, histórias, brincadeiras, os modos de ser e fazer de um povo, as celebrações, as formas de expressões, os lugares e espaços onde se reproduzem práticas culturais coletivas.

11. Patrimônio

Patrimônio (do latim *patrimoniu*) significa: herança paterna, bens de família, propriedade.

⁵ Manual de diretrizes para a educação patrimonial. IPHEA/MG.

Um indivíduo ao longo de sua vida acumula bens que, no futuro, vai legar à família. Ampliando o conceito, entende-se atualmente que são patrimônios: a vida, o corpo, a linguagem, as coisas (arquitetura, artesanato, música, literatura...), os sonhos, as histórias...

11.1 Patrimônio Ambiental Urbano

Fato social, produto de uma sociedade específica. Compreende lugares, bens imóveis, monumentos e vivências. A memória social está diretamente ligada ao patrimônio ambiental urbano, do qual se projetam as representações da cidade.

ii. Patrimônio Cultural

Soma dos bens culturais de uma comunidade ou grupo. O conceito inicial de "Patrimônio Histórico e Artístico" limitava a abrangência da rica produção humana, então a Constituição Federal de 1988 ampliou e atualizou o conceito em seu artigo 216.

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

12. Preservação

Preservar é defender, conservar, resguardar. Atitude de cuidado e respeito. Preservar também é dar relevância, destaque, importância, utilidade, publicidade.

13. Conservação

Conservar é amparar, defender, manter, salvaguardar, resguardar de dano, decadência, deterioração.

PARTE II – PRESERVAÇÃO/PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A. Qual a importância do Patrimônio Cultural?

A cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e identidade, os responsáveis pelas amarrações que unem as pessoas em torno de uma noção comum de compartilhamento e identidade, noção básica para o senso de cidadania.

O patrimônio histórico e artístico materializa e torna visível esse sentimento evocado pela cultura e pela memória e, assim, permite a construção das identidades coletivas, fortalecendo os elos das origens comuns, passo decisivo para a continuidade e a sobrevivência de uma comunidade.

Além desse aspecto de construção de identidade, a noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações, de forma a relacionar o passado e o presente, permitindo a visão do futuro, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

B. Por que preservar o Patrimônio Cultural?

A principal razão para se preservar o Patrimônio Cultural é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material, espiritual e na garantia do exercício da memória e da cidadania.

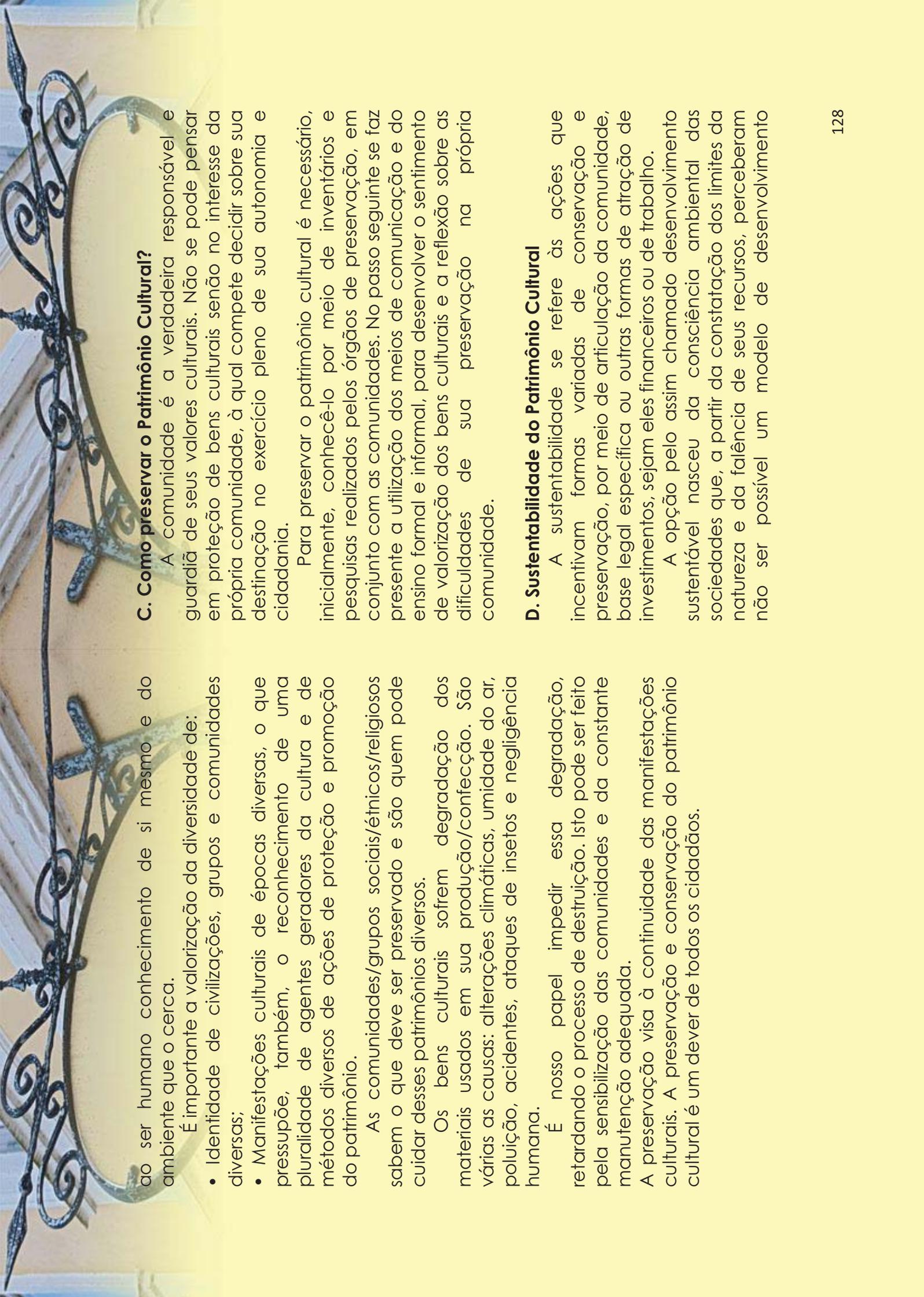
A preservação dos marcos e elementos imateriais dessa herança do passado fortalece o senso de pertencimento. Ser parte de algo maior, com raízes profundas, une os homens em defesa do bem comum: a continuidade de sua comunidade.

A questão de o que preservar nos remete a um indispensável aspecto, que é a preservação das variadas e diversificadas formas de criação humana e de potencialidades naturais, no sentido de evitar a “discriminação monumental”.

Evitar a discriminação monumental não significa abolir critérios seletivos, mas sim evidenciar a representatividade de valores que, se por um lado foram considerados sem nenhuma importância num determinado período, por outro podem vir a ser valiosos e estimados por gerações posteriores àquelas que os produziram, ou que de forma contrária foram tidos como de grande importância numa determinada época e que venham a ser depreciados no futuro.

Assim, os bens culturais dignos de preservação devem exibir características que comprovem a sua relevância e representatividade ou contribuir para a manutenção de uma determinada ambiência.

Devemos preservar aqueles bens culturais impregnados de valores históricos, arquitetônicos, arqueológicos, paisagísticos, artísticos, afetivos, etnográficos e bibliográficos que contribuem para a identidade cultural da comunidade, proporcionando



ao ser humano conhecimento de si mesmo e do ambiente que o cerca.

É importante a valorização da diversidade de:

- Identidade de civilizações, grupos e comunidades diversas;
- Manifestações culturais de épocas diversas, o que pressupõe, também, o reconhecimento de uma pluralidade de agentes geradores da cultura e de métodos diversos de ações de proteção e promoção do patrimônio.

As comunidades/grupos sociais/étnicos/religiosos sabem o que deve ser preservado e são quem pode cuidar desses patrimônios diversos.

Os bens culturais sofrem degradação dos materiais usados em sua produção/confecção. São várias as causas: alterações climáticas, umidade do ar, poluição, acidentes, ataques de insetos e negligência humana.

É nosso papel impedir essa degradação, retardando o processo de destruição. Isto pode ser feito pela sensibilização das comunidades e da constante manutenção adequada.

A preservação visa à continuidade das manifestações culturais. A preservação e conservação do patrimônio cultural é um dever de todos os cidadãos.

C. Como preservar o Patrimônio Cultural?

A comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. Não se pode pensar em proteção de bens culturais senão no interesse da própria comunidade, à qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

Para preservar o patrimônio cultural é necessário, inicialmente, conhecê-lo por meio de inventários e pesquisas realizados pelos órgãos de preservação, em conjunto com as comunidades. No passo seguinte se faz presente a utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal, para desenvolver o sentimento de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação na própria comunidade.

D. Sustentabilidade do Patrimônio Cultural

A sustentabilidade se refere às ações que incentivam formas variadas de conservação e preservação, por meio de articulação da comunidade, base legal específica ou outras formas de atração de investimentos, sejam eles financeiros ou de trabalho.

A opção pelo assim chamado desenvolvimento sustentável nasceu da consciência ambiental das sociedades que, a partir da constatação dos limites da natureza e da falência de seus recursos, perceberam não ser possível um modelo de desenvolvimento

baseado no consumo predador da natureza com altos níveis de rejeitos poluidores.

Assim, a sustentabilidade pode ser entendida como uma forma de desenvolvimento que une as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações usufruírem sua herança natural e cultural.

A sustentabilidade cultural se dará a partir da preservação de valores e de mensagens, que dão sentido e identidade a determinado grupo cultural e étnico. No nosso caso específico, exposta a idéia da sustentabilidade, cabe investigar as ações que podem ser realizadas para sua concretização.

Parte III. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM SANTO ANGELO

Uma cidade que tem patrimônio⁶

O ônibus parou na rodoviária da cidade de Santo Ângelo, uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Sul. Paulo desceu do ônibus meio sonolento. Olhou ao redor e prosseguiu em linha reta em direção à rua que parecia ser a principal. Logo na primeira esquina encontrou um grupo de pessoas que observava alguns homens trabalhando e resolveu se informar.



- Por favor, poderia me dar uma informação? – perguntou a um rapaz que estava mais próximo.



- Claro, o que você deseja saber?



- Estou procurando a Rua 03 de maio.



- É a minha rua. Quem você está procurando? Conheço todo mundo que mora lá. – disse o rapaz.

⁶ Adaptação do texto de Carlos Henrique Rangel: *A Cidade do Primo Mauro*.



- **Procuro Mauro Junqueira, meu primo.**



- Que coincidência, o Maurinho é meu vizinho. Levo você lá, mas espera só um instante, deixa eu ver eles colocarem aquela janela.



- **O que está acontecendo? Estão demolindo esta casa velha? – perguntou Paulo.**



- Não, estão restaurando.



- **Está muito ruinzinha, não seria mais fácil derrubar ou deixar cair?**



- Não, esta casa é muito importante para nós.



- **É muito velha, e neste terreno tão bem localizado, poderiam construir um prédio que seria muito mais bonito e importante...**

- Esta casa faz parte da nossa cultura.



- **Cultura?**



- É, ela foi construída por um imigrante, que foi uns dos primeiros recolonizadores da cidade, e ela casa está cheia de histórias. Nós não conseguimos imaginar a

esta rua sem ela. É parte da nossa **identidade**... Nossa **memória**.



- **Tudo bem, mas vocês vão colocar umas portas e janelas modernas, né?**



- A obra não é uma reforma. É uma **restauração**.



- **Não vejo a menor diferença...**



- A restauração não muda nada, mantém as mesmas características da construção, até mesmo as janelas e portas.



- **Interessante... Mas, e depois de concluída, o que vai ser?**



- Vai ser a sede do Clube esportivo.



- **Pensei que ia ser um centro cultural.**



- Nós já temos um centro cultural que ocupa um outro casarão histórico.



- **É, eu já notei que a sua cidade é cheia de casas antigas.**



- Tentamos preservar nossa história e as casas construídas pelos nossos avós e bisavós. Assim conservamos nossas raízes, nosso elo com o passado, nossa origem, nossa **identidade coletiva**, ou seja, o que nos diferencia das outras cidades.



- **Mas desse jeito como fica o progresso?**



- Preservar o nosso patrimônio não impede o progresso. Os dois convivem até muito bem.



- **Patrimônio?**



- É, **patrimônio cultural** é a nossa herança deixada pelos antepassados, as festas tradicionais, o nosso modo de falar e agir, os monumentos, as imagens, os acervos arquivísticos, as construções antigas como os casarões e as igrejas e até mesmo as construções mais recentes que têm importância pelo estilo e beleza.



- **Interessante, mas pergunto novamente, e o progresso?**



- É, eu estava lhe dizendo: nesses casarões do nosso passado, moram famílias que possuem televisão, vídeo e até computadores com internet. É claro que todas

possuem banheiros modernos. E a cidade tem muito espaço ainda, onde os novos prédios com sua arquitetura moderna são construídos.



- **Assim é diferente. Eu pensei que toda casa antiga era como um museu.**



- Não são. Elas podem ter várias utilidades: moradia, clubes, associações... Contanto que não sejam alteradas. No nosso centro histórico tem muitos prédios tombados e nem por isto deixou de ter vida.



- **Tombados? Achei que você queria preservar as casas antigas e não derrubá-las.**



- Calma, não é isso que você está pensando. Tombar não é derrubar. O **tombamento** é um instrumento legal usado para proteger um **bem cultural**. Quando uma casa, uma imagem, documento ou praça é tombado, não pode ser destruído ou mesmo ser modificado sem autorização.



- **Interessante, mas qualquer bem cultural pode ser tombado?**



- Infelizmente não... Somente os bens culturais **tangíveis ou materiais** como as casas, praças, imagens,

documentos é que podem ser protegidos pelo instituto do tombamento. Mas os bens **intangíveis ou imateriais** podem ser preservados através de incentivos e registros.



- **É? Mas quem decide isto?**



- Ah, existe o órgão federal, o **IPHAN**, que protege aqueles bens culturais que são importantes para o país. No Estado, existe o **IPHAÉ**, que preserva os bens que são importantes para todo o Estado Do Rio Grande do Sul e, nos municípios, existem os conselhos municipais do patrimônio cultural que cuidam dos bens de importância local. O nosso **Conselho Municipal** que é formado por representantes de associações, escolas, prefeitura, câmara, igreja etc.



- **E como se faz um tombamento?**



- No geral, existe uma equipe técnica, normalmente formada por historiadores, arquitetos e restauradores, faz um estudo para justificar a importância do bem cultural, chamado "**dossiê de tombamento**", nesse dossiê tem todas as informações sobre o bem cultural que vai ser tombado. Esse documento então é encaminhado ao conselho municipal.



- **Interessante...**



- O conselho, depois que analisa o dossiê e decide pelo tombamento, encaminha uma notificação ao proprietário, que tem 15 dias para se manifestar contra ou a favor. Vencido o prazo, o prefeito publica a decisão através de decreto no jornal da cidade.



- **Eu não concordaria...**



- Se não concordar, tem que justificar. Aí o conselho, em uma nova reunião, decide pela manutenção do tombamento ou não, dependendo do estudo da documentação do proprietário.



- **Se fosse minha casa eu não ia concordar... Vê lá se vou concordar em ficar sem minha casa...**



- Mas você não fica sem a casa. Ela continua sendo sua.



- **Mas não posso mexer nela...**



- Você não pode é destruir ou reformar sem a análise e autorização do conselho...



- **Nem vender ou alugar...**



- Pode sim, pode vender e alugar.



- Assim é bem melhor... Mas manter uma casa dessas é muito caro, não é?



- É, mas a prefeitura pode dar isenção de imposto predial e fornecer técnicos para ajudar nas obras de restauração. Em nossa cidade, as empresas ajudam porque também fazem parte da comunidade e a comunidade é a principal responsável por este patrimônio.



- Interessante... Mas, vem cá, como é esses órgãos de proteção ao patrimônio decidem o que é importante preservar?



- Primeiro é preciso conhecer, não é? A equipe técnica faz um **inventário** de tudo que é importante no município com a ajuda da comunidade. Levantam informações sobre os casarões, sobrados, fazendas, igrejas, imagens sacras, festas, arquivos, sítios naturais, sítios arqueológicos e espeleológicos... Essas informações são postas em fichas com fotos. Depois de analisadas e discutidas com a comunidade, os bens são selecionados para serem protegidos através do tombamento.



- É muito trabalho... Mas me diga uma coisa, só o tombamento não resolve, não é?



- É... Você tem razão, só o tombamento não resolve. O inventário auxilia na elaboração do **Plano Diretor** e na elaboração da **Lei de Uso e Ocupação do Solo**, que é constituída de um conjunto de leis e diretrizes para normatizar uma política de desenvolvimento urbano, garantindo assim um crescimento mais ordenado da cidade, o bem-estar da comunidade e, é claro, preservando o patrimônio.



- Nossa! Esse tal de inventário acaba sendo um registro muito importante...



- É sim. Mas também é importante a participação de todos na preservação, no cuidado constante. A substituição de uma telha quebrada resolve problemas futuros que ficariam muito mais caros. Discutir a preservação do patrimônio nas escolas é outra solução porque assim estamos formando novas gerações com outra visão sobre a sua cidade e seu passado.



- Eu gostei disto... E tem as empresas, não é?



- Como eu disse, as empresas podem ajudar muito. Existem as leis de incentivos federal, estadual e municipal que diminuem os impostos das empresas que investem na restauração do patrimônio cultural.



- **Que legal...**



- As prefeituras também podem ajudar porque a lei nº 10.846, de 19 de agosto de 1996 repassa mais recursos do **ICMS**.



- **Não entendi...**



- Existe uma lei estadual, a n.º 10.846, que define critérios para o repasse de recursos do ICMS para os municípios. Um dos critérios é a proteção do patrimônio cultural. O município que investe na preservação do seu acervo cultural recebe mais dinheiro. Quanto mais investe, mais recebe.



- **Então preservar tem benefícios?**



- Isso mesmo, e ainda ajuda a fortalecer o turismo na cidade.



- **O turismo?**



- Sim, claro. Com a preservação do nosso patrimônio, podemos mostrar para as pessoas que não são da nossa cidade, a história da nossa cidade e dos nossos antepassados.



- **Como assim?**



- Através dos remanescentes das antigas reduções e dos casarões antigos podemos mostrar aos turistas o quanto nossa história é rica e importante. Através de cada uma dessas casas e sobrados, podemos nos remeter a história dos imigrantes que chegaram para recolonizar a cidade.



- **Quer dizer que é vantagem para todo mundo?**



- Para todo mundo. A preservação da memória, dos marcos do nosso passado, das nossas raízes que nos fazem ser o que somos, nos enche de orgulho, prazer e de dignidade.



- **Olha, mas isso é mesmo muito legal.**



- É sim.



- **Como é mesmo o seu nome?**



- João.



- Prazer... O meu é Paulo... A gente conversou sobre tanta coisa e nem finhamos nos apresentados...



- É verdade...



- Olha, é muito legal tudo isso, tenho que saber mais sobre este assunto.



- No Departamento de Cultura o pessoal vai lhe passar mais informações.



- You procura-los depois.



- Sabe, Paulo, a coisa é lenta, mas vale a pena. Quando as pessoas percebem a importância da preservação o povo da cidade fica muito mais feliz. A qualidade de vida de nossa cidade melhora.



- A sua cidade é muito bonita. Muito legal o que vocês estão fazendo. Quando voltar para minha terra, vou discutir isso com os meus colegas de escola.



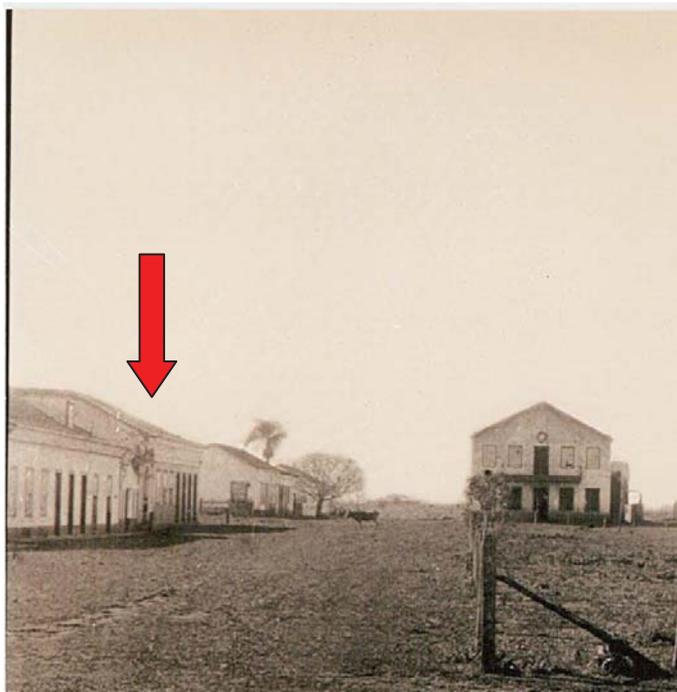
- Bem, agora vou te levar para a casa do Maurinho.

Lembre-se: A preservação do Patrimônio deve ser uma atividade permanente!

APÊNDICE B – FICHAS DE LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS CONSTRUÍDOS
NOS PRIMEIROS 100 ANOS DE REOCUPAÇÃO DE SANTO ÂNGELO

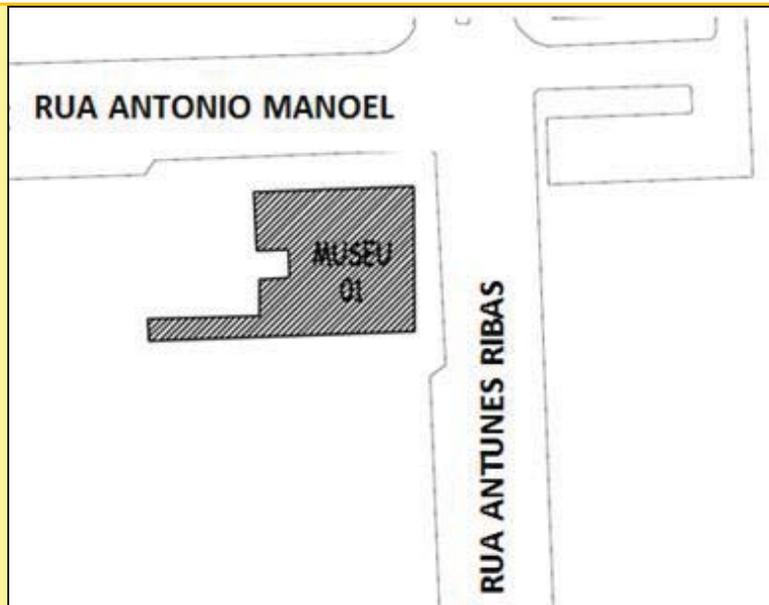
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 01
Denominação:	Museu Municipal Dr. José Olavo Machado	
Época da construção:	1870/1880	
Localização:	Rua Antunes Ribas Esq. Antonio Manoel	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Municipal: Prefeitura Municipal	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'20.07"S; 54°15'45.06"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/Museu	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Imóvel tombado por decreto municipal.	
Situação:	Passou por reforma recentemente. Bom estado de conservação.	
Informações históricas:	<p>É um marco da arquitetura do final do século XIX e serviu de residência ao último Intendente e primeiro Prefeito do município, Dr. Ulysses Rodrigues. Foi construído em 1870/1880.</p> <p>O museu foi inaugurado em 1985, abriga várias etapas da História de Santo Ângelo desde o pré-jesuítico, o período jesuítico-guarani até o repovoamento de Santo Ângelo, com um espaço do museu destinado a exposições temporárias.</p> <p>Fonte:</p> <p>Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio Arqueológico, possivelmente foi construída com pedras da redução de San Angel.	

Registro Fotográfico:





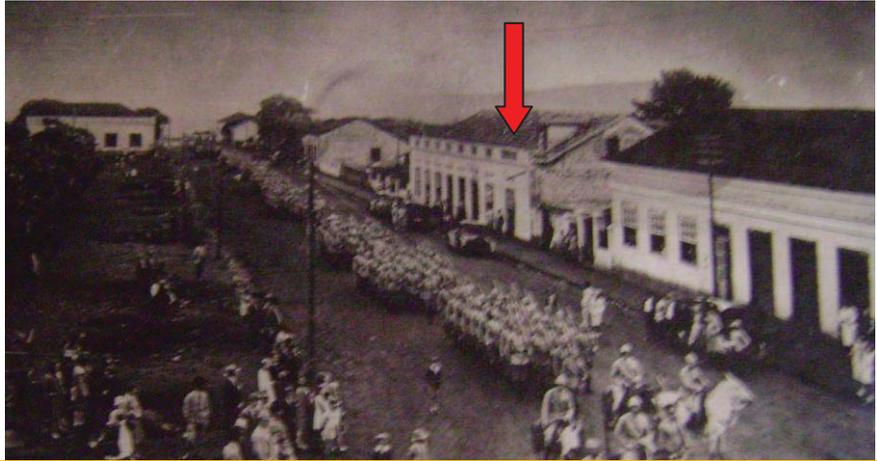
Mapa de localização:



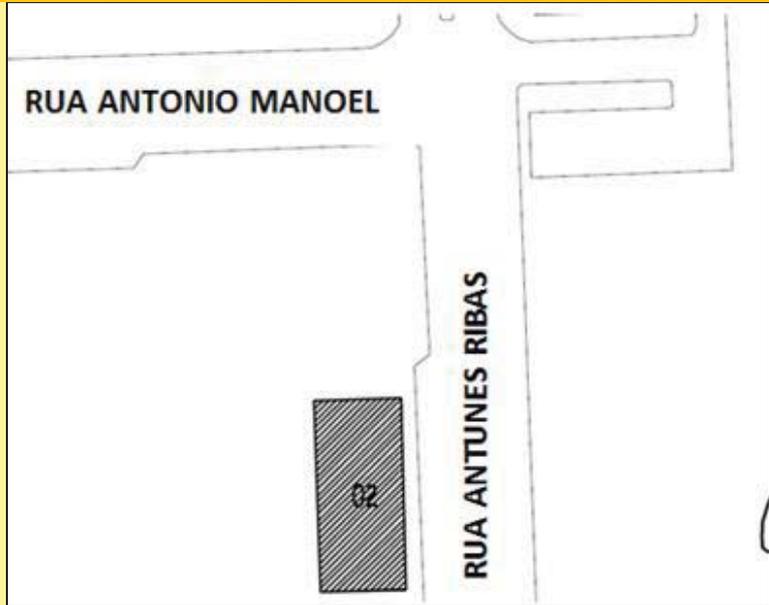
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 02
Denominação:	Moto Peursi	
Época da construção:	1880	
Localização:	Rua Antunes Ribas nº1034	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Pedro Urbano da Silva	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'21.03"S; 54°15'44.86"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e descaracterizado.	
Uso original/uso atual:	Residência/comércio	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma.	
Situação:	Necessita de reparos na estrutura do telhado. Bom estado da fachada. Necessita de uma pintura que esteja em harmonia com o entorno.	
Informações históricas:	<p>O prédio que se localiza no centro histórico do município segue a mesma estrutura do prédio do museu municipal e do Skinão Lanches. Construído com pedras itacuru sobre as fundações de antiga casa dos índios da redução jesuítica, o prédio data das décadas finais do século XIX, mais precisamente 1880.</p> <p>Em seu interior é possível observar, assim como no museu, as pedras que compõe as paredes, com destaque para um fosso coberto de vidro, onde se encontra o vestígio arqueológico da fundação de um pilar de casa da redução. Conserva características da arquitetura luso-brasileira.</p> <p> FONTE: Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos. Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	<p>Edificação localizada junto ao sítio arqueológico. Foram encontrados vestígios arqueológicos (silo) quando o prédio passou por reforma. Com características da arquitetura luso-brasileira e construída com material da antiga Redução.</p>	

Registro Fotográfico:





Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 03
Denominação:	Residência Reis Sabo	
Época da construção:	1880	
Localização:	Marquês do Herval, 1215	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Terezinha Sabo Almeida	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'14.57"S; 54°15'39.66"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e bem caracterizado.	
Uso original/uso atual:	Residencial/residencial.	
Categoria:	Residencial.	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Bom estado de conservação.	
Informações históricas:	<p>Construído no final do século XIX, mais especificamente por volta de 1880. A casa é um dos poucos exemplares de imóveis desse período em Santo Ângelo, talvez o mais bem conservado, com características originais do período de colonização da cidade após o período reducional.</p> <p>Conforme o que se tem em registro por enquanto, a casa tem passado pela família Reis há três gerações, indo atualmente para a quarta. Na platibanda do imóvel encontra-se a marca estilizada TR, de Theodomiro Reis, primeiro proprietário do imóvel, possivelmente essa marca teria sido usada pelo proprietário para marcar os animais de sua propriedade, pois conforme o Livro nº01 de Recenseamento de Santo Ângelo, do ano de 1926, o senhor Theodomiro e sua esposa Sra. Carolina Reis encontram-se registrados, ambos com 50 anos na época e tendo ele como profissão a de "criador". Posteriormente, a casa teria passado a sua filha Diva Reis Sabo (nome de casada) e posteriormente a sua neta Therezinha Sabo de Almeida (nome de casada).</p> <p>A casa encontra-se na área do Centro Histórico de Santo Ângelo, ou seja, sobre o sítio arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio. Possivelmente na construção do prédio, nas décadas finais do século XIX tenham sido utilizados pedras, ladrilhos e outros materiais remanescentes arquitetônicos da redução de Santo Ângelo Custódio, como era comum nas construções do período pós-reducional e como ocorre com outros prédios no entorno da Praça Pinheiro Machado. Porém, a título de confirmação dessa possibilidade é necessário um trabalho de pesquisa e prospecção arqueológica no imóvel.</p> <p>Em relação ao espaço em que o imóvel encontra-se situado, e como forma de remontar os aspectos do local na década de 1920 da então Vila de Santo Ângelo cabe transcrever algumas palavras que se encontram na obra "O Rio Grande do Sul: Completo Estudo sobre o Estado", organizado por Alfredo R. da Costa em 1922:</p> <p><i>"Ao centro da Villa fica a Praça denominada Pinheiro Machado, de forma quadrada medindo 130 metros quadrados. Ahi se acham edificadas os melhores prédios, taes como a Igreja Matriz, construção jesuítica, Intendência Municipal (...) Theatro Municipal, agencias dos bancos do Comercio e Pelotense; o Club "Gaúcho"(...), Collectoria Federal; casas commerciaes, etc."</i> (1922, p. 255)</p>	

Assim, o Imóvel em questão estava localizado em meio ao que podemos chamar de centro político-administrativo e comercial da então Vila de Santo Ângelo. Ainda cabe ressaltar conforme afirmação da proprietária no Jornal “O Mensageiro” de 18 de julho de 2009, que a fiação elétrica teria sido instalada por Luis Carlos Prestes na época em que atuava na cidade junto ao Batalhão Ferroviário, de onde partiria para um dos episódios políticos mais importantes do país A Coluna Prestes.

Embasado nos seguintes fatores, levando-se em conta a historicidade, a localização e as características arquitetônicas é possível afirmar que o imóvel tem uma grande importância patrimonial, pois representa o *ethos* das primeiras famílias que colonizaram a cidade.

FONTES:

Documentos citados no corpo do texto e pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Augusto César Pereira dos Santos.

COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1922, volume II.

Cadastro Municipal de Imóveis.

Texto de Darlan Marchi – Ficha de levantamento COMPAHC.

Informações complementares:

Os proprietários querem demolir o imóvel, o COMPACH se posicionou contra, portanto está ocorrendo um processo judicial que esta aguardando julgamento.

Registro Fotográfico:





Mapa de localização:

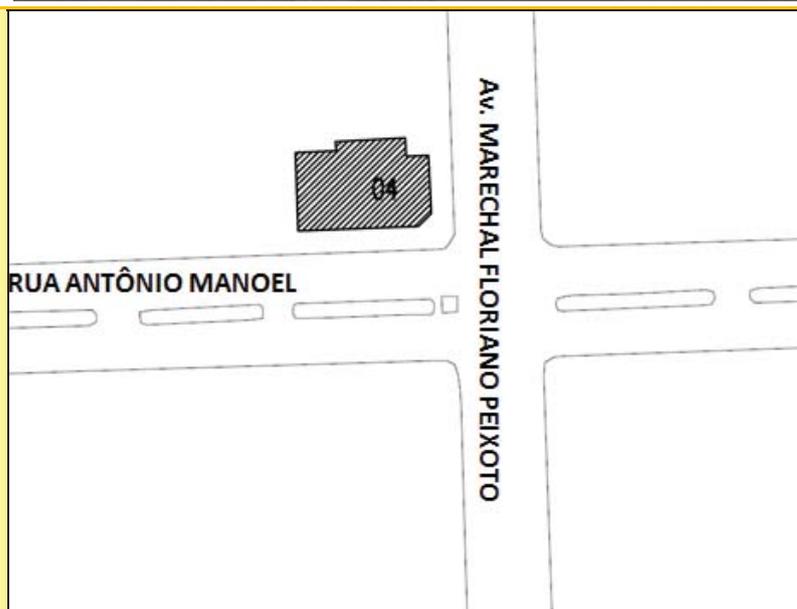


IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 04
Denominação:	Antigo Bar Continental/Atual continental farmácia.	
Época da construção:	1880	
Localização:	Rua Marechal Floriano, 1060 esquina com Rua Antônio Manoel	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Edegar Szostkiekiewicz	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'18.33"S; 54°15'35.00"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e descaracterizado	
Uso original/uso atual:	Comércio/comércio	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Passou por pintura recentemente.	
Informações históricas:	<p>O imóvel foi residência de Geraldinho Câmera, Ambrosina Schorn Câmera e família na década de 20. Seu Wilson Schorn, que atualmente está com 94 anos de idade, relatou que desde que era criança a casa já existia no local.</p> <p>O ancião afirmou que na maior parte do tempo o imóvel serviu como residência e posteriormente abrigou uma casa de comércio.</p> <p>Seu Antônio Rousselet relatou que no local funcionou uma churrascaria, posteriormente o bar continental, que era de propriedade de um alemão. Atualmente funciona a farmácia continental.</p> <p>Fonte: Relatos de Sr. Antônio Rousselet e Sr. Wilson Schorn. Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio arqueológico.	

Registro
Fotográfico:



Mapa de
localização:

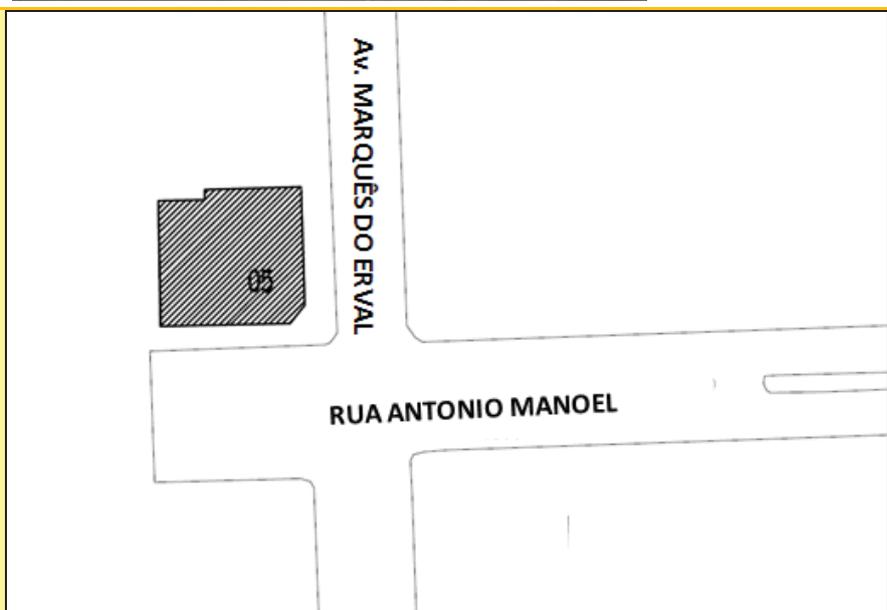


IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 05
Denominação:	Skinão Lanches/Tenda da Terra	
Época da construção:	1880-1885	
Localização:	Marquês do Herval, 1100	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Alberto Wachter	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'18.66"S; 54°15'40.50"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Descaracterizado e estado de conservação regular	
Uso original/uso atual:	Residencial/ Comercial	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Houve modificações nas aberturas do prédio ao longo do tempo. Possui letreiro comercial de zinco que esconde a platibanda original.	
Informações históricas:	<p>O prédio está localizado no Centro Histórico do município. É uma das edificações que marcam o período de repovoamento pós- reducional. O prédio de paredes largas foi construído reutilizando pedras das edificações da redução de Santo Ângelo Custódio. Localiza-se no espaço que correspondia à casas dos padres e/ou oficinas.</p> <p>Em 1885 o prédio pertenceu ao S. Vicente José Rodrigues, fazendeiro e comerciante. Foi sede do principal comércio de secos e molhados da região.</p> <p>Os detalhes arquitetônicos do prédio original encontram-se cobertos por uma estrutura de zinco, impedindo os mesmos de dialogarem com os demais prédios do período que se encontram no centro histórico.</p> <p>FONTE: COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1922, volume II.</p>	
Informações complementares:	Encontra-se descaracterizada. Edificação localizada no sítio Arqueológico.	

Registro Fotográfico:



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 06
Denominação:	Supermercado Nacional/ Antiga Souza Cruz e Complexo Adhara	
Época da construção:	1900	
Localização:	Rua Florêncio de Abreu, s/n	
Município:	Santo Ângelo.	
Propriedade:	Particular - Banco do Brasil	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'51.78"S; 54°15'25.84"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom estado de conservação um pouco descaracterizado.	
Uso original/uso atual:	Cia. De Fumo Souza Cruz / Complexo comercial.	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Apresenta substituição de alguns elementos (esquadrias)	
Informações históricas:	<p>O complexo de prédios e pavilhões que hoje dão lugar á Cotrisa, nacional Supermercados e comercial Adhara, onde está situado o correio, pertenceu a Cia de Fumo me Folha, que iniciou sua história na década de 20, mais precisamente em maio de 1928. O espaço compreendia um total de 52 mil metros quadrados e ficava próximo ao terminal ferroviário, facilitando o escoamento do fumo classificado. Na década de 70 a Cia. de Fumo encerrou suas atividades e foi incorporada pela Empresa Cia. De Cigarros Souza Cruz. Hoje o complexo de prédios forma um complexo comercial urbano, referencia da história econômica do município.</p> <p>FONTE: Coluna Memória – Jornal das Missões – 30/01/99 – Eunisia Kilian. Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Destaca-se por sua importância para o desenvolvimento da cidade e pela sua arquitetura. Supermercado Nacional atuam no local há mais de 14 anos como supermercado.	
Registro Fotográfico:		



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 07
Denominação:	Casa Colonial 01	
Época da construção:	Início do século XX	
Localização:	Rua Marques do Herval, nº 866	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Ivone Lourge Menzes	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'26.04"S, 54°15'39.73"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Apresenta alguns sinais de degradação	
Uso original/uso atual:	Residência/ Residência.	
Categoria:	Residencial.	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Caracterizado em estado de conservação regular.	
Informações históricas:	<p>A edificação em questão, juntamente com a da casa ficha nº 08, são legítimos representantes da arquitetura do início do século XX. Em estilo colonial, as casas são as últimas restantes do período, dialogando entre si em seus aspectos arquitetônicos.</p> <p>FONTE: Texto de Darlan Marchi na Ficha de levantamento COMPAHC e texto na Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no centro da cidade, próximo ao Clube Gaúcho, Colégio Onofre Pires e Catedral e sítio arqueológico.	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 08
Denominação:	Casa Colonial 02	
Época da construção:	Início do século XX	
Localização:	Rua Marques do Herval, nº 848	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Zelinda Araújo Lourega	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'26.53"S; 54°15'39.73"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado em estado de conservação regular	
Uso original/uso atual:	Residencial/ Residencial	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Caracterizado. Fachada em estado de conservação regular.	
Informações históricas:	<p>A edificação em questão, juntamente com a da casa ficha nº 07, são legítimos representantes da arquitetura do início do século XX. Em estilo colonial, as casas são as únicas restantes do período, dialogando entre si em seus aspectos arquitetônicos. Esta casa sempre foi utilizado como residência. Seu Antônio Rousselet, afirma que o imóvel foi residência de seu Júlio Oliveira, filho do coronel Bráulio Oliveira, que foi intendente da Vila de Santo Ângelo elegendo-se em 1900</p> <p>O imóvel teve recentemente preservada sua fachada para a construção de um imóvel ao fundo conforme avaliação realizada por técnicos do IPHAE. Ambas localizam-se na área do sítio arqueológico.</p> <p>FONTE: Relatos do Sr. Antônio Rousselet, Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no centro da cidade, próximo à 14ª CRE, Clube Gaúcho, Colégio Onofre Pires e Catedral e sítio arqueológico.	
Registro Fotográfico:	Casa anterior a construção do imóvel.	



Foto da casa atualmente e da obra ao fundo.



Mapa de localização:

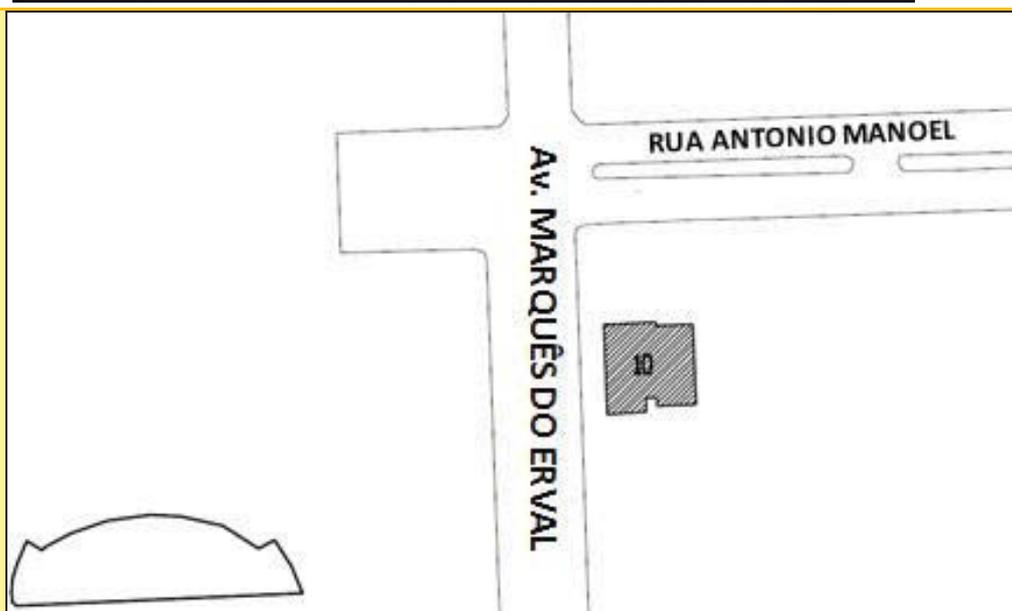
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 09
Denominação:	Sapiens / Escola de reforço	
Época da construção:	Início do século XX.	
Localização:	Rua Marechal Floriano nº711	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular – Osmar Veronese	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'27.44"S; 54°15'33.32"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e Caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/Comercio	
Categoria:	Educativa	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Algumas esquadrias foram substituídas. Edificação passou por pintura recentemente.	
Informações históricas:	O imóvel foi residência da família Beck Leite. Posteriormente foi residência do seu Eurico Gonçalves de Mello, que foi um grande fazendeiro, tropeiro e granjeiro do município. Fonte: Relatos de Sr. Antônio Rousselet - Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura e estado de conservação	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 10
Denominação:	Escritório de Representação Comercial, antiga Sanagri Aviação Agrícola	
Época da construção:	Início séc. XX	
Localização:	Rua Marques do Herval, nº 1045.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:		
Posicionamento georreferenciado:	28°18'20.02"S, 54°15'39.49"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Comercio/comercio	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Edificação passou por pintura recentemente	
Informações históricas:	<p>Segundo o Sr. Leo Fett, foi o primeiro sobrado a ser construído no entorno da praça. Já abrigou, casas comerciais e foi moradia revolucionária.</p> <p>Segundo seu Antônio Rousselet e Sr. Wilson Schorn, o prédio foi propriedade de João Antônio Licht.</p> <p>Fonte: Relatos do Sr. Leo Fett, Antônio Rousselet e Wilson Schorn - Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio arqueológico. Imóvel que se destaca externamente pela sua arquitetura e pela representatividade que tem na história do Município.	

Registro Fotográfico:



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 11
Denominação:	Loja de roupas/ Antigo Correio.	
Época da construção:	1910-1912	
Localização:	Rua Marques do Herval, nº 1200 esquina com Tr. Augusto Nascimento e Silva	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'16.34"S; 54°15'40.61"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Descaracterizado e estado de conservação regular.	
Uso original/uso atual:	Residência/comércio	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Passou por pintura e modificações externas recentemente. Houve também substituição e modificação de esquadrias.	
Informações históricas:	<p>Inicialmente era uma residência, e pertencia a família Holsback. Depois o imóvel abrigou o correio por muito tempo. Depois foi transformado em comitê eleitoral do PMDB e em um xérox. Atualmente é uma loja de roupas.</p> <p>Fonte: Relatos do Sr. Wilson Schorn. Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Fachada modificada e descaracterizada há aproximadamente 20 anos atrás. Edificação localizada no sítio Arqueológico	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:

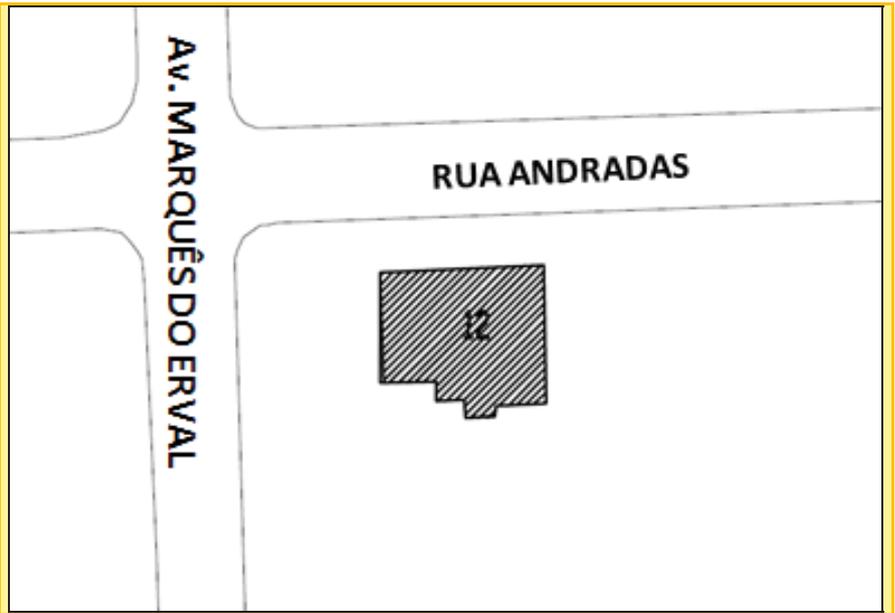


IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 12
Denominação:	Antigo Arroba Café	
Época da construção:	1911	
Localização:	Rua Andradas, 959	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Walter Flach	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'55.86"S; 54°15'40.41"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e em péssimo estado de conservação.	
Uso original/uso atual:	Relojoaria/ desocupado	
Categoria:	Comércio e Serviços	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Parcialmente descoberto – telhado danificado. Fachada preservada.	
Informações históricas:	<p>Pertenceu ao Sr. Venceslau Ditz – Família Ditz. Foi um comércio e casa da família na primeira década do século XX. Além disso, havia no local um bazar e venda de produtos em geral. O Sr. Venceslau Ditz participou da Revolução da Coluna Prestes. Segundo relatos durante a marcha salvou o General Cordeiro de Farias de morrer afogado. Posteriormente foi o difusor e defensor do Movimento Integralista em Santo Ângelo. Seu sobrenome é hoje o nome de um bairro conhecido no município.</p> <p>FONTE: Relatos Sr. Antônio Rousselet. Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura e estado de conservação. Localizada a 2 quadras da praça Leônidas Ribas. Calçada em bom estado de conservação e ruas de acesso asfaltadas	

Registro Fotográfico:



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 13
Denominação:	Sede Funcionários da CEEE	
Época da construção:	1914	
Localização:	Rua 15 de Novembro, nº1986, esquina Rua Duque de Caxias.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Associação dos Funcionários da CEEE	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'51.65"S; 54°15'52.19"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e em bom estado de conservação.	
Uso original/uso atual:	Residencial/Associação	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Necessita de reparos em reboco e pintura	
Informações históricas:	<p>O Imóvel é um legítimo representante da influência da cultura dos imigrantes alemães em Santo Ângelo. Datado de 1914, é o mais antigo que marca a colonização alemã. Construída na primeira década do século passado, está situada no local que compreende a Comunidade Evangélica Luterana Sião. A casa possui traços marcantes da arquitetura alemã, com escultura de leões no portão, e está em perfeito estado de conservação.</p> <p>Fonte: Texto de Darlan Marchi e Claudete Boff na Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Mansarda e telhado alto com frontão recortado, sacada com trabalho em ferro, alpendre com bordaduras de fechamento lateral e frontal de madeira. Portão de entrada decorado com escultura de leões.	
Registro Fotográfico:		



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 14
Denominação:	Cel Service - Nokia	
Época da construção:	1915	
Localização:	Rua Marechal Floriano, 1040	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Auri Daltaro Rodrigues	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'16.92"S; 54°15'34.91"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Comércio/Residência/Comércio/Residência	
Categoria:	Comercial/Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Bom estado de conservação.	
Informações históricas:	O genro de Angelim Boton, que atendia pelo sobrenome Bolzan, morou no imóvel durante muito tempo com sua família. Fonte: Relatos de Wilson Schorn.	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio Arqueológico. Destaca-se pela sua arquitetura e seu bom estado de conservação.	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 15
Denominação:	Escritório de Advocacia Teixeira	
Época da construção:	1915	
Localização:	Rua Antunes Ribas nº1168	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Ivone Alves Teixeira	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'16.29"S, 54°15'45.15"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/comércio e residência.	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Passou por reformas em 2006.	
Informações históricas:	Não foi possível levantar as informações históricas do imóvel.	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio Arqueológico. Se destaca em função de sua arquitetura. Alguns elementos arquitetônicos (aberturas) substituídos na reforma de 2006.	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

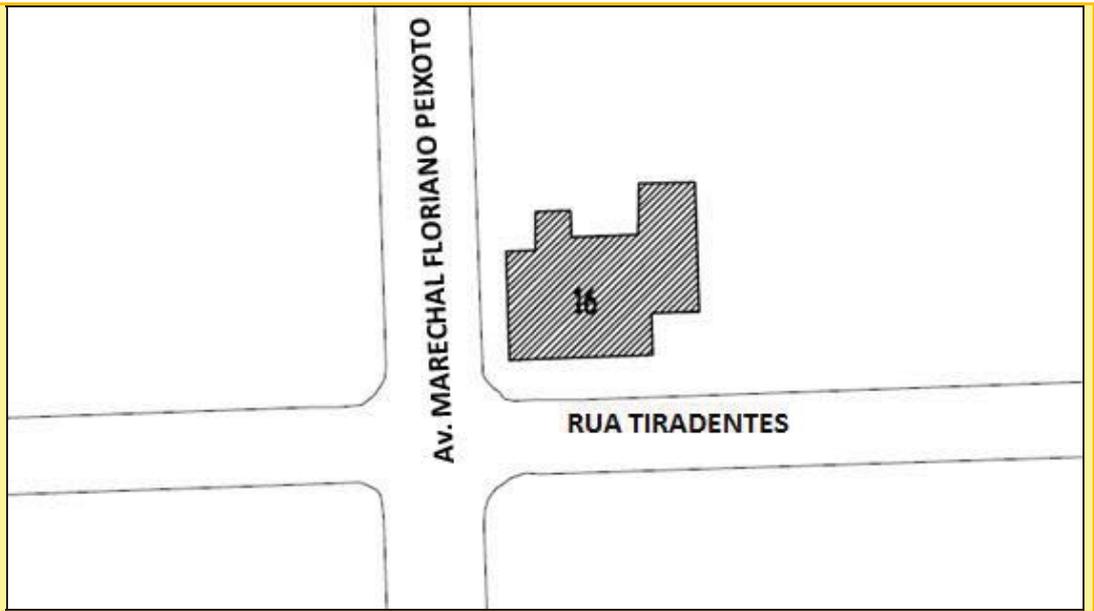
**IDENTIFICAÇÃO
DE BENS
IMÓVEIS**

Código de identificação: Ficha 16

Denominação:	Rodeio das Pilchas
Época da construção:	1915-1920
Localização:	Rua Marechal Floriano, nº 1983 esquina com Rua Tiradentes
Município:	Santo Ângelo
Propriedade:	Privada - Ivomer Deche
Posicionamento georreferenciado:	28°17'45.99"S; 54°15'35.87"O
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e bom estado de conservação
Uso original/uso atual:	Farmácia/Comércio
Categoria:	Comercio.
Proteção existente:	Nenhuma
Situação:	Esquadrias substituídas e toldo colocado.
Informações históricas:	Existia próximo ao local uma cancha de carreira – de cavalos. Na década de 1920 funcionou no imóvel a Drogaria Amaral de propriedade de Aparício Amaral. Atualmente funciona no local o comércio Rodeio das Pilchas - Roupas Gaúchas. Fonte: Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura e estado de conservação.

**Registro
Fotográfico:**

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 17
Denominação:	Loja de Calçados Farroupilha	
Época da construção:	1916	
Localização:	Rua 25 de Julho, nº 410. Esq.com Rua Marques do Herval	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Frederico Ortmann	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'8.66"S; 54°15'41.10"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Comercial/comercial	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	As esquadrias foram substituídas Poluição visual da fachada causada pelas placas publicitárias	
Informações históricas:	<p>O prédio serviu de sede para o batalhão ferroviário durante a década de 20 e esteve sob o comando do oficial Luiz Carlos Prestes. Neste período o batalhão era devidamente equipado para a manutenção de locomotivas. Posteriormente o local serviu como sede de comércio como a Casa Ortmann, um dos maiores comércios da região.</p> <p>A Casa Ortmann, foi construída em 1916 quando a rua 25 de julho era conhecida como a Rua da Lagoa, por existir uma pequena lagoa nas imediações. Com uma arquitetura colonial o prédio é referência para o desenvolvimento da cidade a partir da Rua 25 de Julho. Antigamente existiam na calçada em frente ao imóvel algumas argolas presas na calçada para atar os cavalos dos clientes do estabelecimento.</p> <p>FONTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Depoimento, Armindo Braatz, A Tribuna Regional, 23/01/1997. - Ficha de levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN. - Relatos de seu Wilson Schorn 	
Informações complementares:	Fácil acesso. Calçada em bom estado de conservação e ruas de acesso asfaltadas. Interessante pela sua arquitetura e histórico	

Registro
Fotográfico:



Mapa de
localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 18
Denominação:	Ótica Regional / Foto Cleusa	
Época da construção:	1918	
Localização:	Rua Marechal Floriano, 1246	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Dari Roquemback	
Posicionamento georreferenciado:		
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Descaracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Comércio/comércio	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Esquadrias modificadas. Pintura em desarmonia.	
Informações históricas:	Por muito tempo foi residência da família Lucca. Fonte: Relatos do Sr. Wilson Schorn.	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura eclética.	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 19
Denominação:	Residência Vittori Campassi	
Época da construção:	1918	
Localização:	Rua Marquês de Tamandaré, nº 1131	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Vittori Campassi	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'41.78"S, 54°15'34.99"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Regular e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/residência	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Foi reformada, resultando na descaracterização da fachada e volumetria. Esta em mal estado de conservação. Necessita de pintura e reparos no reboco da fachada.	
Informações históricas:	Não foi possível levantar as informações históricas do imóvel.	
Informações complementares:		
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 20
Denominação:	Prédio da Estação Férrea / Memorial da Coluna Prestes	
Época da construção:	1918-1921	
Localização:	Avenida Brasil, 2365	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Municipal - Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'59.50"S; 54°15'24.95"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Antiga Gare de Estação Férrea / Museu	
Categoria:	Ferroviária	
Proteção existente:	Tombada pelo decreto Lei nº 825 de 19 de novembro de 1984	
Situação:	Bem preservado.	
Informações históricas:	<p>A antiga Estação Viação Férrea de Santo Ângelo, teve sua construção iniciada em 1918 e inaugurada em 1921, o prédio, com características da arquitetura colonial inglesa, serviu por mais de 50 anos, funcionando como estação de passageiros.</p> <p>De grande importância histórica, a Estação de trem representou um forte impulso para o desenvolvimento comercial, industrial e populacional da região. Foi também palco dos primeiros movimentos da Coluna Prestes em 1924, e mais tarde serviu como ponto de embarque para as tropas revolucionárias de revolução de 30. No local, ainda se encontra a caixa d'água de ferro de fabricação belga.</p> <p>A estação foi Tombada pela Lei nº 825 de 19 de novembro de 1984. No dia 17 de dezembro de 1996, foi inaugurado o Memorial Coluna Prestes.</p> <p>Fonte: Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura Ferroviária e valor histórico e cultural. Edificação acessível localizada a 1 quadra da praça Leônidas Ribas.	

Registro Fotográfico:



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 21
Denominação:	Sobrado 1920	
Época da construção:	1920	
Localização:	Marquês do Herval, 929 esquina com a Bento Gonçalves	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Valdir Pinto do Amaral	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'23.79"S; 54°15'39.08"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Regular e descaracterizado.	
Uso original/uso atual:	Serviço e Residencial/ Comércio.	
Categoria:	Comércio	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Platibanda parcialmente demolida e parte fora de plumo	
Informações históricas:	<p>O imóvel foi construído no início do século XX, dentro do perímetro que corresponde ao sítio arqueológico. Localizado na área nobre da cidade, o prédio pertenceu ao Major Affonso Côrtes. Este era proprietário da fazenda "Santa Cruz" à 30 km do centro da Villa de Santo Ângelo. Era criador de bovinos da raça zebu, eqüinos da raça árabe e muares que eram vendidos para São Paulo.</p> <p>A edificação era considerada uma das melhores, mais belas e confortáveis da cidade. Apesar do mau estado de conservação, guarda todos traços originais da época.</p> <p>O Líder revolucionário Assis Brasil foi hóspede nesta casa em 1922. Residiu na casa o Sr. Wenceslau Pereira, companheiro de Pedro Arão na Revolução de 1930. O imóvel foi construído por Alfredo Pinheiro Machado. Ali funcionou o jornal "A Semana", na década de 20.</p> <p>FONTE: -COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul. Livraria o globo: Porto Alegre, 1992, Volume II. -Levantamento De Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio Arqueológico. Edificação com linguagem da arquitetura colonial, sacada com peitoril em ferro (balcões) e platibanda com balaústres.	

Registro Fotográfico:



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 22
Denominação:	Antiga Algodoeira Sulriograndense Ltda	
Época da construção:	1920	
Localização:	Rua Marquês de Tamandaré, s/n esquina com Rua Marquês do Herval	
Município:	Santo Angelo	
Propriedade:	Particular - Grupo Arena.	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'41.28"S; 54°15'41.81"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Regular conservação – caracterizado.	
Uso original/uso atual:	Moinho e posteriormente Algodoeira/ Comércio.	
Categoria:	Industrial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Interior passou por obras para instalação de empreendimento comercial. Exterior em degradação.	
Informações históricas:	<p>Construída pelo engenheiro Gildo Castelarín entre 1925 e 1926. O imóvel foi feito pelo mesmo construtor da Gare Ferroviária e demais prédios das primeiras décadas do séc. XX. Foi inicialmente um moinho de trigo de propriedade da Família Mitri. Posteriormente na década de 50 foi transferido para o local a Algodoeira, indústria de beneficiamento de algodão a idealizada e fundada por Alfredo Leopoldo Fett em 1937. Pertenceu posteriormente aos Srs. Medaglia e Nestor Portela. Posteriormente até a sua data de fechamento na década de 90, foi uma indústria de tecidos, camisaria e vestuário.</p> <p>FONTE: Informações do Sr. Antônio Rouselet. Ficha de levantamento COMPAHC.</p>	
Informações complementares:	O primeiro registro que consta no Registro de Imóveis é de 1930, quando o prédio foi registrado.	
Registro Fotográfico:		



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 23
Denominação:	Conjunto Casa Franke - Calçada Lanches	
Época da construção:	1920	
Localização:	Rua 25 de Julho, 575 e Rua Marechal Floriano nº 1258, nº 1260 e nº 1262.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:		
Posicionamento georreferenciado:	28°18'8.48"S; 54°15'35.56"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Regular e descaracterizado.	
Uso original/uso atual:	Residencial/ comércio	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Esquadrias substituídas, poluição visual das fachadas com placas publicitárias e toldos.	
Informações históricas:	<p>O prédio serviu para comércio e foi propriedade do Sr. Augusto Franke, onde havia uma bomba de combustível que abastecia os veículos da cidade e região. Estava localizada na parte de colonização alemã no município. Uma curiosidade era uma suástica que estava impressa na bomba de combustível e nos galões de gasolina e óleo vendidos pela loja comercial. O espaço também possuía uma escola de bordado e comércio de aviamentos e máquinas de escrever. Também foi sede mais adiante da escola de inglês do Mister Bier.</p> <p>Conforme Augusto Bier, neto do Sr. Franke: <i>“O imóvel comprado em 1924 era composto apenas pela parte antiga da esquina, identificada pelos frontões diante do telhado. A porta da esquina e três janelas deram início ao comércio. A outra, mais à esquerda, e uma janela, davam pro escritório. Tinha uma bomba de gasolina na calçada. Até hoje o tanque está lá, enterrado, provocando afundamentos na calçada. Da metade do prédio pra esquerda ficavam os depósitos recém erguidos, sendo o último de sal. Vivia com a parede esfarelado. A loja ia até a divisa com a casa dos Lucca (prédio de 1919, descaracterizado pelo comércio, mas ainda existente). Pois foi na porta do meio da parte nova que, em 1967, meu pai, o Mr. Bier, fundou a primeira escola de inglês de Santo Ângelo. A sala ficava vizinha do escritório da loja e tinha sido herdada por uma das filhas do Franke, falecido em 1964. Como havia comércio na parte da minha mãe, na 25 de julho, meu pai alugou da herdeira que vivia em Porto Alegre. Imagina um quadrado dentro da quadra. A Casa Franke ia, na Marechal, do limite com a casa dos Lucca, e dobrava na 25 de julho até onde tá a Casa/Galeria Jota hoje. Na extremidade da Marechal ficava um portão onde entravam veículos de carga de toda a região. Condutores almoçavam no pátio mesmo. Muitas vezes minha avó, Paula Franke, era a cozinheira”.</i></p> <p>FONTE: Blog Santo Ângelo em fatos e fotos, 08/12/2009, texto de Darlan</p>	

Marchi e Ficha de levantamento COMPAHC.

Informações complementares:

Situado na rua 25 de julho que era conhecida como a Rua da Lagoa, por existir uma pequena lagoa nas imediações. Atualmente a rua é conhecida como “calçadão”, local onde se localizam variadas lojas e comércios.

Registro Fotográfico:

Prédio na década de 30.



Prédio na atualidade.



Mapa de localização:

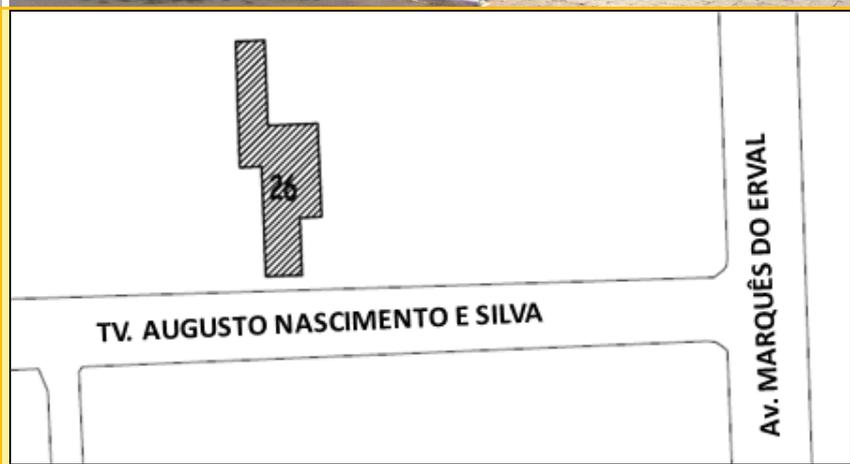
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 24
Denominação:	Hotel Brasil	
Época da construção:	1920	
Localização:	Rua Marechal Floriano, nº1400	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Privada - Bertoldo Oscar Ilgner	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'5.33"S; 54°15'35.74"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Hotel/hotel.	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Retoques em pintura, as instalações como Hotel são precárias. Parcialmente descaracterizado.	
Informações históricas:	<p>O prédio do hotel Brasil foi construído especialmente para esse ramo de atividade na década de 20, tendo passado por algumas reformas em 1939. Tinha como gerente o Sr. Bertoldo Ilgner. O hotel era referencia regional com excelentes instalações para a época, oferecendo em todos os quartos água encanada e luz elétrica, além de ótimas instalações sanitárias. Era atendido pela própria família.</p> <p>FONTE: Coluna Memória, Jornal das Missões. 14/10/2000. Eunisia Kilian.</p>	
Informações complementares:	Próximo da Praça Leônidas Ribas e Caixa Econômica Federal	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 25
Denominação:	Escritório de Advocacia Dr. Pedro do Nascimento	
Época da construção:	1928	
Localização:	Rua Antunes Ribas nº 1096	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular- Paulo Welfer	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'18.94"S; 54°15'45.01"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/comércio	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:		
Informações históricas:	<p>Foi construído por Raul Oliveira, filho do Coronel Bráulio de Oliveira e cunhado de Ulysses Rodrigues. Foi residência da família Oliveira durante muitos anos e posteriormente comprada senhor Pedro Osório do Nascimento que além de morar no local, abriu ali um escritório de advocacia. O imóvel foi residência na maior parte do tempo.</p> <p>Fonte: Relatos de Wilson Schorn e sua esposa Edi Schnepfleitner.</p>	
Informações complementares:	<p>A data de construção foi fornecida pelo proprietário. O prédio é antigo e interessante pela sua arquitetura e formato. Edificação localizada no sítio arqueológico</p>	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 26
Denominação:	Residência Maria da Graça do Nascimento Silva	
Época da construção:	1920	
Localização:	Travessa Augusto Nascimento e Silva, nº 64	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Maria da Graça do Nascimento Silva	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'16.42"S; 54°15'42.34"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/residência	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Imóvel muito bem preservado.	
Informações históricas:	Foi residência do Dr. Augusto Nascimento e Silva. Fonte; Relatos de Wilson Schorn e sua esposa Edi Schnepfleitner e Antônio Rousselet.	
Informações complementares:	Escavações encontraram vestígios arqueológicos reducionais. Localizada no sítio Histórico próximo a Catedral, Prefeitura e Praça Pinheiro Machado.	
Registro Fotográfico:		



Mapa de localização:



**IDENTIFICAÇÃO DE BENS
IMÓVEIS****Código de identificação: Ficha 27 - ANULADA****Denominação:****Época da construção:****Localização:****Município:****Propriedade:****Posicionamento
georreferenciado:****Estado de conservação/
grau de caracterização:****Uso original/uso atual:****Categoria:****Proteção existente/
proposta:****Situação:****Informações históricas:**

Constatou-se que o imóvel que inicialmente tinha sido fichado como anterior à 1930, na realidade foi construído após 1930, por este motivo foi desconsiderado do trabalho, pois foge da delimitação temporal.

Como não era mais possível alterar a numeração do mesmo na planta baixa criada para a localização dos imóveis, a ficha de número 27 foi anulada.

**Informações
complementares:****Registro Fotográfico:**

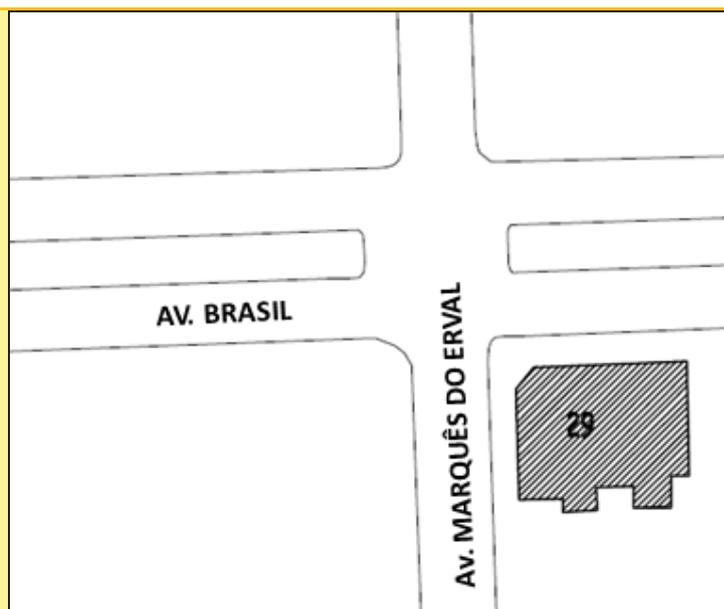
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 28
Denominação:	Ferragens Rio Branco	
Época da construção:	1920	
Localização:	Avenida Brasil, nº 1220 esquina Avenida Venâncio Aires	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Ilda da Ponte	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'58.50"S; 54°15'30.63"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Descaracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Comercial-Residencial/ Comercial/Residencial	
Categoria:	Comercial/Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Alguns vãos foram descaracterizados.	
Informações históricas:	<p>O imóvel pertencia e foi residência da família Heinz, do pai de Walter e Emilio Heinz. Posteriormente foi utilizado como residência de um viajante da empresa Albino Sperb e CIA. LTDA.</p> <p>Em seguida a empresa de Eugenio Geiss, que era um atacado de secos e molhados se instalou no local, funcionando ali por algum tempo. Atualmente o imóvel é alugado para a utilização da loja de ferragens Rio Branco.</p> <p>Fonte; Relatos de Wilson Schorn e sua esposa Edi Schnepfleitner e Antônio Rousselet</p>	
Informações complementares:	A data do imóvel foi colocada de acordo com informações da Sra Ilda de Ponte, pois veio para o imóvel com 12 anos de idade.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



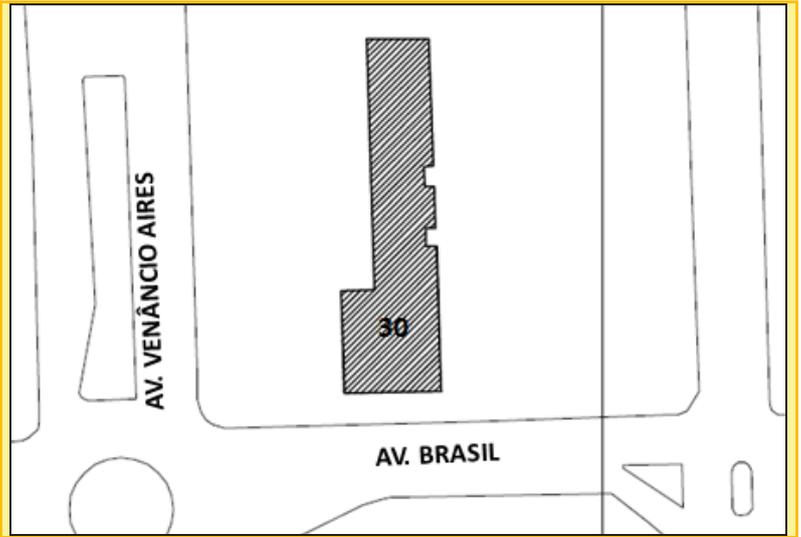
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 29
Denominação:	Antigo Banco da Província	
Época da construção:	1920-1922	
Localização:	Rua Marques do Herval, n° 941 esquina Avenida Brasil.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular – Lojas Pompéia	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'0.10"S; 54°15'40.72"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom estado de conservação e totalmente descaracterizado.	
Uso original/uso atual:	Serviços bancários/Loja de roupas.	
Categoria:	Serviço/comércio.	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Bastante descaracterizado, principalmente no pavimento térreo. Esquadrias modificadas. Pintura agressiva.	
Informações históricas:	<p>Este prédio serviu de sede para o Banco da Província a partir do ano de 1922. O período foi marcado por grande desenvolvimento econômico e distribuição de crédito às classes produtoras. O quadro de funcionários era composto por um contador, um tesoureiro, quatro escriturários e quatro auxiliares.</p> <p>Posteriormente serviu como espaço de processamento de dados do Banco Itaú. Em estilo arquitetônico art deco, o prédio foi brutalmente alterado pela atual empresa proprietária, porém ainda guarda detalhes desse estilo arquitetônico.</p> <p>FONTE: Coluna Memória JM, 20/06/1998, Eunísia Kilian.</p>	
Informações complementares:		
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 30
Denominação:	Antigo Hotel Avenida	
Época da construção:	Década de 20	
Localização:	Avenida Brasil, nº1178	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Pedro Luiz Ceretta	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'58.35"S; 54°15'28.47"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Comercio/comercio	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Algumas esquadrias substituídas.	
Informações históricas:	<p>Foi o 3º Hotel de Santo Ângelo, o 1º foi o Hotel Vitória, o 2º foi o Hotel do Comércio. Em 1924 Luiz Carlos Prestes dormiu no Hotel refugiado. O primeiro proprietário do Hotel foi Lina Weiss e depois Gustavo Weiss. Em estilo eclético, com frontão de influência espanhola: medalhão frontal, ladeado por lanterninhas, frisos na parte inferior expressam características clássicas, que segundo seu Antônio Rousselet teriam sido trazidos da França. Fonte: Relatos de Antônio Rousselet morador de Santo Ângelo desde 1932.</p>	
Informações complementares:	Edificação interessante pela sua arquitetura e pela história.	
Registro Fotográfico:		

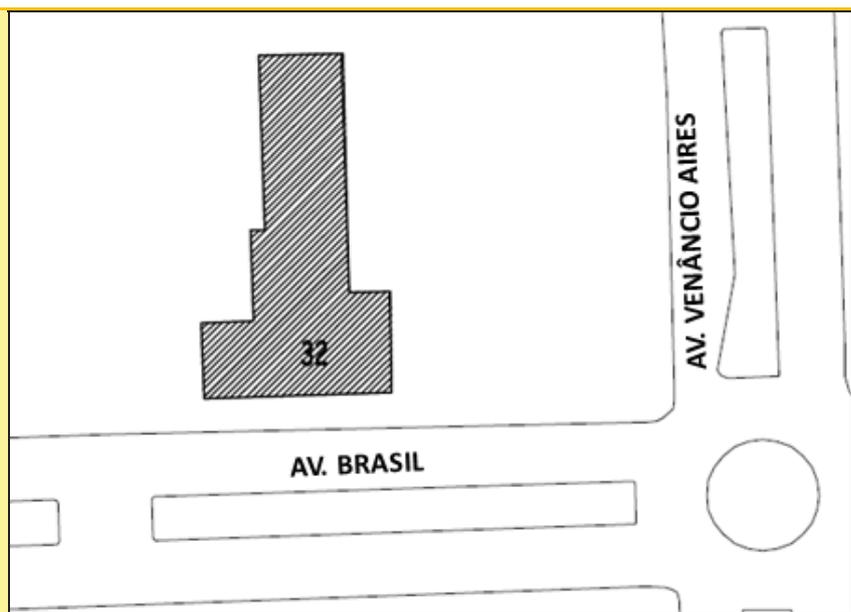
Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 31
Denominação:	Estação Férrea do Comandaí	
Época da construção:	1921	
Localização:	Distrito Comandaí – interior do município	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Federal - Governo Federal	
Posicionamento georreferenciado:		
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Regular e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Estação férrea/ residência	
Categoria:	Ferroviária	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:		
Informações históricas:	<p>A construção é anterior a vinda de Luís Carlos Prestes por volta de 1921, a inauguração foi em 1923, juntamente com uma pequena ponte sobre o rio Comandaí que foi construída e projetada por Luís Carlos Prestes, bem como a linha ferroviária que liga Santo Ângelo à Giruá.</p> <p>Fonte: Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	A comunidade local não valoriza muito a construção, muitos não sabem da sua história. Não há nenhum projeto em andamento. A prefeitura não trabalha com o atrativo.	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

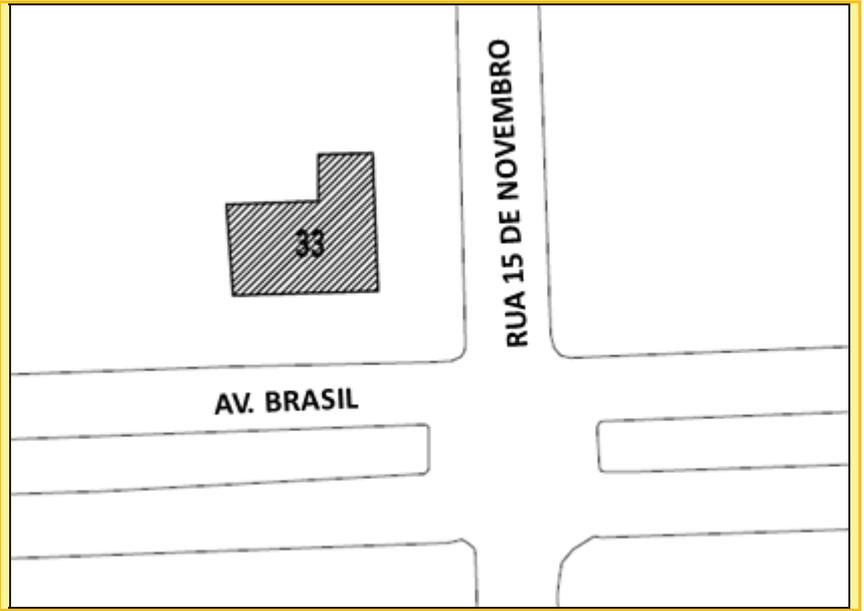
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 32
Denominação:	Hotel do Comércio	
Época da construção:	Década de 20.	
Localização:	Avenida Brasil, nº 1176ou 1178????	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Flora Cecilia Hentschk	
Posicionamento georreferenciado:		
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e ruim estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Hotel/ residência	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Necessita de reparos estruturais, em infiltrações e no reboco. Pintura. Restauro das esquadrias.	
Informações históricas:	Foi o 2º Hotel da cidade. Construção da década de 1920 com características do Eclético. Pertenceu a família de seu Otto Hentschke. Foi construído para servir como hotel e residência para a família. Fonte: Relatos de Sr. Antônio Rousselet	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura e histórico. O hotel sempre pertenceu a família.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 33
Denominação:	Antigo Colégio Centenário	
Época da construção:	1922-1924	
Localização:	Quinze de Novembro, 1750	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:		
Posicionamento georreferenciado:	28°17'59.43"S; 54°15'52.09"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Regular e conservado.	
Uso original/uso atual:	Educativo/ serviços.	
Categoria:	Educativo	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Fachada em deterioração, precisando de reparos e pintura. As esquadrias foram substituídas	
Informações históricas:	<p>O Colégio Centenário foi fundado na década de 20, possivelmente entre 1922 e 1924 com as hipóteses de ser em comemoração a Independência ou o centenário da imigração alemã para o Brasil. Famílias de origem alemã da comunidade evangélica confissão Luterana de Santo Ângelo, foram os responsáveis pela fundação da escola. Entre os professores dirigentes da época, destacam-se Fritz Krebs, Max Schaule, Nagel, Jahannes Ziegler, Hulda Johansen e Alda Licht.</p> <p>FONTE: Coluna Memória JM, 08/05/1999 Eunisia Kilian / Coluna reflexões e Resgates JM, 26/06/2003 Léo Fett. Relatos de Antonio Rousselet. Ficha de levantamento COMPAHC</p>	
Informações complementares:	O prédio atualmente abriga a secretaria estadual de saúde do Estado – 12ª coordenadoria de saúde – Santo Ângelo.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 34
Denominação:	Farmácia Licht	
Época da construção:	1924	
Localização:	Marques do Herval, 1061	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - João Antônio Licht	
Posicionamento georreferenciado:	Lat. 28°18'19.47"S; Long. 54°15'39.17"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos. Apresenta alguns sinais de degradação	
Uso original/uso atual:	Farmácia/farmácia-comércio	
Categoria:	Comercial/ comercial-residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Bom estado de conservação. A pintura está parcialmente desbotada. Pequenos reparos em reboco.	
Informações históricas:	<p>O prédio atual foi construído no lugar de uma antiga casa que pertenceu a um dos repovoadores do município: Antônio Manoel de Oliveira, localizada nas proximidades da antiga igreja (hoje catedral Angelopolitana), àquela foi a primeira residência a ser construída em torno de 1859. Após a morte de Antônio Manoel, que dizem estar enterrado ali, em 1905, Otaviano Lourega funda uma farmácia, da qual foi funcionário o Sr. Amantino Licht (filho do mais antigo homeopata da cidade: João Henrique Licht). Em alguns anos o próprio Sr. Amantino passaria a ser proprietário do estabelecimento dando-lhe denominação de Farmácia Licht. Ali, ainda na casa velha que pertencera a Antônio Manoel, muitas operações de emergência foram realizadas.</p> <p>Em 1924, por iniciativa do Sr. Amantino Licht, pedreiros vindos de Cruz Alta, iniciavam a construção do prédio atual, inaugurado em 1926, transformou-se no estabelecimento farmacêutico mais tradicional de Santo Ângelo.</p> <p>FONTE: Coluna Memória Jornal das Missões – 30/08/97 e 16/08/97 – autora: Bedati Finokiet</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio arqueológico. Tem em sua fachada o símbolo da farmácia (platibanda). Decoração com arabescos de folhas, flores e guirlandas.	

Registro Fotográfico:



Mapa de localização:



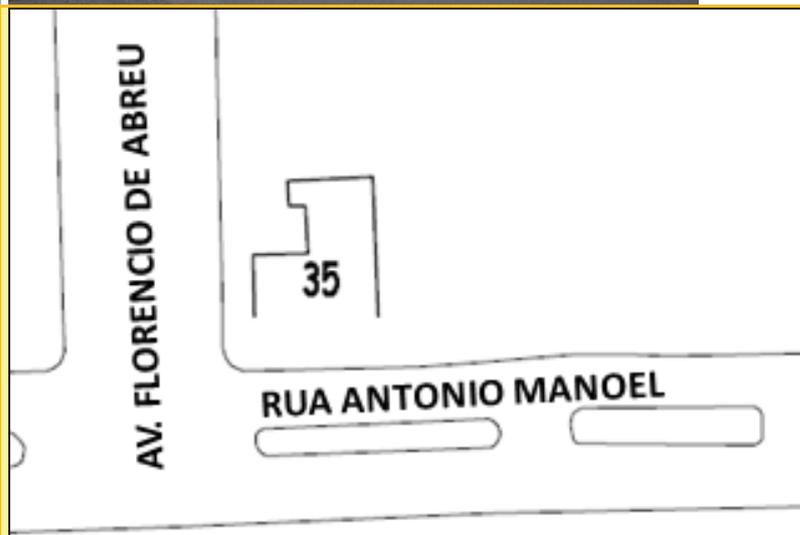
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 35
Denominação:	Sobrado 1924	
Época da construção:	1924	
Localização:	Rua Florêncio de Abreu, nº909, esquina com Rua Antônio Manoel	
Município:	Santo Angelo	
Propriedade:	Privada	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'17.81"S; 54°15'25.07"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Semidestruído.	
Uso original/uso atual:	Comércio-residencial/desocupado	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Parcialmente demolido no ano de 2011. Aguardando desfecho de julgamento.	
Informações históricas:	<p>“O sobrado da Florêncio de Abreu</p> <p>A rua Florêncio de Abreu inicia na esquina com a rua Antônio Manoel. Contínuo a ela, no sul, era um campinho onde a Prefeitura, ou o Sr. Raul Oliveira cedeu para a construção do Ginásio Santo Ângelo. Nessa esquina, em 1924, o Sr. Guilherme Woff construiu um sobrado grande, muito bonito para a época, em um terreno de 20x70 metros, que levou o numero 921. Em volta, eram pequenas as casas e somente na esquina da rua Venâncio Aires tinha a casa comercial. Posteriormente, abaixo, construíram-se o Presídio Municipal. Na própria rua edificaram a madeireira Colla. O prédio era alugado para o Sr Teobaldo Wolfenbitel, que colocou um bolicho para compra e venda de produtos coloniais, morando no segundo piso. Era uma parada obrigatória dos colonos do Rincão dos Mendes, Olhos D’agua, Lageado das Pombas e Santa Tereza.</p> <p>Em 1945, foi vendido pela viúva Dorotéia Wolf para o casal Francisco Galeazzi e sua esposa Dona Amalia, constando da escritura pitorescamente dois cômodos e uma vaca. O Sr. Francisco Galeazi continuou com o bolicho e residia no piso superior com seus filhos .</p> <p>A herdeira Ivone Galeazzi há um ano vendeu o prédio para o senhor Ilvio, que o revendeu para o senhor Paulo Migliorini. Este foi o primeiro prédio da rua Florêncio de Abreu. Era um ponto de referência para a cidade. Por isso foi para nós um grande choque emocional, vê-lo parcialmente demolido, na segunda-feira, em um trabalho de destruição ao patrimônio histórico do município, surpreendentemente iniciando sábado, e continuado no domingo. Meus bisnetos não poderão mostrar aos seus filhos o sobrado que seus bisavós frequentavam em sua juventude”.</p> <p>Fonte: Coluna do Sr. Antonio Rousselet no Jornal Mensageiro, em 16 de Novembro de 2011.</p>	
Informações complementares:	Próximo ao centro histórico, aproximadamente quatro quadras.	
Registro Fotográfico:	Prédio em 2011.	



Prédio atualmente.

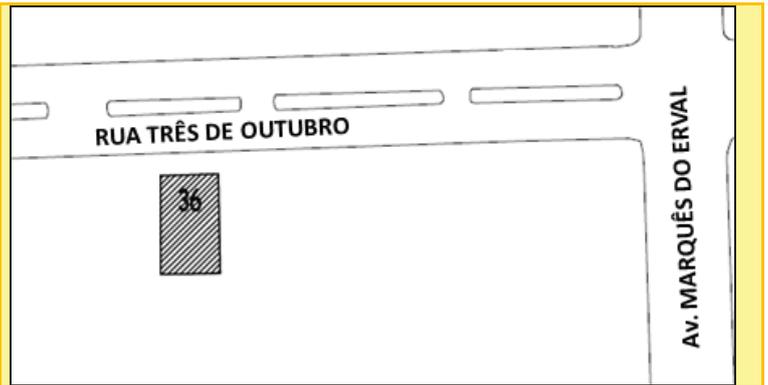


Mapa de localização:



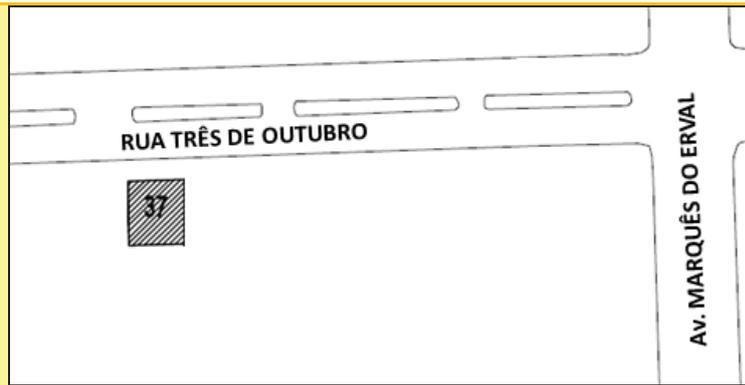
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 36
Denominação:	Residência Wilson Schorn	
Época da construção:	1924	
Localização:	Rua três de outubro, nº 505	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Wilson Schorn e Edi Schnepfleitner	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'3.98"S, 54°15'38.08"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residencial/residencial	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Carece de pintura.	
Informações históricas:	<p>A proprietária, Dona Edi Schnepfleitner, nasceu e sempre morou na casa – 86 anos. A casa tem paredes de barro e tijolos grandes. O avô da proprietária na época era dono da Casa do Ferro e Cereais, que foi a falência quando surgiu a coluna Prestes. Pois, segundo Dona Edi, Luis Carlos Prestes, pegava muitos utensílios para o batalhão ferroviário e para a coluna e anotava no caderno, para pagar depois. Segundo ela, a dívida era muito grande e nunca foi paga por Prestes. Assim, seu avô não pode pagar os fornecedores, e a família teve de entregar a casa e a peça ao lado (onde hoje é a casa do fermento – ficha 37) para o banco da província. A família continuou morando no local e pagando aluguel para o banco. Posteriormente conseguiu comprar a casa novamente.</p> <p>Fonte: Relatos da dona Edi Schnepfleitner, 86 anos – proprietária do imóvel.</p>	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 37
Denominação:	Casa do Fermento/tabacaria avenida	
Época da construção:	1924	
Localização:	Rua três de outubro, nº 501	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Lisete Battaghiv da Silva	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'3.98"S, 54°15'38.08"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Descaracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Residencial/comercial	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Algumas esquadrias foram substituídas.	
Informações históricas:	Foi construída na mesma data que o prédio de Wilson Schorn, 1924, e também pertencia a família Schnepfleitner. Fonte: Relatos de Wilson Schorn e sua esposa Edi Schnepfleitner	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela arquitetura e bom estado de conservação.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



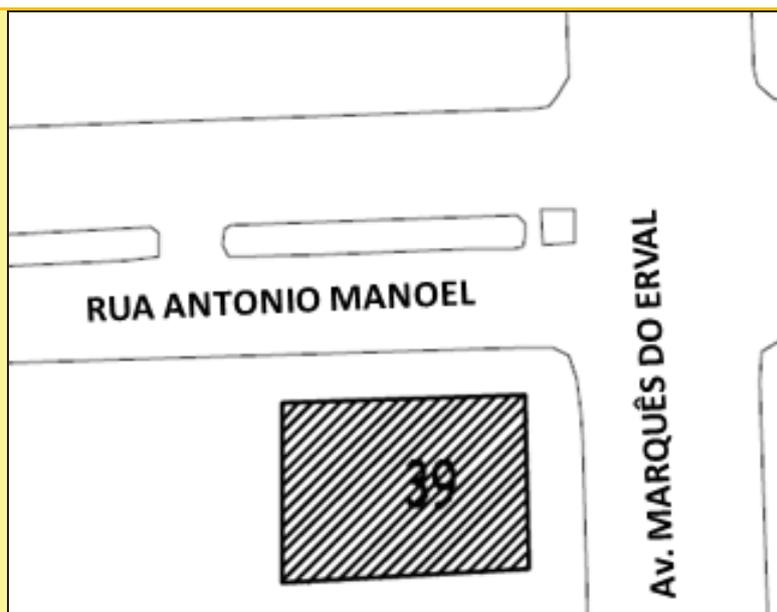
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 38
Denominação:	Escritório de Engenharia/JR Produções	
Época da construção:	1925	
Localização:	Rua 7 de Setembro nº1093	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Maria Bernardi	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'14.21"S; 54°15'34.12"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Residência/ serviço-comércio	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Algumas esquadrias modificadas. Pintura em desarmonia.	
Informações históricas:	<p>Pertencia a família Garcia, foi residência de Homero Garcia. Na maior parte do tempo foi utilizada como residência.</p> <p>Fonte: Relatos de Wilson Schorn e sua esposa Edi Schnepfleitner e Antônio Rousselet.</p>	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura. Construída em 1925 com inspiração do Neoclássico.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 39
Denominação:	Casa de Chá Frau Hintz	
Época da construção:	1925	
Localização:	Rua Marechal Floriano, 1061 esquina com Rua Antônio Manoel.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular- Lori Krauze Hintz	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'19.30"S; 54°15'34.99"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Ótimo estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Residência/comércio	
Categoria:		
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Algumas janelas foram alteradas e ampliadas.	
Informações históricas:	<p>Prédio construído por Francisco Leopoldo Uhry em 1925, pai do ex-prefeito de Giruá Dr. Darcy Pillau Uhry. Havia um monograma caligráfico com as letras FLU na platibanda.</p> <p>Fonte: Ficha de levantamento De Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Edificação localizada no sítio Arqueológico. Possibilidade de visitação externa pela arquitetura da edificação. Visitação interna – casa de chá.	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 40
Denominação:	Sobrado Antigo Hotel Moderno	
Época da construção:	1925-1930	
Localização:	Rua Florêncio de Abreu, nº1600 esquina com Rua Andradas	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Alice Moraes Bottare	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'55.34"S; 54°15'27.42"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Hotel/ residência e comércio	
Categoria:	Comercial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	A minoria dos vãos foi alterada, descaracterizando parcialmente a fachada.	
Informações históricas:	<p>O prédio construído pelo Sr. Gildo Castelarín no final dos anos 20, era o Hotel Moderno, local onde se hospedavam os caixeiros viajantes e visitantes que chegavam de trem e posteriormente nos primeiros ônibus ao município.</p> <p>O prédio, juntamente com os prédios do Hotel Avenida, Hotel Brasil, Hotel do Comércio, representam um período de grande desenvolvimento econômico do município e crescimento populacional, são referências vivas da importância do município como pólo regional.</p> <p>FONTE: Antônio Rouselet – 83 anos - antigo morador desta região da cidade.</p>	
Informações complementares:	Edificação que se destaca pela sua arquitetura. Próximo ao Supermercado Nacional e a 1 quadra do Teatro Antônio Sepp	
Registro Fotográfico:		



Mapa de localização:



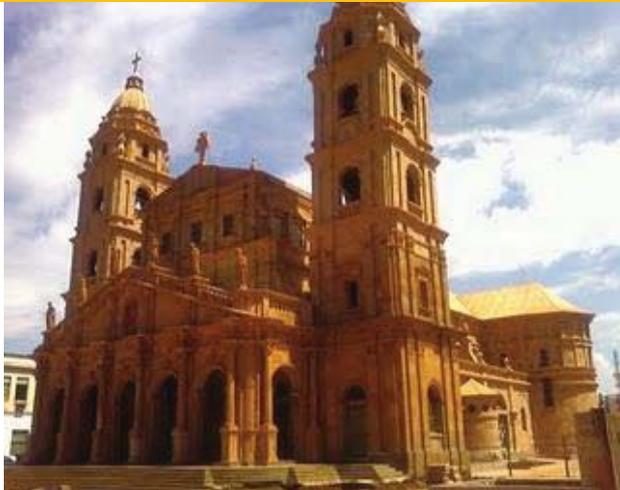
IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 41
Denominação:	Casa Willy Gatz - Locadora Nosso Vídeo	
Época da construção:	1927	
Localização:	Rua Andradas, nº 824, esquina com Rua Antunes Ribas	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Astridi Gatz	
Posicionamento georreferenciado:	28°17'55.27"S; 54°15'45.56"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Caracterizado e bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Casa de Chá e Residencial/ Locadora de vídeos.	
Categoria:	Residencial/comercial.	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Necessita de pintura externa. Descaracterizada pelos cartazes de filmes.	
Informações históricas:	<p>O prédio foi parte integrante do complexo do Hospital Willy Gatz que se estendia em toda a quadra Andradas entre a Marquês do Herval e a Antunes Ribas. Inaugurado em 1º de setembro de 1927, foi construído com recursos próprios pelo Dr. Willy Gatz, médico alemão formado pela Universidade de Bonn, que serviu durante a 1ª Guerra Mundial como médico Oficial do Exército Alemão. Dr. Gatz se instalou em Santo Ângelo, última estação onde chegava o trem, montando aqui o primeiro hospital particular da região noroeste do RS. O prédio tem uma grande representatividade para a história da medicina do RS.</p> <p>FONTE: Coluna Memória JM, 22/05/2005, Eunisia Kilian</p>	
Informações complementares:	<p>Edificação que se destaca pela suas características arquitetônicas e histórico.</p> <p>Calçada em bom estado de conservação e ruas de acesso asfaltadas. Edificação localizada em frente a CORSAN</p>	
Registro Fotográfico:		



Mapa de localização:

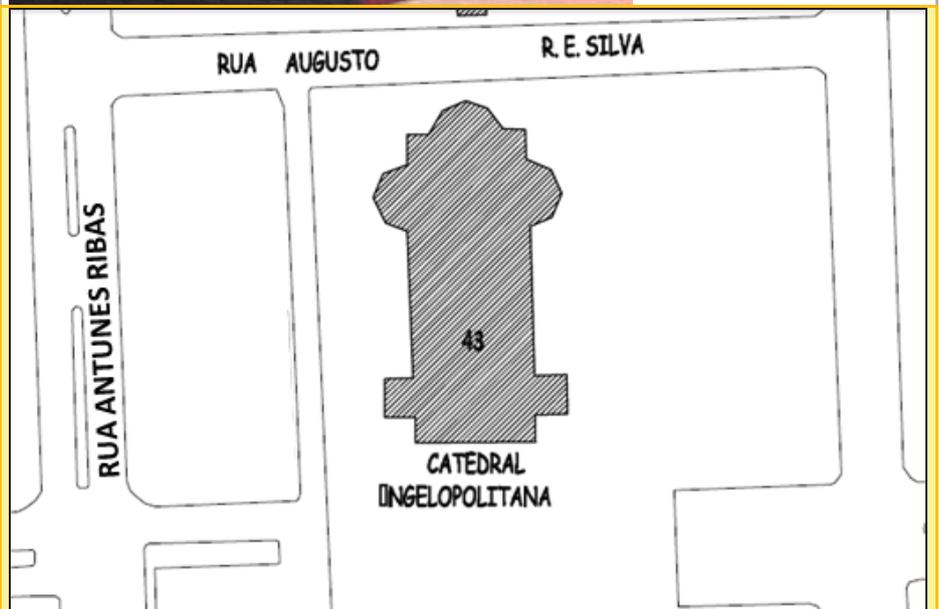


IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 42
Denominação:	Casas Geminadas	
Época da construção:	1928	
Localização:	Florêncio de Abreu, 1518 e 1526 (geminadas)	
Município:	Santo Ângelo.	
Propriedade:	Particular - Paulo Murilo Marques Barrera	
Posicionamento georreferenciado:	28° 17' 57.40"S; 54° 15' 27.33"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Residência/serviço.	
Categoria:	Serviço	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Pintura c/ menos contraste (possibilitando individualização)	
Informações históricas:	<p>As edificações arquitetônicas datadas do ano de 1930 representam as poucas edificações preservadas que marcam o desenvolvimento urbano no entorno da estação ferroviária e das indústrias e comércios que se desenvolveram no local. Representam a urbanização no lado norte (a partir da rua 25 de julho) e a colonização alemã nessa mesma parte da cidade.</p> <p>Fonte: Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Próximo ao Teatro Municipal, Estação Férrea, Praça Leônidas Ribas.	
Registro Fotográfico:		
Mapa de localização:		

IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 43
Denominação:	Catedral Angelopolitana	
Época da construção:	1929	
Localização:	Rua Antonio Manoel s/n	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular- Mitra Angelopolitana	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'17.99"S; 54°15'42.17"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Ótimo estado de conservação	
Uso original/uso atual:	Culto Religioso/ Culto religioso	
Categoria:	Religiosa	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Recentemente reformada; Pintura e limpeza.	
Informações históricas:	<p>Neste espaço já existiram três igrejas: a da redução de San Angel Custódio, a que foi erguida no período do repovoamento por volta de 1860, e a atual Catedral Angelopolitana que representa uma réplica das antigas igrejas das reduções jesuíticas.</p> <p>A Catedral Angelopolitana, que iniciou suas obras em 1929 e que só teve suas torres concluídas no início da década de 70, já surge dentro de um novo contexto. A Catedral não foi fruto da necessidade de marcar território, mas sim uma forma de perpetuar a história das outras duas. No alto do pórtico há sete imagens esculpidas em pedra de arenito representando cada um dos Sete Povos Missioneiros. As obras são de autoria de Valentin Von Adamovich. No seu interior encontra-se a imagem do Cristo Morto, em tamanho natural, da estatuária jesuítica-guarani.</p> <p>FONTE: Blog Santo Ângelo em fatos e fotos. Agosto/ 2009, Darlan Marchi</p>	
Informações complementares:	Em frente a praça, ao lado da prefeitura, acessível a todos.	
Registro Fotográfico:		

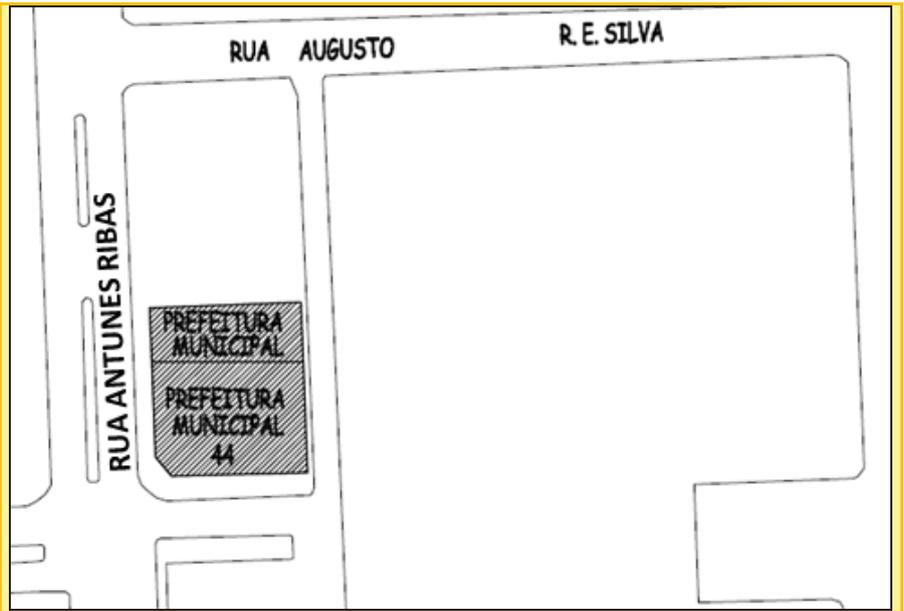


Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 44
Denominação:	Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	
Época da construção:	1929	
Localização:	Rua Antônio Manoel, Esquina Antunes Ribas	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Municipal - Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'18.64"S; 54°15'43.89"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e caracterizado	
Uso original/uso atual:	Serviço público/serviço público	
Categoria:	Serviço público.	
Proteção existente:	Tombada por decreto municipal - – Lei Municipal N° 1789 de Abril/94 - Lei Municipal N°3010 de Setembro/2006	
Situação:	Externamente reformada em 2006.	
Informações históricas:	<p>A construção do prédio que serviria de sede para a intendência Município de Santo Ângelo, foi iniciada e quase concluída na administração do DR. Carlos Kruehl, mas foi o Intendente Dr. Ulisses Rodrigues que inaugurou o imóvel, no dia 27 de maio de 1929. O construtor da obra foi o Dr. Santhiago Borba. A construção do majestoso prédio foi confinada ao Italiano Gildo Castelarim. Abaixo seguem imagens da Prefeitura Municipal.</p> <p>Fonte; Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:	Linguagem da arquitetura eclética com influência do neoclássico. Edificação localizada no sítio Arqueológico	
Registro Fotográfico:		

Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 45
Denominação:	Casa família Franke-Bier	
Época da construção:	1930	
Localização:	Av. Marechal Floriano, 1253.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Particular - Varna Bier	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'9.70"S; 54°15'34.37"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom estado e caracterizado.	
Uso original/uso atual:	Residencial/residencial	
Categoria:	Residencial	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos. Esquadrias. Retirada da chaminé.	
Informações históricas:	<p>A Casa foi construída em 1930 pelo Sr. Augusto Franke, proprietário da Casa Comercial Franke (localizada do outro lado da rua). Conforme seu neto Augusto Bier “Quando foi mobiliada, veio uma revista alemã pra fazer matéria sobre como os descendentes teutos viviam bem no Brasil. Foi quando Vargas ainda estava simpático com a Alemanha”. Conforme Bier: “Quando da construção do imóvel o casal Franke morou no porão da casa comercial onde ambos, Paula e Augusto Franke e duas crianças adquiriram tifo e foram salvas pelo Dr. Willy Gatz”. A cômoda casa, mobiliada com apreço pela Sra. Franke era referência para a sociedade da época. Posteriormente a casa foi herdada pela Sra. Varna, sua filha e seu Marido o conhecido Mister Bier, professor de inglês na cidade.</p> <p>FONTE: Depoimento de Augusto Bier que consta na Ficha de levantamento COMPAHC e Ficha de Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em parceria entre URI e IPHAN.</p>	
Informações complementares:		
Registro Fotográfico:	Fundos da casa da década de 30.	



A casa na década de 80.



Foto atual da casa.



Mapa de localização:



IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		Código de identificação: Ficha 46
Denominação:	Seminário Sagrada Família	
Época da construção:	1930-1932	
Localização:	Via Salette, sem nº - Bairro Cristal.	
Município:	Santo Ângelo	
Propriedade:	Instituto Sagrada Família – Instituição Filantrópica – Igreja Católica	
Posicionamento georreferenciado:	28°18'3.09"S; 54°13'37.16"O	
Estado de conservação/ grau de caracterização:	Bom e Caracterizado	
Uso original/uso atual:	Casa de formação/ casa de formação religiosa.	
Categoria:	Religiosa	
Proteção existente:	Nenhuma	
Situação:	Reforma geral interna a 25 anos. Externamente, conserva linhas arquitetônicas. Aparentes placas de Energia solar.	
Informações históricas:	<p>O Seminário foi construído pelos irmãos da Congregação da Sagrada Família que chegaram ao RS em 1922, estabelecendo-se em Santo Ângelo. Foi construído num sítio comprado pelo Pe. Antonio Revering do Sr. Carnelutti em 1930, às margens do Rio Santa Barbara. O Seminário foi inaugurado em 17 de novembro de 1932 possuindo além do imóvel, moinho de trigo, gerador de energia, chiqueiros, paiol, estrebaria, padaria e oficinas (prédios anexos, existentes até hoje). No local encontra-se ainda o Santuário Nossa Senhora da Salette, num bosque as margens do rio, com cruzeiros para via sacra. O Seminário chegou a comportar um total de 200 seminaristas.</p> <p>Fonte: Coluna Memória JM 04/12/99 – Eunisia Kilian</p>	
Informações complementares:	<p>Edificação que se destaca pela sua arquitetura e pelo seu histórico.</p> <p>- Tem potencial para visita turística obrigatória se for feito investimentos na acessibilidade ao local.</p>	

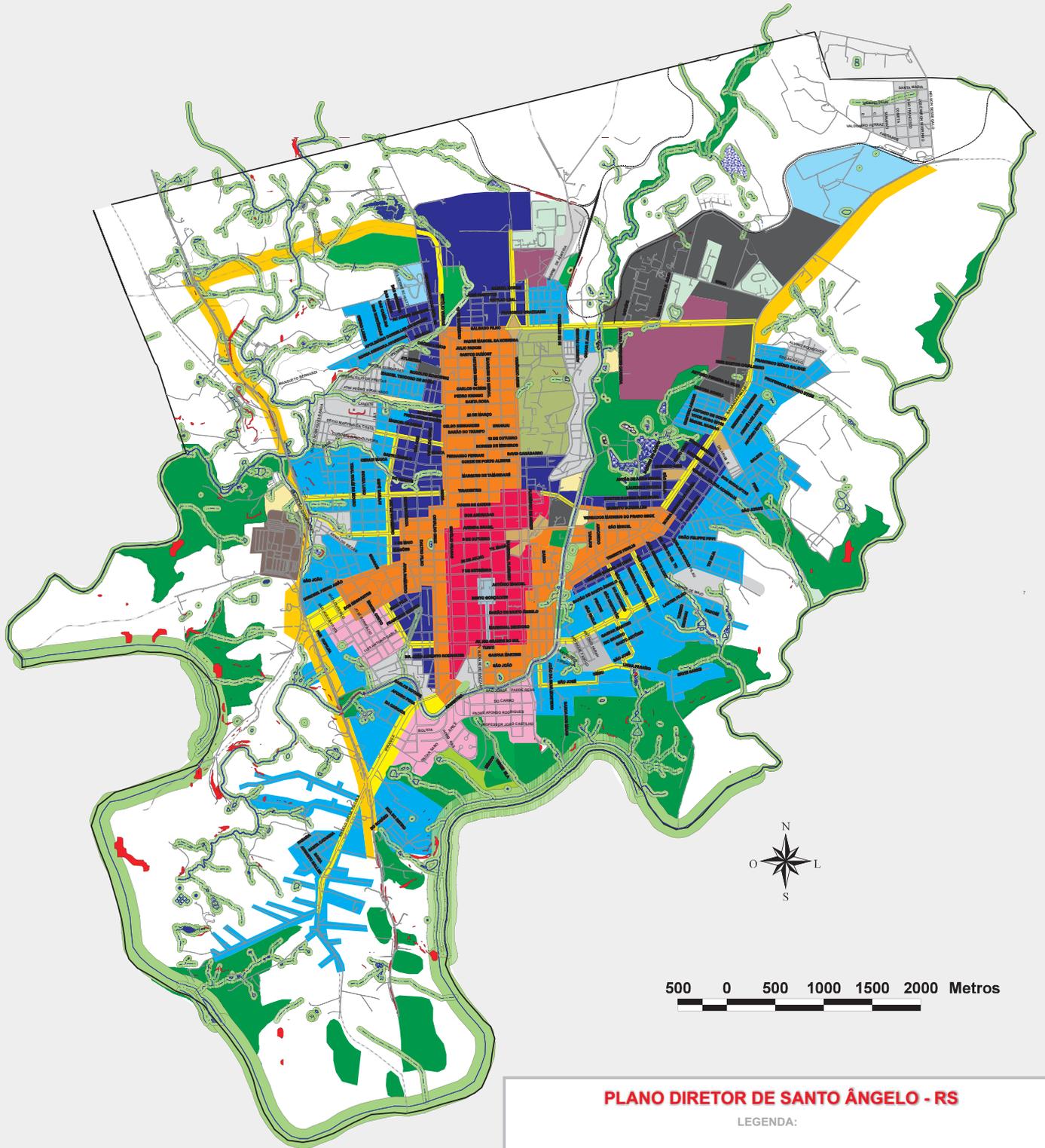
Registro Fotográfico:



Mapa de localização:

ANEXO B – MAPA DE ZONEAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

Mapa do Zoneamento Urbano



500 0 500 1000 1500 2000 Metros

PLANO DIRETOR DE SANTO ÂNGELO - RS

LEGENDA:

Zona Adensável	Área de Adensamento Prioritário	Área de Adensamento Secundário	Área de Transição	Área de Eixos Indutores	Área de Ocupação Extensiva	Área de Expansão Urbana
Zona de Uso Especial	Área de Interesse Turístico e Institucional	Área do Núcleo do Centro Histórico	Área de Eventos	Área Educacional	Área Militar	Áreas Especiais de Interesse Social
Zona de Preservação Ambiental	Área de Preservação Permanente	Área de Proteção Ambiental	Área de Compensação Ambiental	Áreas de Risco	Área de Ocupação Restrita	Área de Recuperação Ambiental
Zona de Produção Urbana	Área Industrial	Área Especial de Logística e Serviços				
Zona Residencial	Área Residencial 1	Área Residencial 2				

Dados Técnicos

Projeção Universal Transversa de Mercator Zona 21S
 Datum Horizontal: SAD-69
 Datum Vertical: Imbituba-SC
 Origem da quilometragem UTM: Equador e Meridiano Central acrescidas das constantes de 10000 km e 500 km respectivamente
 Escala de origem: 1:2000
 Base cartográfica: Levantamento Planialtimétrico de Santo Ângelo-RS de 2003
 Execução: Escritório Técnico do Plano Diretor

